

Relatório de Actividades 2010

Chade / Deslocados Internos / Jovens recolhem lenha na vila de Habile que foi atacada e destruída em 16 de Dezembro de 2006. UNHCR / H. Caux / Dezembro 2006



CPR



02



CPR

Zâmbia / Refugiados Congolezes (RDC) / Campo Kala
Kawambwa / UNHCR / N. Behring / Março 2003

ÍNDICE

03• Introdução

04• Homenagem ao Mestre Malangatana Valente Ngwenya

06• 1. Aconselhamento Jurídico

- 07▶ 1.1 Breve Caracterização dos Requerentes de Asilo em Portugal
- 08▶ 1.2 Admissibilidade e Tipos de Protecção Reconhecidos
- 08▶ 1.3 Assistência Jurídica
 - 08▶ 1.3.1 Assistência jurídica a requerentes de asilo
 - 10▶ 1.3.2 Assistência jurídica a refugiados
- 11▶ 1.4 Apoio Jurídico
- 11▶ 1.5 Aspectos Relevantes e Principais Preocupações
- 12▶ 1.6 Projecto "Desenvolvendo a Qualidade do Asilo na União Europeia"
- 12▶ 1.7 Análise Crítica das Actividades Desenvolvidas

14• 2. Reinstalação em Portugal

- 15▶ 2.1 Programa Nacional de Reinstalação
- 16▶ 2.2 Projecto "Promoção da Reinstalação na União Europeia através da Cooperação Prática entre Estados-membros e outros intervenientes"
- 17▶ 2.3 Análise Crítica

18• 3. Acolhimento e Integração

- 19▶ 3.1 Alojamento
- 19▶ 3.2 Apoio e Aconselhamento Social
 - 19▶ 3.2.1 Apoio aos residentes no CAR
 - 20▶ 3.2.2 Apoio aos beneficiários externos
- 21▶ 3.3 Aconselhamento e Apoio para o Emprego e Formação Profissional
 - 23▶ 3.3.1 Problemas de integração profissional e projectos experimentais
 - 24▶ 3.3.2 Algumas considerações adicionais acerca das actividades desenvolvidas
- 24▶ 3.4 Ensino de Português Língua Estrangeira (PLE)
 - 25▶ 3.4.1 Grupo de teatro RefugiActo
- 27▶ 3.5 Actividades Sócio-Culturais e Desportivas
- 29▶ 3.6 Trabalho em Redes

30• 4. Informação e Divulgação Pública

- 31▶ 4.1 Iniciativas de Sensibilização da Opinião Pública
 - 31▶ 4.1.1 Dia Mundial do Refugiado 2010 "Proteger os Refugiados"
 - 34▶ 4.1.2 Aniversário do CPR
 - 34▶ 4.1.3 Festa de Fim de Ano 2010
 - 34▶ 4.1.4 3ª Edição de "Os dias do Desenvolvimento"
 - 35▶ 4.1.5 Conferência Internacional - Reinstalação de refugiados na UE
- 35▶ 4.2 IX Congresso Internacional "Refugiados e deslocados ambientais: o lado humano das alterações climáticas"
- 37▶ 4.3 Trabalho com as Escolas
- 37▶ 4.4 Visitas ao CAR
- 39▶ 4.5 Curso de Asilo e Refugiados na Universidade Católica do Porto
- 39▶ 4.6 Curso e-learning "Sensibilização sobre Asilo e Refugiados" e Foruns Temáticos on-line
- 39▶ 4.7 Media
- 39▶ 4.8 Homepage
- 40▶ 4.9 Biblioteca / Mediateca
- 40▶ 4.10 Estágios e Voluntariado

42• 5. Espaço "A Criança" - Creche e Jardim de Infância

- 43▶ 5.1 Caracterização Geral
- 43▶ 5.2 Metodologias e Frequência de Acompanhamento às Famílias
- 45▶ 5.3 Entidades Parceiras e Respective Contributos
- 46▶ 5.4 Identificação das Actividades Desenvolvidas
- 46▶ 5.5 Considerações Adicionais acerca das Actividades Desenvolvidas

48• 6. Centro de Acolhimento Temporário para Crianças Refugiadas

- 49▶ 6.1 Construção do Centro
- 51▶ 6.2 Sessões de Sensibilização "A pequena Carlota"

52• 7. Financiamentos e Apoios

54• Anexos

INTRODUÇÃO

Apresentamos o Relatório Anual do CPR num momento de grande preocupação pela garantia efectiva do Direito de Asilo na Europa e no Mundo.

Enquanto a Europa se perde em conjecturas sobre conceitos jurídicos, os países asiáticos e africanos acolhem um grande número de vítimas de violência generalizada. O imperativo da protecção internacional não é muitas vezes respeitado quando os Estados da União Europeia convertem como prioridade fecharem-se cada vez mais sobre si próprios, numa suposta luta contra a “invasão” da imigração clandestina. Aqueles que emigram à procura de trabalho utilizam os mesmos caminhos sinuosos dos que fogem de perseguições violentas, numa tentativa desesperada de sobrevivência, e a comunidade internacional tem que ser capaz de distinguir os verdadeiros refugiados para além da teoria.

O ano de 2010 foi marcado por uma diminuição generalizada do número de pedidos de asilo na Europa, sobretudo nos países do Sul, como Malta, Grécia e Itália. Contrariando esta tendência está a França, a Alemanha, a Suécia e também Portugal que, em 2010, viram os seus pedidos de asilo aumentarem. Apesar do aumento de 15,1% em relação a 2009, correspondente a 160 pedidos de asilo, Portugal, entre os 27 Estados-membros da União Europeia, foi o terceiro país menos procurado por quem precisa de protecção.

A estes pedidos efectuados em Portugal acresce, ainda, os 30 refugiados que foram recebidos no âmbito do Programa Nacional de Reinstalação, 3 refugiados reinstalados extra-quota (com o objectivo de procederem ao reagrupamento familiar em Portugal) e 6 refugiados recolocados, provenientes de Malta, integrados no Projecto-Piloto EUREMA / FER referente à recolocação intra-comunitária de beneficiários de protecção internacional.

Portugal acolheu assim, em 2010, 199 pessoas, tendo o CPR prestado todo o apoio necessário.

O Relatório de Actividades de 2010 é o fruto do trabalho colectivo de um conjunto de profissionais, estagiários e voluntários. A nossa organização tem uma vocação global concertada com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) e o Conselho Europeu de Refugiados e Exilados (ECRE). Ainda que trabalhe sobretudo em Portugal, a sua actuação projecta-se em todos os lugares onde existem pessoas refugiadas abordando as causas que geram as migrações forçadas. Este trabalho exige uma reflexão e acção diária e exige também mobilizar a sociedade portuguesa e os seus responsáveis políticos no sentido de fortalecerem os seus compromissos com os refugiados.

A informação recolhida em cada capítulo é o resultado da entrega e da atenção concedida a cada requerente de asilo e refugiado, mas também da análise das causas e consequências que geram os movimentos de refugiados.

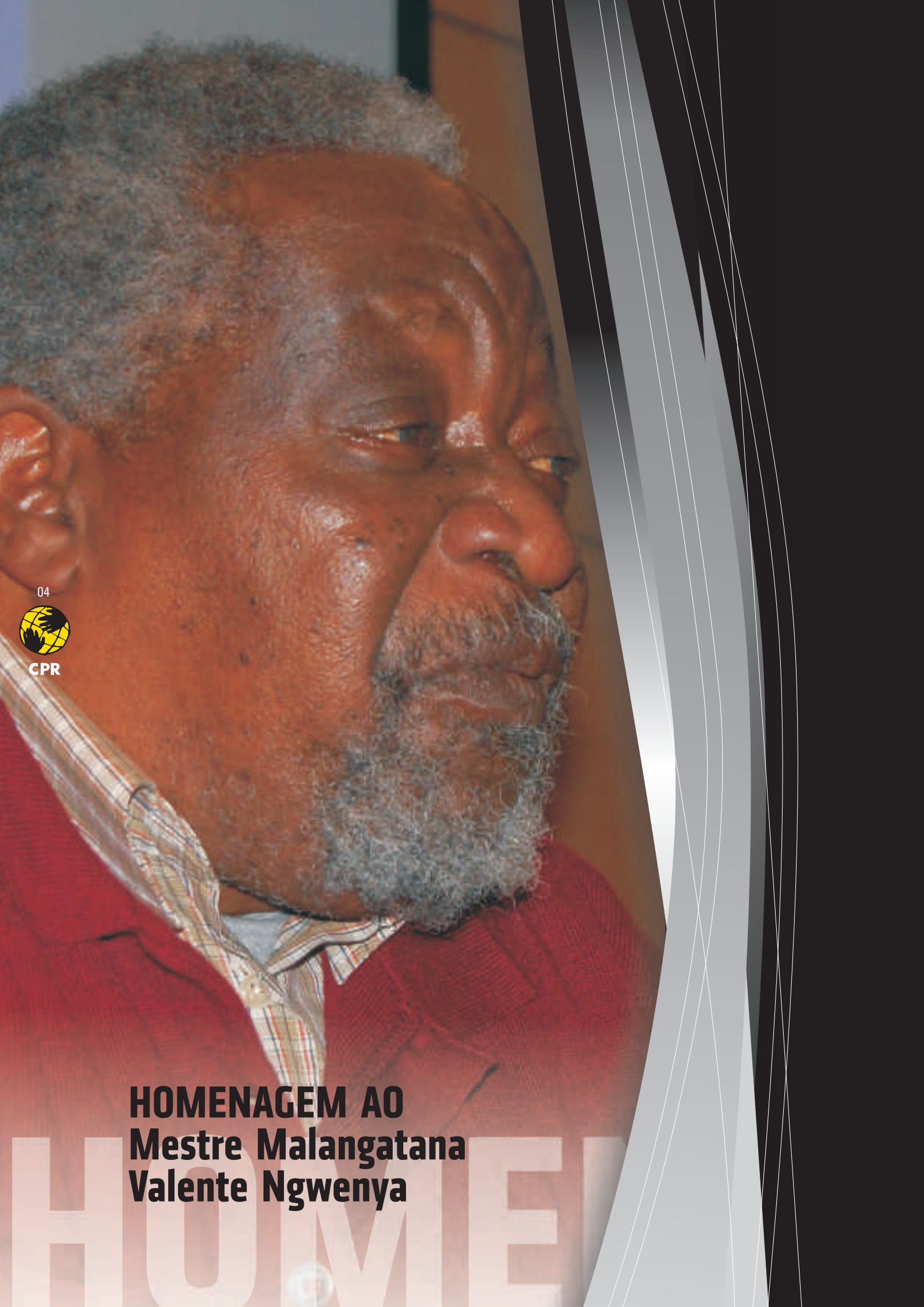
De salientar, os importantes avanços dados na concretização da “Casa para o Mundo”, o projecto do CPR em parceria com a Swatch – Tempus Internacional, o Ministério da Administração Interna / Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), Câmara Municipal de Lisboa (CML), SIC Esperança, BPI, Fundação Luís Figo (FLF) e a JC Decaux, que tem como objectivo construir o primeiro Centro de Acolhimento Temporário para Crianças Refugiadas em Portugal, ao serviço do CPR. A 22 de Novembro realizou-se a cerimónia de lançamento da primeira pedra, que contou com a presença da madrinha deste projecto, a Primeira Dama, Maria Cavaco Silva, assinalando-se, assim, o início das obras de reabilitação e adaptação do edifício da Quinta do Pombeiro, no Parque da Belavista.

Agradecemos a todos os que estiveram ao nosso lado, desenvolvendo todos os esforços para que as palavras “Proteger os Refugiados” inscritas no desfile dos chapéus-de-chuva que apresentámos no Dia Mundial dos Refugiados 2010, se tornem realidade e se transformem em actos.

Conscientes que se aproximam tempos difíceis para todos nós, é nossa obrigação não esquecer a relevância dos Direitos Humanos.



Teresa Tito de Morais



04



CPR

HOMENAGEM AO Mestre Malangatana Valente Ngwenya

HOMENAGEM

“Os refugiados, como o nome indica, fugiram. Mas não porque o quisessem. Fugiram das suas casas destruídas, fugiram dos massacres das suas famílias e companheiros, fugiram da fome e das terras queimadas. Foram cortados da sua vida, das suas origens e das suas tradições, refiro-me a tradições culturais, tradições do hábito, do acordar de manhã e até saber as horas e saber onde estou, só porque ouvi o pássaro, a galinha e às vezes o burro a fazer barulho lá fora”.

Estas foram palavras proferidas por Mestre Malangatana Valente Ngwenya no VII Congresso Internacional do Conselho Português para os Refugiados (CPR), em Novembro de 2006, em que foi um dos oradores. Com elas prestamos homenagem ao amigo, ao artista e ao grande defensor dos direitos humanos que nos deixou no fim do ano de 2010.

O seu interesse pela temática dos refugiados, particularmente pelas crianças refugiadas, fruto da sua vivência e do grande humanismo que o caracterizava, levou-o a participar em diversas iniciativas organizadas pelo CPR, contribuindo com o seu grande saber, carinho e experiência de vida.

A relação de Mestre Malangatana com o CPR teve início há treze anos, em 1997, com a oferta de 3 serigrafias da sua autoria, que foram aplicadas à produção de posters e cartões de boas festas, numa iniciativa de angariação de fundos para a organização.

Esteve presente nos momentos mais significativos da história do CPR, como a inauguração do Centro de Acolhimento para Refugiados da Bobadela, a 30 de Outubro de 2006, as comemorações de diversos Dias Mundiais do Refugiado, onde dançou, cantou e contagiou centenas de pessoas com a sua alegria e vitalidade.

“Ontem apercebi-me de que o CPR é uma grande força familiar dos que acolhem, recolhem ou recebem os refugiados. Ontem à noite apercebi-me de que o CPR é realmente uma família que, embora não tenha sido nossa vontade que ela fosse constituída, ela foi constituída a partir de uma razão: porque há refugiados. E quem nos dera a nós que não tivéssemos CPR, isso significava que não havia refugiados”.

E foi a pensar nos refugiados que, em 2007, o Mestre Malangatana presenteou a “Casa dos Refugiados” com uma tela intitulada “*Éxodo Involuntário*”. Uma magnífica pintura mural que retrata, precisamente, a violência da fuga e o drama de se deixar uma vida inteira para trás.

Malangatana Valente Ngwenya, um cidadão do mundo, fervoroso defensor da paz, será uma inspiração para todos aqueles que trabalham com o CPR, acreditam na solidariedade entre os povos e num mundo mais justo e mais igual.

Para sempre ficam as suas palavras e, sobretudo, a sua obra.

“Senhoras, companheiros, amigos, reflectamos com o coração nas mãos: estaremos todos os anos, todos os séculos, todos os minutos de cada ano, quando chegar esta altura aqui em Portugal e noutro sítio ainda a falar de refugiados ou temos de ter a coragem de dizer “PAREM COM AS GUERRAS!”

Mestre Malangatana Valente Ngwenya

(VII Congresso Internacional do Conselho Português para os Refugiados Fundação Calouste Gulbenkian Novembro de 2006)





06



CPR

1. ACONSELHAMENTO JURÍDICO

ACONS

A actividade desenvolvida pelo Departamento Jurídico do CPR tem como objectivos principais:

- Garantir aos requerentes que procuram protecção em Portugal acesso ao território e a procedimentos de asilo justos e eficazes, até decisão final;
- Assegurar que o sistema de asilo nacional acautela vulnerabilidades específicas, nomeadamente quanto ao género e idade, pugnando por boas práticas;
- Monitorizar, como parceiro operacional do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), a política de asilo nacional efectivamente praticada, nomeadamente se esta se enquadra no âmbito da defesa dos direitos humanos e do direito à protecção e nos princípios de solidariedade internacional e partilha de responsabilidades;
- Apoiar o Programa Nacional de Reinstalação, tal como previsto na Resolução do Conselho de Ministros 110/2007 e nos termos do artigo 35, número 3 da Lei 27/2008, de 30 de Junho (Lei de Asilo);
- Acompanhar o desenvolvimento e implementação do Sistema Europeu Comum de Asilo, defendendo a manutenção de padrões internacionais e nacionais já estabelecidos;
- Colaborar, de forma activa, em pesquisas e estudos, respondendo regularmente a inquéritos, análises comparativas, pedidos de informação, relatórios, nomeadamente no âmbito das políticas de asilo na União Europeia, providenciando informação acerca da situação do Asilo em Portugal.

O Departamento Jurídico implementa os objectivos referidos através de actividades desenvolvidas nas áreas seguintes:

- Aconselhamento Jurídico a Requerentes de Asilo e Refugiados em todas as fases do procedimento, desde o acolhimento até à sua integração na sociedade Portuguesa;
- Protecção em Portugal acompanhando as políticas de asilo nacionais através da apresentação de comentários e posições, estando em permanente contacto com as entidades governamentais, nomeadamente, Ministério da Administração Interna (MAI) e Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF);
- Formação e Seminários;
- Cooperação com outras organizações internacionais e regionais, como o ACNUR, o Conselho Europeu para os Refugiados e Exilados (ECRE), a Rede de Advocacy da ECRE (ECRAN), a Rede Legal Europeia sobre o Asilo (ELENA), bem como organizações nacionais, através da disseminação de informação, prestando de igual modo informações sobre o regime jurídico em Portugal, nomeadamente preparando relatórios e respondendo a questionários relacionados com esta temática.

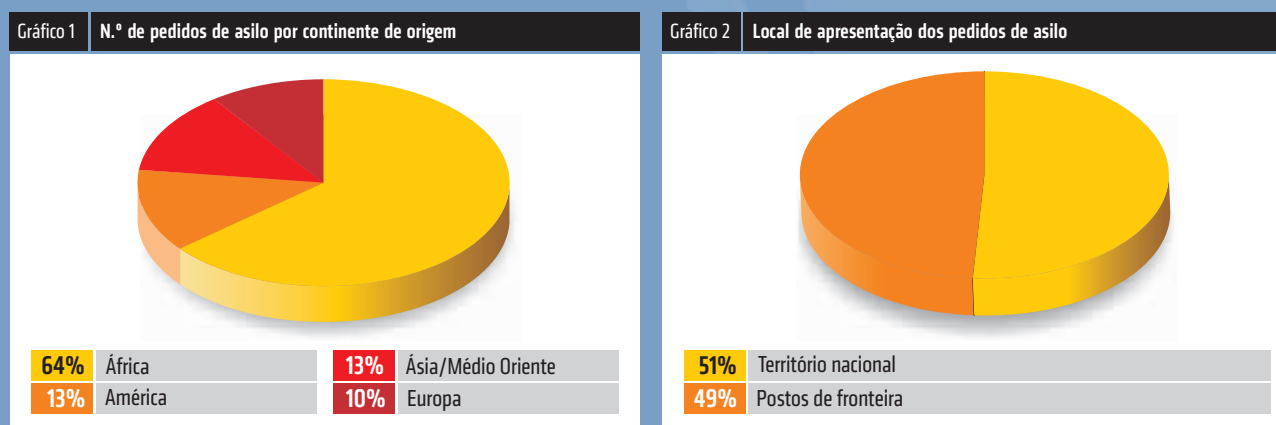
1.1 BREVE CARACTERIZAÇÃO DOS REQUERENTES DE ASILO EM PORTUGAL

Em 2010 foram apresentados 160 pedidos de asilo em Portugal, de 35 nacionalidades diferentes, consubstanciando médias de 13,3 pedidos mensais e 4,5 pedidos por nacionalidade (quadros 1 e 2, em anexo). Os países de origem mais representativos foram Guiné Conacri (43 pedidos) e Colômbia (16 pedidos).

Comparativamente verificou-se um aumento de 15,1% no número de pedidos de protecção apresentados espontaneamente no nosso país relativamente ao ano anterior (160 pedidos vs 139, em 2009).

Do número total, 47 pedidos foram apresentados por mulheres, o que representa 30%. Destas mulheres, 22 entraram sós em território nacional e 3 acompanhadas apenas pelos filhos, as restantes em contexto familiar. Nove (9) pedidos foram efectuados por menores desacompanhados, representando cerca de 6% dos pedidos globalmente considerados (quadro 3 em anexo).

Tendo em conta a proporção entre o número de pedidos de asilo e nacionalidades, pode concluir-se que a heterogeneidade, associada à nacionalidade dos requerentes, constitui característica do asilo em Portugal. O continente Africano permanece como o mais representativo em sede de pedidos apresentados (com 102 pedidos), seguido do continente Americano e do continente Asiático/Médio Oriente (ambos com 21) e finalmente do continente Europeu (16), conforme o quadro 2, em anexo, e o gráfico 1.



O gráfico 2 representa os locais de apresentação do pedido de asilo e é possível constatar que existe um equilíbrio relativamente ao local de apresentação, dividindo-se estes quase equitativamente entre o território nacional (82 pedidos, equivalentes a 51% do total) e postos de fronteira (78 pedidos correspondentes aos restantes 49% - quadro 3 em anexo).

Quanto aos fundamentos para apresentação de pedido de protecção em Portugal, a maioria dos requerentes alega ser proveniente de países onde subsiste a sistemática violação dos direitos humanos, correndo o risco de sofrer ofensa grave, consubstanciando situações enquadráveis no âmbito da protecção subsidiária (artigo 7º da Lei de Asilo).

Assim, em 2010, o requerente de asilo em Portugal pode caracterizar-se como sendo do género masculino, proveniente maioritariamente do continente Africano, fugindo por razões relacionadas com violações sistemáticas dos direitos humanos ocorridas no país de origem, apresentando pedido de asilo em território nacional, onde chega só, sem família.

Os 160 pedidos acima referenciados não incluem os 30 refugiados recebidos ao abrigo do Programa de Reinstalação Nacional, remetendo-se quanto a esta matéria para o respectivo capítulo. De igual modo, não estão incluídos 3 refugiados reinstalados extra-quota (com o objectivo de procederem ao reagrupamento familiar no nosso país), nem os 6 refugiados recolocados em Portugal, provenientes de Malta, nacionais da Somália, no âmbito do Projecto-Piloto EUREMA / FER referente à recolocação intra-comunitária de beneficiários de protecção internacional.

Podemos assim concluir que, globalmente, chegaram a Portugal 199 pessoas com necessidade de protecção.

1.2 ADMISSIBILIDADE E TIPOS DE PROTECÇÃO RECONHECIDOS

Cinquenta e sete (57) pedidos de protecção, dos 160 apresentados, foram admitidos pelo Director do SEF, o que representa uma taxa de admissibilidade de 36%. Esta taxa é inferior à taxa de admissibilidade preconizada pelo CPR de 78%, sendo que a razão subjacente será a aplicação liberal do princípio do benefício da dúvida, remetendo questões passíveis de instrução para análise em sede da segunda fase do procedimento e seguindo ainda, relativamente a alguns países de origem, as orientações do ACNUR. É de salientar o facto de todos os pedidos apresentados por menores desacompanhados, famílias monoparentais e mulheres grávidas terem sido admitidos pelas autoridades, o que consideramos como uma boa prática sensível ao factor idade, reconhecendo, assim, situações de maior vulnerabilidade.

Em 2010 foram reconhecidos por parte do Ministro da Administração Interna 6 estatutos de refugiado e 49 Autorizações de Residência por Razões Humanitárias (quadro 5, em anexo).

Os valores referidos consubstanciam a percentagem de 34% de reconhecimentos (3% relativamente a reconhecimento de estatuto de refugiados e 31% quanto a protecção subsidiária).

Estes valores equivalem globalmente aos do ano de 2009.

Nos números mencionados não se inclui a protecção reconhecida aos refugiados reinstalados, nem aos recolocados, tratados autonomamente e assim contabilizados, conforme já se referiu.

1.3 ASSISTÊNCIA JURÍDICA

1.3.1 Assistência jurídica a requerentes de asilo

O apoio jurídico a requerentes pretende, numa primeira fase, disseminar informação relativa ao procedimento de asilo em Portugal, iniciando-se com entrevistas de elegibilidade para determinação do estatuto de refugiado, pelos correspondentes pareceres jurídicos e pela análise dos Relatórios e Informações relativas a cada Caso Individual (CI) elaboradas pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras/Gabinete de Asilo e Refugiados (SEF/GAR).

Em caso de admissibilidade, o Departamento Jurídico participa na instrução dos pedidos, nomeadamente, no âmbito das competências reconhecidas pelo número 4, do artigo 28 da Lei de Asilo.

Em caso de não-admissibilidade, ou recusa do pedido, a actividade do Grupo Jurídico consiste na organização de requerimentos/processos para assistência jurídica, a pedido do requerente, dirigidos ao Centro Distrital de Segurança Social de Lisboa (CDSSLx) do Instituto de Segurança Social (ISS, I.P.) e em contactos junto do Pelouro de Apoio Judiciário do Conselho Distrital de Lisboa da Ordem dos Advogados, permitindo nomeações quão mais expeditas quanto eficazes no acesso ao direito. Posteriormente, após nomeação, é prestado o necessário apoio individualizado aos defensores oficiosos, em sede de recurso para o competente Tribunal Administrativo e Fiscal, providenciando, igualmente, informações para os referidos tribunais sobre países de origem, solicitadas *ex officio*.

O Grupo Jurídico acompanha ainda os casos individuais no âmbito do procedimento de determinação do Estado responsável pela análise do pedido (Dublin II). De referir também o apoio dirigido especificamente a menores desacompanhados, nomeadamente junto do Tribunal de Família e Menores de Loures (tribunal competente, tendo em conta a localização do Centro de Acolhimento para Refugiados – CAR, do CPR, onde os menores ficam alojados) no âmbito de processos de promoção e protecção a menores.

No que concerne ao apoio jurídico em sede de procedimento de asilo, nos termos da Lei de Asilo, o CPR prestou apoio directo a 143 dos 160 casos acima referidos, o que representa 90% de assistência jurídica relativamente ao total de pedidos apresentados, valor que sublinha a necessidade desta assistência.

Apesar do apoio jurídico do CPR não ser mandatário, algumas situações justificam que essa assistência não seja prestada: CIs que abandonam o CAR durante a pendência do pedido, requerentes que contactam o CPR posteriormente à chegada, como sucede, por vezes, nos casos em que se registam com outra morada junto das autoridades, ou requerentes que desistem do pedido antes de ser efectuada a entrevista para determinação do estatuto de refugiado.

A maioria dos requerentes de asilo que apresentam pedidos em território nacional fica alojada no CAR, durante a primeira fase do procedimento. Contudo, conforme foi já referido, casos há em que os requerentes fornecem ao SEF/GAR outra morada. Com o objectivo de alargar o apoio jurídico gratuito e específico ao maior número de requerentes, de acordo com o estabelecido na Lei de Asilo, o CPR envia, nestes casos, uma carta-minuta, apresentando a organização, bem como os serviços que presta. Prova do reconhecimento, da necessidade e relevância em recorrer a apoio especializado, o Departamento Jurídico é habitualmente contactado, posteriormente, pelos referidos requerentes.

De forma a prestar apoio a todos os requerentes de asilo em Portugal, o CPR tem acesso a postos de fronteira, nomeadamente ao Centro de Instalação Temporária (CIT) localizado no Aeroporto de Lisboa, local onde aqueles permanecem retidos durante a fase de admissibilidade. O CPR presta especial



atenção aos pedidos apresentados nos postos de fronteira, tendo em conta o procedimento especial a que estão sujeitos, caracterizado por prazos mais curtos. Em 2010, o CPR prestou apoio jurídico à totalidade dos pedidos de asilo apresentados em postos de fronteira (todos no Aeroporto Internacional de Lisboa) correspondendo a 78 intervenções.

No âmbito do processo de determinação, os juristas deslocaram-se ainda à Unidade Habitacional de Santo António, no Porto, e estabelecimentos prisionais por todo o país (Sintra, Caxias, Custóias e Lisboa), sempre que um pedido foi aí apresentado. Nunca será demais sublinhar o acesso do CPR a zonas habitualmente vedadas, como locais de detenção ou de trânsito, assim permitindo o apoio jurídico, um dos direitos dos requerentes garantidos nos termos da lei de asilo actualmente em vigor.

Durante o período em análise, o Departamento Jurídico efectuou 136 entrevistas para determinação do estatuto de protecção internacional (quadro 4 em anexo) a partir das quais elaborou o respectivo parecer jurídico, que para além da descrição factual prestada pelo requerente, inclui informação relevante acerca do país de origem (ou países de trânsito, quando pertinente), bem como referência a orientações específicas, nomeadamente do ACNUR, sempre que adequadas ao caso concreto, concluindo pela admissibilidade ou inadmissibilidade do pedido, devidamente enquadradas na lei de asilo.

Relativamente aos CIs recebidos em Portugal ao abrigo do programa nacional de reinstalação, quer quanto às pessoas recolocadas, não são efectuadas entrevistas de determinação do estatuto de protecção internacional, por desnecessárias, face ao seu estatuto anteriormente reconhecido pelo ACNUR, seguindo-se antes um procedimento específico que se inicia, após chegada, com uma conversa individual informativa acerca dos direitos e deveres no nosso país, prosseguindo-se com o apoio jurídico, tendo em conta as circunstâncias concretas de cada família/reinstalado.

De igual modo, não se efectuaram entrevistas de determinação aos 5 membros da família congoleza que chegou a Portugal no âmbito de processo de reagrupamento familiar, nem às 2 extensões de protecção efectuadas relativamente a crianças, filhas de refugiados, nascidas em Portugal, apesar de serem registadas pelas autoridades como pedidos individuais. Em todos os casos referidos, o CPR prestou o necessário apoio jurídico, nomeadamente através da organização dos respectivos processos, bem como contactos necessários à sua concretização.

Conforme referido, dos 136 casos individuais relativamente aos quais foram efectuadas entrevistas de determinação, o CPR considerou que 106 (78%) reuniam as condições para admissão, devendo assim prosseguir para a segunda fase processual - instrução/fase da elegibilidade. Dezoito (13%) CIs não foram admitidos, por consubstanciarem cláusulas de inadmissibilidade, nos termos do artigo 19º da Lei 27/2008. Doze situações (9%) foram enquadradas no procedimento especial de determinação do Estado responsável pela análise do pedido de asilo, no âmbito do Regulamento Dublin II (Regulamento CE 343/2003, de 18 de Fevereiro).

Na maioria dos pareceres, o CPR advogou pela aplicação do artigo 7º da Lei de Asilo, nos termos anteriormente referidos.

Durante o ano de 2010, o Departamento Jurídico do CPR prestou igualmente apoio na organização de pedidos de protecção jurídica em nome de requerentes que pretendiam recorrer judicialmente, quer das decisões negativas, quer das decisões de transferência, ao abrigo do Regulamento Dublin II, emanadas pelas autoridades administrativas intervenientes no procedimento de asilo. Com a entrada em vigor da Lei 27/2008 alargou-se o reconhecimento do efeito suspensivo dos recursos jurisdicionais, nomeadamente às decisões de não-admissibilidade, independentemente do local de apresentação do pedido, bem como às referidas decisões de transferência. No final do ano de 2009, este reconhecimento tornou-se efectivo com a alteração da interpretação deste relevante conceito por parte das autoridades (que o reconheciam apenas após efectiva entrega do recurso em tribunal) agora entendida de forma mais consistente e de acordo com a lei, ab initio em sede de processo de protecção jurídica.

Estes pedidos dirigidos aos serviços de Segurança Social, nos termos da Lei 34/2004, de 29 de Julho, permitem o acesso dos requerentes rejeitados ao apoio judiciário nos termos gerais, de acordo com a alínea d), do n.º 1, do artigo 49 da Lei de Asilo. Em 2010, o Departamento Jurídico prestou assistência a 64 requerentes não admitidos, recusados, ou com decisões de transferência ao abrigo do Regulamento Dublin II, a aceder ao regime de protecção jurídica/apoio judiciário.

O CPR enfrenta excessiva demora (por vezes alguns meses) no processo de nomeação de patrono por parte do Pelouro respectivo do Conselho Distrital da Ordem dos Advogados, com consequências sociais para o requerente e na eficácia que se pretende para o procedimento de asilo.

Com o objectivo de solucionar este constrangimento foi implementado o previsto no artigo 25, número 2 da Lei de Asilo, passando a aplicar-se com as devidas adaptações, a Lei 34/2004, de 29 de Julho, relativamente ao regime previsto para a nomeação de defensor de arguido para diligências urgentes. Durante 2010, o requerimento referente à protecção jurídica foi enviado pelo CPR para a Secretária do Tribunal Administrativo e Fiscal, cabendo a este serviço o contacto directo com o Pelouro do Apoio Judiciário do Conselho Distrital da Ordem dos Advogados. Ao mesmo tempo, era dado igualmente conhecimento aos serviços da Segurança Social. Todavia, esta prática foi abandonada no final do ano por razões de funcionamento do próprio tribunal.

Mantêm-se igualmente o apoio a defensores officiosos nomeados no âmbito dos processos referidos, nomeadamente através de informações actualizadas referentes ao país de origem do recorrente, tradução de documentos, serviços de interpretariado, até à utilização das instalações do CPR para consultas entre advogado e cliente/requerente.

Todavia, o maior desafio reside em colmatar a lacuna existente quanto ao conhecimento nesta área jurídica. Situação que é amplificada pelos curtos prazos previstos na lei para recurso jurisdicional (72 horas e 8 dias após a nomeação, em caso de decisão de inadmissibilidade de pedidos apresentados em postos de fronteira ou em território nacional, respectivamente), ao qual acresce informação insuficiente referente à situação em que o recorrente se encontra aquando da nomeação, aspectos que assumem impacto negativo na qualidade geral da representação officiosa. Com efeito, alguns dos defensores officiosos optam por solicitar escusa ao Conselho Distrital da Ordem dos Advogados, o que fundamenta novo pedido de protecção jurídica.

Como forma de ultrapassar o mencionado desconhecimento por parte dos advogados nomeados através do regime de protecção jurídica foi assinado, em Maio, um Protocolo entre o CPR e a Ordem dos Advogados, com o objectivo de estabelecer cooperação no âmbito da formação em direitos humanos, nomeadamente através da organização de seminários e workshops dedicados a esta temática.

A primeira acção de formação dedicada ao tema "Aplicação Prática da Lei 27/2008, de 30 de Junho", dirigida a advogados e juizes, teve lugar a 23 de Abril, no Salão Nobre da Ordem dos Advogados em Lisboa, contando com 40 participantes, o que pode ser considerado um passo positivo para a divulgação prática e sistematizada da Lei e do Direito de Asilo.

O CPR, como parceiro operacional do ACNUR, tem vindo a ser consultado pelo Tribunal Administrativo e Fiscal, relativamente a informação actualizada

referente à situação de países de origem de requerentes cujas decisões estão a ser objecto de análise.

Por último, referenciamos que, apesar do previsto nos artigos 22, número 2 e 30, número 2, da Lei 27/2008, determinando que os recursos deverão ser decididos no prazo de 8 e 15 dias (consoante estejam em causa decisões de não-admissão ou de recusa, respectivamente) tais prazos não são, sem surpresa, respeitados pelos tribunais administrativos, podendo, na prática, ter lugar após 12 meses.

1.3.2 Assistência jurídica a refugiados

A referência a refugiados no título deste capítulo deve ser entendida de forma ampla, isto é abrangendo, quer os refugiados reconhecidos em Portugal, quer os portadores de residência por Razões Humanitárias, quer os refugiados recebidos em Portugal ao abrigo do Programa de Reinstalação, quer ainda os portadores de Autorizações de Residência (que tenham sido anteriormente beneficiários de Protecção Humanitária, que ao abrigo da anterior Lei de Asilo tinha validade máxima de 5 anos, quer tenham sido requerentes de asilo posteriormente não admitidos ou recusados, mas que regularizaram a sua situação). O grupo de Indocumentados (requerentes de asilo que viram o seu procedimento concluso, permanecendo sem documentação em Portugal) assistido pelo CPR tem vindo a diminuir, sendo hoje residual, tendo em conta as várias possibilidades de legalização constantes na lei.

Para além do atendimento relacionado com o procedimento de asilo, o Grupo Jurídico acompanha, igualmente todas as questões jurídicas que se apresentam diariamente, agora enquadradas numa fase de integração: questões laborais, relativas à procura de habitação, reconhecimento de cartas de condução estrangeiras junto da Direcção-Geral de Viação, processos de reunificação familiar, pedidos de retorno voluntário, processos de aquisição de nacionalidade Portuguesa por naturalização, processos de casamento e registos de nascimento, processos de regulação de poder paternal, bem como processos de equivalência de habilitações literárias e académicas, junto das universidades e/ou ordens profissionais.

Para além da organização dos processos referidos emitem-se também declarações várias que atestam e clarificam a situação dos requerentes e refugiados em Portugal, informando outras entidades (privadas e públicas) que também lidam com esta população da especificidade inerente à sua condição jurídica, muitas vezes desconhecida ou indevidamente enquadrada.

Relevância assumem igualmente questões relacionadas com a emissão de documentos, tais como pedidos de emissão de passaportes e renovação de documentação (nomeadamente Autorizações de Residência, Autorizações de Residência Provisórias e pedidos de 2ª via, em caso de perda ou extravio).

O horário de atendimento jurídico, providenciado por 3 juristas, na sede, em Chelas, e no Centro de Acolhimento para Refugiados (CAR), sito na Bobadela, é o seguinte:

	2.ª FEIRA	4.ª FEIRA	6.ª FEIRA
LOCAL / HORÁRIO	CPR Chelas / 10h00 às 12h30	CAR Bobadela / 10h00 às 12h30	CPR Chelas / 10h00 às 12h30

Todas as actividades referidas implicam estreita articulação com os serviços do SEF, nomeadamente com o GAR e com a Direcção Regional de Lisboa do SEF, sendo, por isso, agendadas várias reuniões no decurso do ano para tratar de questões referentes aos CIs assistidos pelo Departamento Jurídico.

A articulação com o GAR assume maior relevância porquanto a mudança de instalações do SEF para Barcarena, levou a que o atendimento por parte desta entidade seja actualmente prestado na Direcção Regional de Lisboa do SEF, Av. António Augusto de Aguiar, uma vez por semana, às quartas-feiras.

De igual modo, assume importância a articulação com outros departamentos do CPR, nomeadamente o Departamento Social, do Emprego e Formação Profissional / Gabinete de Inserção Profissional (GIP), com a finalidade de se conceberem respostas integradas, eficazes na resolução das principais carências e problemas dos refugiados.

Entre as numerosas actividades desenvolvidas, consideramos igualmente pertinente referir a permanente actualização da bolsa de intérpretes, que constitui um importante recurso acessível a todos os intervenientes em sede de procedimento e integração.

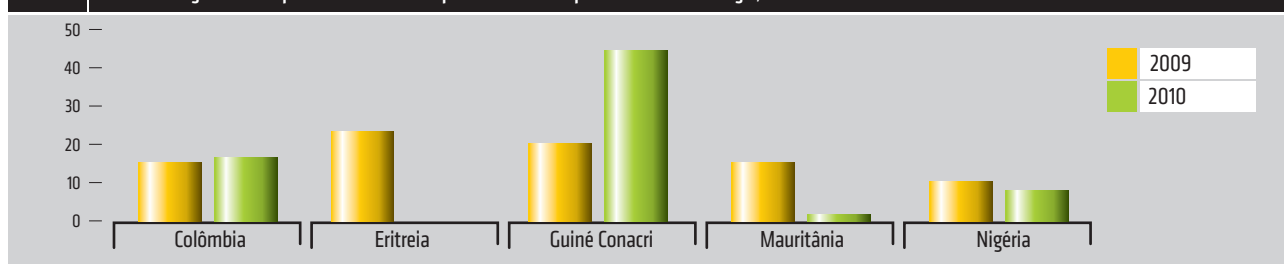
Durante o ano de 2010, o Departamento Jurídico efectuou um total de 2943 atendimentos a cidadãos de 52 nacionalidades (quadro 6 em anexo), registando o acréscimo de 51% relativamente ao ano passado, em que foram efectuados 1941 atendimentos.

Os países com maior expressão foram Guiné Conacri (540 consultas), Colômbia (232) e RDC - República Democrática do Congo (206), conforme quadro 6.

Os valores relativos ao atendimento a nacionais da RDC e da Colômbia justificam-se pelo elevado número de pedidos de asilo apresentados por estas nacionalidades nos últimos anos. Quanto à Serra Leoa e à Libéria, apesar de actualmente não serem países expressivos em termos de pedidos de asilo, permanecem como duas das maiores comunidades de antigos requerentes, tendo chegado a Portugal maioritariamente durante a década de 90 devido às guerras civis que tiveram lugar naqueles países. Alguns encontram-se actualmente em processo de aquisição de nacionalidade por naturalização.

A Mauritânia e a Eritreia podem caracterizar-se como “novos” países de origem geradores de requerentes de asilo em Portugal, apesar de este ano não terem sido expressivos em sede de apresentação de pedidos de protecção (quadros 1 e 7), reconhecendo-se todavia comunidades destes países, em Portugal, decorrentes dos pedidos efectuados em anos anteriores.

Gráfico 3 Países de origem mais expressivos em sede de pedidos de asilo apresentados em Portugal, 2009-2010



Por último, de referir que o atendimento jurídico se divide de forma equitativa entre o apoio jurídico em sede de procedimento de asilo e assistência a questões relacionadas com a integração.

O acréscimo verificado nos valores do atendimento jurídico permite concluir que subsiste a necessidade do mencionado apoio, bem como a relevância do atendimento efectuado, ainda que nem sempre a resposta a dar seja tão pronta quanto os requerentes gostariam, quer pela prioridade dada aos pedidos de asilo apresentados em Portugal (e dentro destes, prioritários são os pedidos efectuados em postos de fronteira), quer pela demora que alguns procedimentos assumem, nomeadamente os processos de reagrupamento familiar.

1.4 APOIO JURÍDICO

Do ponto de vista jurídico subsiste a riqueza e diversidade nos assuntos a acompanhar, no apoio a prestar a uma organização em permanente crescimento e evolução, participando na estratégia de advocacy na área do direito de asilo e refugiados, transversal a toda a organização.

Em finais de 2009, o CPR participou na tradução de "*Nacionalidade e Apátrida: Manual para Parlamentares*", preparado pelo ACNUR, em cooperação com o Comité Permanente para a Democracia e Direitos Humanos da União Interparlamentar (UIP). Este documento, dirigido aos Deputados, pretende expor os referidos temas, recorrendo a testemunhos, propondo soluções, indicando acções que aqueles poderão adoptar, constituindo, assim, uma ferramenta útil para reduzir a dimensão humana da apátrida. Em 2010, com o objectivo de preparar o lançamento deste manual no nosso país, o CPR manteve várias reuniões com o Presidente da Comissão de Direitos, Liberdades e Garantias da Assembleia da República, sublinhando a importância da ratificação dos instrumentos internacionais referentes ao estatuto dos apátridas por Portugal.

Este departamento colabora ainda de forma activa em pesquisas e estudos, respondendo regularmente a inquéritos, análises comparativas, pedidos de informação, relatórios no âmbito das políticas de asilo na União Europeia, providenciando informação relativa à situação do Asilo em Portugal. Em 2010 destacamos as seguintes participações:

- Relatório efectuado pelo Gabinete de Direito Comparado da Procuradoria da República relativo a menores desacompanhados em Portugal;
- Questionário acerca da participação de intérpretes no procedimento de asilo;
- Estudo comparativo referente a infra-estruturas e práticas relativas a Informação de País de Origem em tribunais europeus pelo "*Hungarian Helsinki Committee*";
- Questionário relativo a asilo, refugiados e recolocação para um Estudo Interno acerca de imigração e integração, organizado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros da Noruega;
- Estudo no âmbito do Projecto Europeu "*Fugindo Homofobia, Procurando Segurança na Europa*".

Paralelamente a este trabalho, o Grupo Jurídico, acompanha igualmente os diversos processos de contratação pública organizados pelo CPR, reconhecida como entidade adjudicante para efeitos do Código dos Contratos Públicos, entre outras questões jurídicas, nomeadamente a análise e preparação de protocolos, questões relacionadas com recursos humanos e recentemente questões relativas à construção do novo centro de acolhimento para crianças refugiadas.

O CPR participou ainda na "IV Semana Advogar pela Cidadania" através do Dia de Consulta Jurídica Gratuita, assim se associando, mais uma vez, neste evento ao Conselho Distrital de Lisboa da Ordem dos Advogados.

No decorrer do ano foram igualmente dinamizadas actividades relacionadas com a formação na temática dos direitos humanos, asilo e refugiados. Remetemos a este respeito para o capítulo respectivo.

1.5 ASPECTOS RELEVANTES E PRINCIPAIS PREOCUPAÇÕES

Apesar da Lei de Asilo poder ser avaliada globalmente de forma positiva, subsistem aspectos relativamente à sua implementação, que podem ser melhorados.

Para além dos constrangimentos anteriormente apontados no presente relatório, relacionados com os recursos jurisdicionais, bem como com o desconhecimento relativo ao regime jurídico do asilo em Portugal, aspectos que o CPR está empenhado em melhorar através de informação e formação, surgem outras questões que merecem a atenção do CPR.

Os processos de reagrupamento familiar têm vindo a suscitar vários problemas. Assim, foi preparado pelo Departamento Jurídico o documento "*Reunificação Familiar e Protecção Internacional: Desafios e Recomendações*", dirigido ao Ministério da Administração Interna, com o objectivo prático de lançar o debate desta matéria, propiciando e fornecendo pistas para a implementação de soluções adequadas.

Com efeito, problemas ocorrem não apenas quanto à duração que estes processos assumem (apesar do constante na Lei de Estrangeiros - número 3 do artigo 105 da Lei 23/2007, de 4 de Julho - no caso de ausência de decisão no prazo de 6 meses, o deferimento tácito do pedido não ocorre oficiosamente), mas também quanto à operacionalização deste procedimento, nomeadamente quando os familiares do requerente se encontram fora de Portugal e não são portadores de documentos de viagem, como sucede no caso de familiares que se encontram em campos de refugiados em países terceiros, ou quando os familiares se encontram nos países de origem, ou em países terceiros onde não existe representação diplomática Portuguesa, o que significa terem que se deslocar para países onde exista a referida representação, na maioria das vezes clandestinamente, implicando, por vezes, acrescidos riscos de vida para os familiares. Tendo em conta o exposto, a inter-relação entre os Ministérios da Administração Interna e dos Negócios Estrangeiros constitui um dos aspectos a aperfeiçoar.

Actualmente, o CPR enfrenta um acréscimo de pedidos de reagrupamento familiar, na sua maioria solicitados por refugiados reinstalados em Portugal. Com efeito, uma das suas pretensões à chegada ao nosso país é iniciar imediatamente tal procedimento relativamente a familiares que se encontram, quer no

país de origem, quer em países de primeiro asilo, quer ainda noutros países de acolhimento.

Outra questão relaciona-se com o estatuto dos requerentes de asilo na pendência do recurso da decisão de inadmissibilidade. Com efeito, sendo a lei omissa a este respeito, mas garantindo o efeito suspensivo ao mencionado recurso, ou seja, não permitindo a sua expulsão durante esse período, o CPR considera que, tal como previsto para os recursos de decisões de recusa, deveriam ser emitidas Autorizações de Residência Provisórias (ARPs), acautelando-se assim a estabilidade que o legislador quis consagrar ao procedimento de asilo, integralmente considerado, bem como a subsistência do requerente e o seu acesso aos vários serviços.

1.6 PROJECTO “DESENVOLVENDO A QUALIDADE DO ASILO NA UNIÃO EUROPEIA”

“Desenvolvendo a Qualidade do Asilo na UE – Estabelecendo Novos Mecanismos de Qualidade na Europa do Sul e Consolidando Mecanismos de Qualidade Nacionais na Europa Central e de Leste” / “Further developing Asylum Quality (FDQ) in the EU – Establishing New Quality Assurance Mechanisms in Southern Europe and Consolidating National Quality Mechanisms in Central and Eastern Europe”

Este projecto desenvolvido pelo ACNUR, iniciado em Abril 2010, financiado pela Comissão Europeia, com a duração de 18 meses, pretende examinar, analisar e desenvolver sistemas de verificação de qualidade no procedimento de asilo em 10 Estados-membros: Bulgária, Chipre, Grécia, Hungria, Itália, Polónia, Roménia, Eslováquia e Eslovénia, envolvendo a assistência das autoridades da Áustria, Alemanha e do Reino Unido, que proporcionarão apoio quanto a boas práticas.

O objectivo é melhorar a qualidade, justiça e eficácia dos procedimentos de asilo, através da análise e tomada de decisão relativamente a pedidos de asilo, quer em 1ª, quer em 2ª instância, assegurando o funcionamento efectivo e sustentável das Unidades de Verificação de Qualidade (“Quality Assessment Units – QAU’s”). Este projecto pretende ainda apoiar, através de acordos de cooperação, a construção de mecanismos internos de revisão que irão regular e objectivamente manter níveis de boa qualidade nos sistemas de asilo dos países membros.

As acções poderão variar de país para país, tendo em conta a especificidade e as necessidades de cada contexto nacional.

Em Portugal, este projecto está a ser desenvolvido pela Representação Regional do ACNUR para a Europa do Sul (*UNHCR Regional Representation for Southern Europe – RRSE*) sob a Coordenação Geral de Michael Ross e de Sofia Pinto de Oliveira, Coordenadora Nacional. Envolve o SEF, o CPR, contando igualmente com a cooperação das autoridades judiciais administrativas.

As acções implementadas têm incidido sobretudo na observação de entrevistas de determinação de estatuto, na organização de reuniões e formação.

O CPR tem participado activamente através de reuniões, formais e informais e partilha de informação referente a esta temática. De igual modo, participou no seminário, organizado no âmbito deste Projecto, dedicado ao tema “Vítimas de Tortura”, que teve lugar na sede do SEF, em Novembro, contando com o psiquiatra, Professor Afonso de Albuquerque, como orador.

1.7 ANÁLISE CRÍTICA DAS ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS

O Departamento Jurídico prossegue os objectivos enunciados no início do presente capítulo, subsistindo ainda e sempre aspectos a aperfeiçoar. A boa colaboração e a experiência partilhada pelo Grupo Jurídico constituem aspectos primordiais para dar resposta às várias solicitações e diferentes necessidades do CPR.

No âmbito do procedimento de asilo pugnamos pelo contínuo aperfeiçoamento dos pareceres jurídicos do CPR, decorrentes das entrevistas de determinação efectuadas, adequando tanto quanto possível a descrição factual efectuada pelo requerente à investigação detalhada da situação no país de origem, devidamente enquadrados e consubstanciados em informação específica emanada pelo ACNUR e outros actores humanitários internacionais.

De igual modo, esperamos que o apoio e informação individualmente prestados aos defensores oficiosos venham a ter impacto na qualidade da representação jurídica, o que certamente irá, por sua vez, influenciar a qualidade dos acórdãos. Até ao momento, apesar do empenhamento total deste Grupo em partilhar informação, tal não tem acontecido.

O acréscimo verificado este ano nos valores do atendimento jurídico, apesar de alguma forma justificado pelo aumento do número de pedidos de asilo apresentados no nosso país, permite concluir a sua necessidade e relevância.

De referir ainda o fácil acesso e a boa colaboração por parte das entidades governamentais mais directamente envolvidas nesta temática, ainda que por vezes as suas respostas fiquem aquém do esperado.

Outra área de relevância para o Departamento Jurídico é a formação, quer em colaboração com a Ordem dos Advogados, que esperamos incrementar nos anos futuros, quer através do Seminário em “Direito de Asilo e Refugiados” que decorre no Mestrado de Direito, da Universidade Católica do Porto, prova do interesse que esta temática desperta, sendo notório um aumento de alunos inscritos todos os anos.

A cooperação com outras organizações nacionais, regionais e internacionais, através da participação em reuniões, partilha de informações e resposta a questionários é também uma parte importante do trabalho desenvolvido, não apenas porque permite ao CPR estar integrado e participar nos desenvolvimentos que ocorrem a nível Europeu e Internacional, mas também por constituir um meio de aprendizagem, de partilha de informação e disseminação das boas práticas implementadas em Portugal.







14



2. REINSTALAÇÃO EM PORTUGAL

REINTEGRAÇÃO

2.1 PROGRAMA NACIONAL DE REINSTALAÇÃO

A implementação do Programa Nacional de Reinstalação constitui, desde o início em 2006, um objectivo central do CPR, não apenas por corresponder a um desafio recente para a política de asilo em Portugal, mas também por cremos tratar-se de uma solução duradoura com grande potencial de implementação no nosso país, respondendo na prática a critérios de protecção internacional.

Assim, em 2010, o CPR preparou um documento intitulado “Programa Nacional de Reinstalação, Balanço Operacional”, dirigido ao Ministério da Administração Interna (MAI) e SEF, no qual reafirma a relevância deste projecto, bem como a sua manutenção.

O CPR continua a defender a reinstalação como adequada à situação particular de Portugal em termos de asilo. Sem descurar os pedidos apresentados espontaneamente, o CPR presta apoio especificamente dirigido aos reinstalados, quer antes da sua chegada, através da organização de informação acerca de Portugal preparada em conjunto com o SEF/GAR, quer após entrada em território nacional, nomeadamente com a sua recepção no aeroporto.

Em 2010, cumpriu-se a quota de 30 refugiados reinstalados, ao abrigo da Resolução do Conselho de Ministros n.º 110/2007, de 12 de Julho (quadro 8, em anexo), aos quais acresceram, conforme referido anteriormente, 3 refugiados reinstalados extra-quota e 6 refugiados recolocados em Portugal, provenientes de Malta, nacionais da Somália, no âmbito do Projecto-Piloto EUREMA / FER referente à re-colocação intra-comunitária de beneficiários de protecção internacional.

A Lei de Asilo faz igualmente referência à Reinstalação. O artigo 35º reconhece o papel do ACNUR, envolvendo o CPR no procedimento de selecção. Assim, dando cumprimento ao articulado do número 3, do artigo 35º da Lei 27/2008, os pedidos/dossiers de reinstalação preparados pelo ACNUR foram enviados pelo SEF/GAR para análise do CPR. Nos termos do mesmo artigo, o CPR emitirá parecer, em 5 dias, sobre os mesmos. Estes pareceres organizados de forma integrada pelos vários departamentos do CPR propõem-se analisar a oportunidade e condições necessárias à reinstalação dos diversos CIs em Portugal, o que consideramos uma boa prática, já que permite a preparação do acolhimento por parte do CPR.

Em 2010, o CPR preparou 17 pareceres relativos a idêntico número de requerentes principais (acompanhados por 24 familiares, no total). Com excepção dos 3 reinstalados que chegaram a Portugal durante o primeiro semestre, o CPR teve oportunidade de se pronunciar relativamente a todos os casos de reinstalação que posterior e efectivamente chegaram ao nosso país, correspondendo a 8 famílias monoparentais e 4 casos isolados, de nacionalidades Ugandesa, Iraquiana, Afegã, Somali e Congolesa, provenientes da Síria, Moçambique e Ucrânia, primeiros países de asilo.

Todos os dossiers foram passíveis de enquadramento, quer no artigo 13, número 3 da Decisão 573/2007/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Maio (Fundo Europeu para os Refugiados), quer nos critérios de selecção defendidos pelo ACNUR.

Os critérios seguidos pelo governo reconheceram assim a necessidade de protecção a mulheres e crianças em risco, nomeadamente vítimas de violência ou exploração física, psicológica ou sexual, bem como a necessidade legal e física de protecção ou a ausência de integração em países de asilo, no âmbito de Programas Regionais de Protecção.

Assim, se anteriormente caracterizamos o requerente de asilo em Portugal como sendo do género masculino, proveniente maioritariamente do continente Africano, fugindo por razões relacionadas com violações sistemáticas dos direitos humanos ocorridas no país de origem, apresentando pedido de asilo em território nacional, onde chega só e sem família, podemos caracterizar-se o refugiado reinstalado como sendo do género feminino, proveniente do Médio Oriente, necessitando de protecção pelas razões identificadas no parágrafo anterior, chegando a território nacional acompanhado por filhos menores.

Tal como previamente referido, o apoio jurídico a esta população inicia-se com informação relativa aos direitos e deveres que lhes assistem em Portugal, reconhecimento do estatuto legal, acesso a documentação, liberdade de movimento em Portugal e na União Europeia, processos de reagrupamento familiar, equivalência de diplomas escolares ou profissionais e autenticação de documentos.

Como habitualmente, os técnicos do CPR deslocaram-se à zona Internacional do Aeroporto de Lisboa, para receber cada um dos grupos de refugiados, apoiando-os assim nestes primeiros momentos da sua vinda ao país. De salientar, que sempre que necessário, os técnicos vão acompanhados de um intérprete/refugiados da mesma nacionalidade.

A presença do intérprete, aquando da sua chegada a Portugal, é extremamente necessária quando não falam português, inglês ou francês. O CPR recorre sobretudo a refugiados da mesma nacionalidade, que lhes puderam explicar a missão e o modo de funcionamento do CPR, e do Centro de Acolhimento, em particular. Para além da utilidade na transmissão de informações práticas sobre o alojamento, o refugiado intérprete/mediador transmite aos refugiados reinstalados mais segurança e confiança no momento da chegada a uma nova sociedade que lhes é totalmente desconhecida.

O CPR, à semelhança do que aconteceu com os grupos anteriores, trabalha de forma contínua e permanente com estes refugiados reinstalados, disponibilizando um conjunto diversificado de apoios e serviços:

- Alojamento inicial e transitório;
- Alimentação (com utilização de cozinha comum para confecção de refeições);
- Aconselhamento social e informação sobre o país de acolhimento;
- Aconselhamento jurídico e informação sobre o procedimento de asilo;
- Formação em língua portuguesa;
- Quiosque Internet e WIFI;
- Banco de roupas doadas;
- Lavandaria e engomadoria;
- Senha de passe social (transporte), cartão de telefone (comunicações);
- Apoio médico e medicamentoso;
- Aconselhamento para o Emprego e Formação Profissional através do Gabinete de Inserção Profissional (GIP).

Os refugiados reinstalados beneficiam ainda do apoio médico. Assim que possível são encaminhados para fazer a inscrição no Centro de Saúde da Bobadela. Quando necessário, são encaminhados para outros serviços médicos, de acordo com as suas necessidades específicas. Para além disso, através do Centro de Saúde da Bobadela e de S. João da Talha e de protocolos que o CPR estabeleceu com outras entidades, como o Instituto de Higiene e Medicina Tropical

(IHMT), são encaminhados para a realização de exames médicos para despistagem de doenças infecto-contagiosas e outras. O CPR assegura o apoio medicamentoso, desde que os medicamentos tenham sido prescritos por um médico, através de receita.

Ao longo da sua permanência no Centro de Acolhimento estes utentes têm vindo a beneficiar de um conjunto de actividades, que se enquadram no âmbito dos apoios e serviços mencionados:

- Sessões de orientação cultural;
- Sessões de informação;
- Apoio jurídico durante o processo de reinstalação (e até obterem o documento final);
- Actividades de preparação para a integração (sessões de técnicas de procura de emprego).

É de salientar que o CPR estabeleceu como uma das suas principais prioridades a integração dos jovens refugiados reinstalados no sistema escolar.

Por último, destaca-se que, no âmbito das aulas de português, os refugiados reinstalados/as participaram em diversas actividades socioculturais. Estas actividades desempenham um papel fundamental no seu processo de acolhimento e integração na sociedade portuguesa, uma vez que lhes permitem conhecer com maior profundidade a cultura portuguesa, para além de lhes possibilitar, através de experiências do quotidiano, desenvolver mais rapidamente competências linguísticas. Permitem, ainda, desenvolver novas redes de relações sociais, em particular com outros refugiados/as.

Até final de 2010, Portugal recebeu 107 refugiados no âmbito do Programa Nacional de Reinstalação (quadro 8 em anexo), de 11 nacionalidades diferentes, sendo a RDC, até ao momento, a nacionalidade predominante.

Por último, deve referir-se que, à semelhança do que aconteceu em anos anteriores, o CPR esteve presente nas Consultas Tripartidas Anuais da Reinstalação (Annual Tripartite Consultations on Resettlement - ATCR), organizadas pelo ACNUR, em Genebra.

2.2 PROJECTO “PROMOÇÃO DA REINSTALAÇÃO NA UNIÃO EUROPEIA ATRAVÉS DA COOPERAÇÃO PRÁTICA ENTRE ESTADOS-MEMBROS E OUTROS INTERVENIENTES”

Projecto conjunto do ACNUR, OIM e ICMC/“Promotion of Resettlement in the EU through Practical Cooperation by EU Member States and other Stakeholders”

O objectivo deste projecto, iniciado em Dezembro de 2009, com a duração de 18 meses, e envolvendo estas três organizações internacionais, é levar o maior número de Estados-membros a comprometerem-se com a reinstalação, reforçando a sua cooperação, por forma a criar um esquema de reinstalação na União Europeia.

A cooperação, no âmbito deste projecto, pretende cobrir todo o processo de reinstalação, incluindo missões de selecção conjuntas no âmbito da UE, análise de candidatos, actividades anteriores à partida (exames médicos, sessões de orientação cultural) e partilha de conhecimentos, bem como “networking” em sede de acolhimento e integração dos refugiados reinstalados.

O projecto dirige-se a Estados-membros como a Bélgica, França, Holanda, Suécia, Finlândia, Reino Unido, Portugal, Polónia, República Checa e Roménia, combinando países tradicionais e países mais recentes na implementação da reinstalação.

Em Junho, decorreu a formação em “Resettlement Service Provider Training – Reception and Integration for resettled refugees”, entre os dias 14 e 16, no Hotel Tivoli em Sintra. Estiveram presentes ONG's, instituições públicas, e outras diversas, tendo estado representados os seguintes países: Bélgica, França, Hungria, Holanda, Polónia, Portugal, Roménia, Eslováquia, Suécia e Reino Unido. Estiveram ainda presentes representantes do ACNUR, da “International Catholic Migration Commission” (ICMC) e Organização Internacional para as Migrações (OIM).



O primeiro dia da formação foi dedicado à problemática da reinstalação (o conceito; as necessidades de reinstalação ao nível global e europeu; prioridades ao nível da reinstalação; grupos vulneráveis). Por outro lado, discutiu-se também o conceito de integração e o que é preciso para que os reinstalados se integrem na sociedade de acolhimento. Por último, reflectiu-se, a partir da experiência de Portugal e do Canadá, sobre as vantagens e desvantagens dos diferentes modelos de acolhimento dos reinstalados (centralizado – acolhimento inicial num centro de acolhimento e descentralizado – acolhimento inicial em alojamento individual). Chegou-se à conclusão que ambos os modelos são bons, e que a escolha de um ou de outro, depende sobretudo do contexto nacional de cada país de reinstalação.

No segundo dia, e partindo das experiências de diferentes países, centrou-se a reflexão sobre as questões relativas à integração dos reinstalados, tendo sido abordados temas como o do emprego, habitação, voluntariado. Dedicou-se também uma parte da agenda à análise das dificuldades de integração de públicos vulneráveis.



Por último, no terceiro dia, a formação (e partilha de boas práticas) centrou-se nas actividades de orientação cultural (pré-chegada e pós-chegada ao país de acolhimento), sendo de realçar que a reflexão girou em torno do papel que os diferentes agentes (municípios, ONGs, organizações internacionais) podem desempenhar neste processo.

Mais do que formação foi sobretudo um workshop de partilha de boas práticas, dificuldades, partilha de experiências e possíveis soluções. Procurou-se também identificar práticas promissoras e novas metodologias de intervenção, que permitam uma integração mais fácil e plena dos reinstalados. É de destacar a participação de refugiados, provenientes da Áustria e Reino Unido, em representação de organizações envolvidas na reinstalação, e também a presença de dois refugiados pertencentes à Associação de Refugiados em Portugal (ARP). As suas experiências e vivências, na primeira pessoa, enriqueceram bastante a reflexão conjunta.

Relativamente à participação portuguesa, estiveram presentes as seguintes organizações:

- Conselho Português para os Refugiados (CPR);
- Instituto de Segurança Social (ISS);
- Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP);
- Instituto da Habitação e Renovação Urbana (IHRU);
- Câmara Municipal de Lisboa (CML);
- Associação de Refugiados em Portugal (ARP).

Para o CPR a participação destas entidades foi fundamental, uma vez que permitiu dar a conhecer com maior profundidade a problemática da reinstalação, quais as boas práticas desenvolvidas noutros países europeus e qual o papel das organizações congéneres neste processo. Desta forma, espera-se que tenham ficado mais sensibilizados para esta área e mais disponíveis para procurar soluções e respostas específicas para os reinstalados. O CPR pretende continuar a colaborar com estes parceiros, procurando dar continuidade ao trabalho que tem vindo a desenvolver desde 2006.

No âmbito deste projecto foi efectuado convite ao MAI/SEF para participar numa actividade conjunta, com o objectivo de promover a selecção de casos através da análise de dossiers, como parte essencial de um programa europeu de Reinstalação. Tal actividade consistiria na visita ao centro para reinstalação do ACNUR, em Beirute, juntamente com o “Swedish Migration Board”, para desenvolver práticas já implementadas por este último, permitindo estreitar a cooperação e a comunicação entre governos e delegações do ACNUR no terreno.

2.3 ANÁLISE CRÍTICA

Apesar do cumprimento da quota anual de 30 refugiados, a maioria dos reinstalados chegou a Portugal durante o mês de Dezembro (quadro 8). Tal situação teve repercussões logísticas no CAR (preparado para receber até 42 pessoas), local onde os referidos refugiados ficam inicialmente alojados para melhor preparar a sua adaptação à nossa sociedade, bem como o acesso aos serviços prestados pelo CPR (nomeadamente apoio social e jurídico e formação em língua portuguesa).

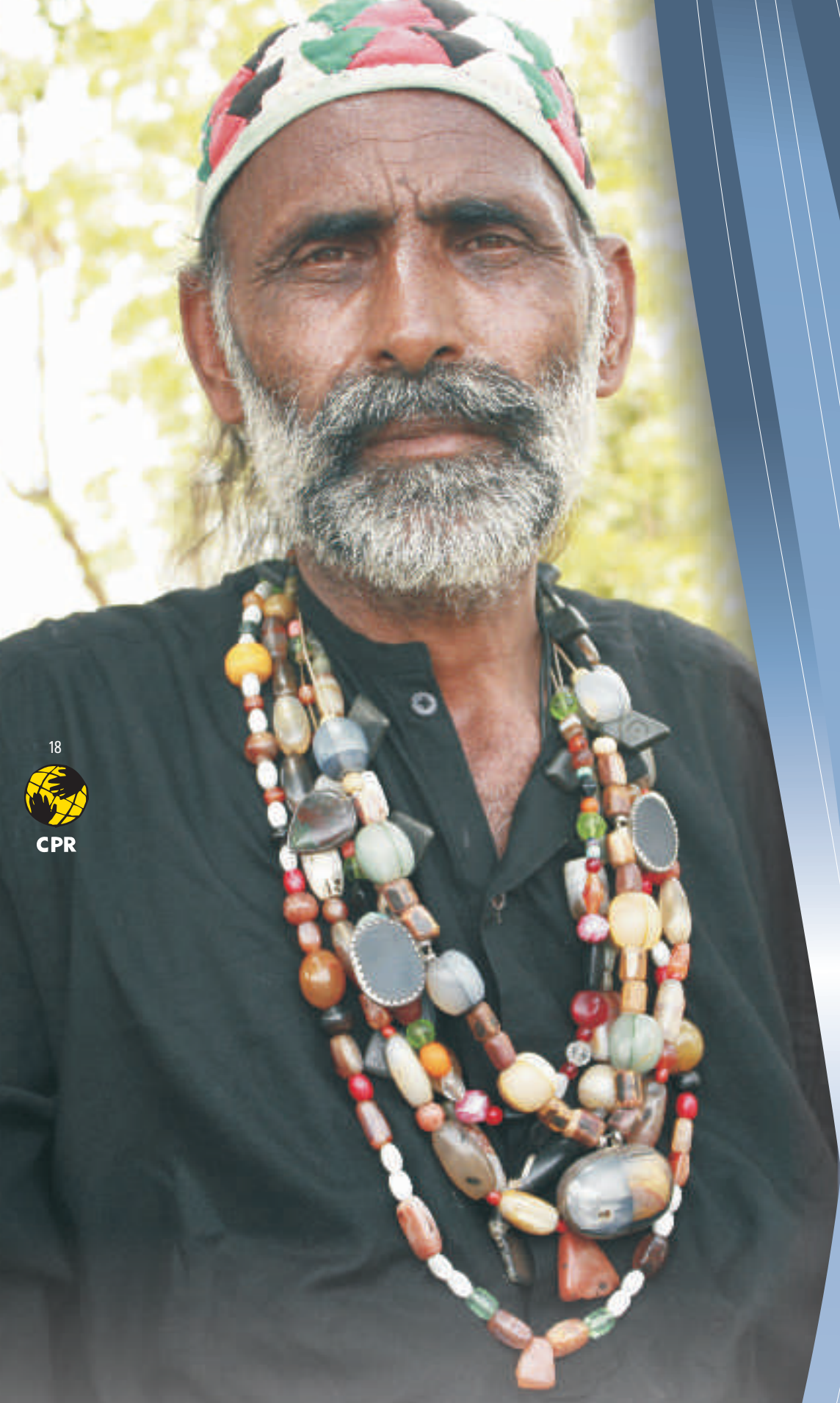
O Director Nacional do SEF justifica tal concentração nas chegadas a Portugal com questões operacionais relativas à emissão de documentos de viagem e vistos aos refugiados, bem como atraso por parte do ACNUR, que apenas em Agosto enviou dossiers para selecção do MAI.

Apesar de existir um documento organizado pelo SEF e CPR relativo à informação e sensibilização cultural, a informação prestada aos refugiados que decidem reinstalar-se em Portugal, prévia à chegada, é deficiente ou inexistente, o que gera dificuldades, quer ao nível de gestão de expectativas, quer na adaptação e integração na sociedade portuguesa. Esta área tem, sem dúvida, de ser melhorada, já que é essencial que os refugiados a reinstalar tenham real acesso à informação referente ao país de acolhimento.

Por último, e apesar dos esforços que têm vindo a ser desenvolvidos pelo CPR nos últimos anos, considera-se fundamental continuar a promover o trabalho em rede ao nível da reinstalação, sobretudo no que se refere às fases do acolhimento e integração.

Do nosso ponto de vista, é preciso garantir o envolvimento dos municípios no acolhimento e integração dos refugiados reinstalados/as em Portugal, nomeadamente no que se refere à facilitação do acesso à habitação social, ao emprego e à formação profissional.

Por outro lado, o envolvimento dos Ministérios da Educação, da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, da Saúde e do Trabalho e Solidariedade Social são também prioritários. Neste sentido, considera-se que o CPR terá que continuar a intervir como agente mobilizador desta articulação, procurando incentivar, através das suas acções, uma maior participação destes Ministérios.



3. ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO

ACOLHIMENTO

3.1 ALOJAMENTO

O Centro de Acolhimento para Refugiados (CAR) completou 4 anos a 30 de Outubro de 2010. Desde a sua inauguração procurou ser um porto de abrigo para as 561 pessoas que alojou (requerentes de asilo, refugiados e beneficiários de protecção subsidiária, alguns deles reinstalados ou recolocados – figura 1, em anexo).

Em 2010, o CAR acolheu 201 pessoas, oriundas de 32 países, 53 transitaram de 2009 tendo recebido ao longo do ano mais 148 pessoas (quadro 9, em anexo). Verifica-se que as famílias (42,8%) e os homens isolados (42,3%) são quem mais procura o asilo em Portugal (quadro 9, em anexo).

No que concerne às 148 novas entradas, o CAR acolheu pessoas originárias de 29 países. Cerca de 64% destas entradas acontece no 2º semestre de 2010, particularmente nos últimos dois meses do ano, em que se regista mais de um terço das novas admissões: 21 requerentes de asilo, 6 recolocados (protecção subsidiária) e 30 refugiados reinstalados. Esta concentração de novas entradas conduziu, naturalmente, a algumas alterações logísticas no CAR, designadamente o alargamento dos horários de atendimento e das refeições.

Tendo presente a vulnerabilidade das famílias e mulheres isoladas, estas permanecem mais tempo no CAR o que, necessariamente, implica um maior número de pessoas a transitar de 2009 para 2010. Os menores desacompanhados têm permanecido no CAR, ao abrigo de medidas de promoção e protecção, até atingirem a sua maioridade.

Os utentes que não ficam alojados no CAR, por, por exemplo, terem familiares com quem residir, usufruem dos mesmos serviços e apoios que os residentes, com excepção do alojamento.

Ao longo do ano foi necessário recorrer aos serviços de uma pensão em dois momentos: por se ter excedido a lotação do Centro e por comportamento incorrecto de alguns utentes.

3.2 APOIO E ACONSELHAMENTO SOCIAL

O apoio e aconselhamento social abrangem todas as pessoas que pedem ou já pediram asilo. Existe, conseqüentemente, uma continuidade no trabalho social, pois a integração é um processo que se inicia no primeiro dia de acolhimento e que prossegue após a saída do CAR.

Em 2010, face ao elevado número de beneficiários, o atendimento social do CPR foi efectuado todas as manhãs, de Segunda a Quinta-feira: Segundas e Quintas para os residentes no CAR, Terças e Quartas para os antigos residentes do CAR e outros utentes externos. Estes, no início de 2010, tinham apenas uma manhã por semana para atendimento, mas devido a um aumento, por parte da população residente em Loures, na procura deste serviço, o horário foi ampliado.

O alargamento só foi contudo possível devido à admissão de mais uma técnica (estágio INOV Social). A equipa de 3 técnicas de serviço social (em que se inclui a Directora do CAR) foi apoiada por 9 estagiários (distribuídos por estágios de cerca de 3 meses) e por 6 voluntários.

Tendo presente a enorme diversidade de origens que caracteriza os beneficiários do apoio social, 42 países diferentes, foi necessário recorrer aos serviços de interpretariado em diferentes ocasiões.

Relativamente às populações que mais recorreram ao apoio social do CPR, em 2010, foram as famílias (48,7%), ainda que os homens isolados continuem a ser bastante significativos (41,9%). Os países mais representados no apoio social foram a Colômbia (58), a Guiné Conacri (45), o Congo-Kinshasa (40), a Somália (31), Angola (29), o Iraque (23) e o Afeganistão (19).

Em 2010 efectuaram-se 2946 atendimentos (figura 2 em anexo), registando-se dois picos em Setembro (316) e Dezembro (436). No primeiro semestre efectuaram-se 1194 atendimentos e 1752 no segundo semestre:

- 1695 atendimentos a 106 pessoas alojadas no CAR;
- 1251 atendimentos a 155 utentes externos (796 a residentes no concelho de Loures e 455 a residentes em outros concelhos).

A população reinstalada (residente no CAR e externa) beneficiou de 639 atendimentos em 2010, representando cerca de 21,7% dos atendimentos sociais efectuados.

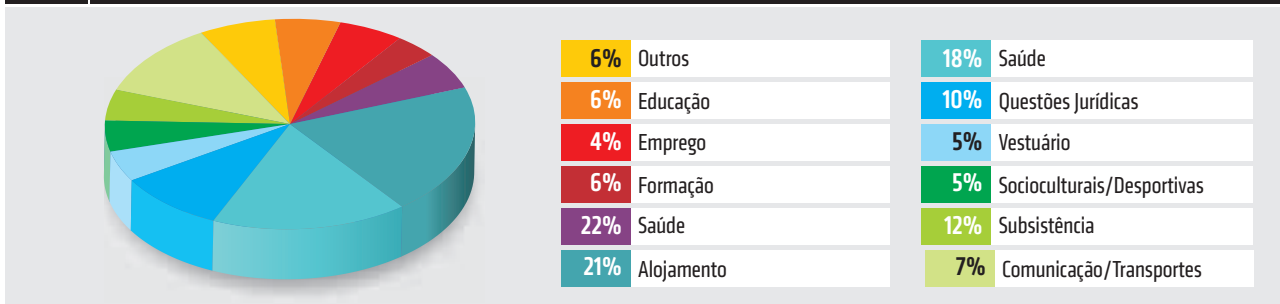
3.2.1 Apoio aos residentes no CAR

Os requerentes de asilo e refugiados residentes no CAR beneficiam de um subsídio semanal, pequeno-almoço, alimentos do Banco Alimentar Contra a Fome e do Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados (PCAAC), cartão de telefone, bilhetes de transporte e, no início do mês, o passe social. Para além dos serviços de lavandaria e banco de roupa, do polidesportivo e da biblioteca, efectua-se, no CAR, o atendimento jurídico, social, de emprego e formação e a iniciação à língua portuguesa. Privilegia-se o respeito pelos costumes e cultura de cada pessoa, atribuindo-lhe a responsabilidade pela gestão do seu espaço e vida. Cada um é responsável pela confecção das suas refeições, pela higiene da cozinha e quarto e, em ambiente de atendimento, define o seu projecto de vida (a curto e médio prazo).

As pessoas que chegam em procura de protecção têm, numa primeira fase, necessidades básicas que precisam de ser garantidas.

Podemos observar no gráfico seguinte que as principais intervenções são no domínio do alojamento (21%), da saúde (18%), da subsistência (12%) e das questões jurídicas (10%).

Gráfico 4 Residentes - Aconselhamento Social (2010)



A intervenção na área do alojamento resulta, em primeiro lugar, das questões inerentes à vivência no CAR. Seguem-se depois as diligências preparatórias à saída do Centro, auxiliando os utentes na procura de casa, através de contactos e visitas.

A necessidade de cuidados de saúde é recorrente. A situação que originou a partida do país de origem e o próprio processo de fuga são, regra geral, desgastantes do ponto de vista emocional e físico. Acresce, ainda, a incerteza da resposta ao pedido de asilo, a ansiedade e a insegurança de estar num país estrangeiro onde é necessária a constante aprendizagem (território, língua, costumes, leis). Por estas razões, à chegada, cada pessoa é encaminhada para prestação de cuidados no Centro de Saúde, para exames de rastreio no Centro de Diagnóstico de Pneumologia e no Instituto de Higiene e Medicina Tropical (IHMT) e, sempre que adequado, de acordo com a vontade do utente, para apoio psicológico e psiquiátrico, no Centro de Apoio à Vítima de Tortura em Portugal - CAVITOP. Para que a prestação de cuidados médicos seja a mais adequada, efectua-se regularmente o acompanhamento a serviços variados, que inclui, por vezes, a presença de um tradutor.

Paralelamente, sempre que identificada uma necessidade e/ou vontade colectiva, procuram-se encontrar as soluções mais adequadas e disponíveis, sejam pelas capacidades dos próprios utentes, do pessoal do CPR ou, simplesmente, pela rede de parceiros (abordada no ponto 3.6).

As actividades de apoio aos utentes são ajustadas à população residente. Dada a diversidade de características há actividades que são organizadas pontualmente, como seja o caso das aulas de Hip Hop dinamizadas por um utente que, temporariamente, animaram as manhãs do CAR.

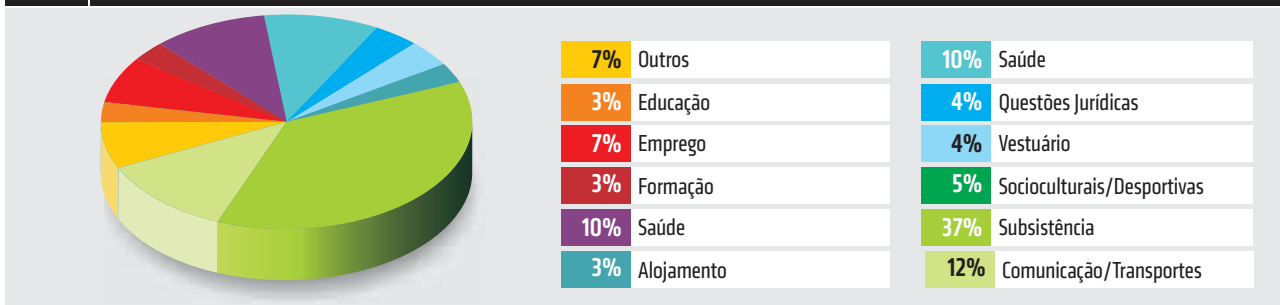
Uma das prioridades do CPR é a integração das crianças e jovens no sistema escolar. Assim que chegam ao nosso país, procura-se, de imediato, integrar os jovens refugiados numa das escolas locais, de acordo com as suas habilitações literárias. Mesmo depois de estarem a frequentar a escola, o CPR continua a apoiar não só ao nível da aquisição de material escolar, mas, também, nos processos de equivalência escolar.

Por outro lado, são organizadas regularmente sessões de informação dirigidas aos utentes sobre diversos temas (Saúde, Economia Doméstica, Cidadania, Emprego) realizadas por técnicos e estagiários do CPR e, pontualmente, em parceria com outras instituições, nomeadamente com os Médicos do Mundo e a Farmácia de S. João.

3.2.2 Apoio aos beneficiários externos

Como esperado, os antigos residentes têm necessidades diferentes. Destaca-se a subsistência (37%), particularmente para aqueles que se encontram numa situação de desemprego e que dependem da Segurança Social, os transportes/comunicações (12%), saúde e o alojamento (10%).

Gráfico 5 Antigos Residentes - Aconselhamento Social (2010)



Tendo presente que os pagamentos das prestações sociais por parte das entidades estatais têm sofrido atrasos, o CPR tem contactado, frequentemente, as referidas entidades no sentido de se regularizarem estes processos, sob pena de prejudicarem, bastante, a integração desta população em Portugal. Nos casos em que a pessoa se encontra em situação mais vulnerável o CPR atribui um subsídio de emergência e alimentos do PCAAC.

Disponibiliza-se, mediante avaliação da situação, bilhetes de transporte ou passes sociais para que as pessoas possam continuar a aceder a serviços, procurar emprego, etc.

Apoiam-se, ainda, os beneficiários externos na aquisição de medicação, no acompanhamento a consultas e até no pagamento de interpretariado, para que possam usufruir dos cuidados médicos necessários.

Segue-se o encaminhamento para o GIP (Gabinete de Inserção Profissional) e outros serviços de apoio ao emprego (7%). No entanto, são poucos os que se conseguem autonomizar devido a factores diversos, como, estado de saúde, dificuldades na língua, as estratégias de outros que, precisando enviar dinheiro

para as famílias, trabalham sem contrato e a actual situação de elevada taxa de desemprego.

3.3 ACONSELHAMENTO E APOIO PARA O EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

As actividades na área do emprego e formação têm como principal objectivo promover a integração dos requerentes de asilo, refugiados e refugiados reinstalados no mercado de trabalho.

A integração dos refugiados deve ser considerada como um processo:

- **Dinâmico e recíproco:** implicando deveres da sociedade de acolhimento mas também dos próprios refugiados. Para o refugiado, implica que esteja preparado para se adaptar ao estilo de vida da sociedade de acolhimento sem perder a sua identidade cultural. Para a sociedade de acolhimento implica demonstrar a vontade de adaptar as instituições públicas às mudanças na composição da população, de aceitar os refugiados como parte da comunidade nacional e tomar iniciativas que facilitem o acesso aos recursos e aos processos de tomada de decisão.
- **A longo prazo:** frequentemente, inicia-se, em termos psicológicos, no momento de chegada ao destino final e termina quando o refugiado se torna membro activo desta sociedade do ponto de vista jurídico, social, económico, educacional e cultural.
- **Multidimensional:** relacionado quer com as condições existentes, quer com a participação efectiva em todos os processos da vida económica, social, cultural, cívica e política do país de asilo duradouro. Implica também que os refugiados sintam que são aceites e que pertencem à sociedade de acolhimento.

A integração efectiva na sociedade de acolhimento por parte dos refugiados depende em grande medida da possibilidade de arranjar um trabalho e de serem autónomos ao nível económico. Muitas vezes, os refugiados apenas conseguem aceder a trabalhos desqualificados, em que o nível de qualificação exigido é baixo. Nas situações em que é imprescindível um nível de qualificação mais elevado, os constrangimentos são múltiplos.

Para os refugiados, de uma maneira geral, a obtenção de equivalências escolares é duplamente difícil: por um lado, não podem recorrer às autoridades do seu país com vista a solicitar comprovativos das suas habilitações escolares e/ou profissionais; por outro lado, mesmo quando conseguem obter esses documentos, verifica-se, muitas vezes, que esses certificados não são reconhecidos em Portugal. Mesmo nas situações em que o refugiado é portador de um certificado de licenciatura, na maioria dos casos, as universidades portuguesas não lhes concedem uma equivalência escolar. Poderão obter uma equivalência ao nível do ensino secundário, mas, para isso, vêm-se obrigados a realizar exames de equivalência.

Por tudo isto, se convencionou que a certificação de competências e o acesso à formação profissional complementar, assim como aprender a falar, a ler e a escrever na língua do país de acolhimento, são os maiores desafios que se colocam à integração de milhares de refugiados e requerentes de asilo que chegam à Europa todos anos e que necessitam destas competências para conseguir prestar assistência à família, aceder ao mercado de trabalho e participar activamente nas sociedades e comunidades de acolhimento.

Neste contexto, e desde 2001, funciona no CPR um serviço de emprego e formação profissional, com o objectivo de orientar profissionalmente os requerentes de asilo e refugiados. Procura-se sobretudo promover a qualificação escolar e profissional dos refugiados, facilitando o seu acesso a processos de reconhecimento, certificação e validação de competências, à formação profissional, a processos de equivalência escolar e profissional, de forma a que os refugiados se tornem mais competitivos perante o mercado de trabalho.

Com a abertura do novo Centro de Acolhimento, em 2006, o Serviço de Emprego e Formação Profissional foi transferido para a Bobadela, passando a ser disponibilizado à comunidade local. Este serviço, que funciona em parceria com o Instituto de Emprego e Formação Profissional/Centro de Emprego de Moscavide, é designado por “Gabinete de Inserção Profissional - GIP”.

O horário de funcionamento é de 2^a a 6^a feira, entre as 10:00 e as 13:00 e entre as 14:30 e as 18:00, e presta os seguintes serviços:

- Apresentação quinzenal aos desempregados que se encontram a receber subsídio de desemprego e que residem nas freguesias de São João da Talha e Santa Iria da Azóia;
- Informação profissional para jovens adultos desempregados;
- Apoio à procura activa de emprego;
- Realização de entrevistas individuais a todos aqueles que procuram o serviço pela primeira vez, com o objectivo de identificar as suas habilitações escolares e profissionais e áreas de motivação e interesse;
- Acompanhamento personalizado dos desempregados em fase de inserção ou reinserção profissional;
- Dinamização de sessões de técnicas de procura de emprego individuais e colectivas;
- Pesquisa e disponibilização aos utentes de ofertas de emprego e formação profissional;
- Realização de contactos com as empresas com vista à captação de ofertas de emprego e de estágios profissionais/curriculares que possam beneficiar os refugiados e a comunidade local;
- Elaboração de C.V., cartas de motivação;
- Inscrição dos refugiados nos cursos de língua portuguesa do CPR e apoio na inscrição em acções do Programa “Português para Todos”;
- Informação sobre cursos e actividades de natureza formativa realizadas por outras instituições públicas e privadas, e respectivo encaminhamento;
- Encaminhamento para Centros Novas Oportunidades;
- Apoio e Aconselhamento aos refugiados nos processos de equivalência escolar e profissional;

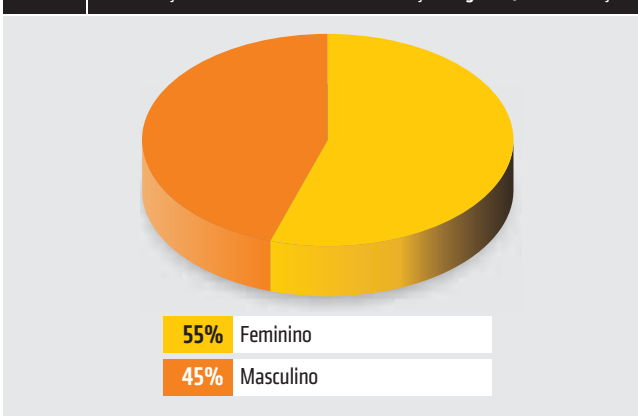
- Apoio no tratamento de documentação para os refugiados (cartão de contribuinte, inscrição no centro de emprego, etc.), com o auxílio de voluntários e estagiários que acompanham os refugiados na realização destas actividades;
- Divulgação e encaminhamento para medidas de apoio ao emprego, qualificação e empreendedorismo;
- Divulgação de programas comunitários que promovam a mobilidade no emprego e na formação profissional no espaço europeu;
- Promoção do voluntariado da comunidade local no Centro de Acolhimento e do voluntariado dos refugiados em instituições locais;
- Organização de actividades diversas (sessões, workshops, etc.) especificamente dirigidas aos refugiados com vista à aquisição de competências sociais e profissionais (horários, preparação para entrevistas de emprego, etc.).

Em 2010, inscreveram-se no GIP 281 novos utentes (quadro 12, em anexo). Em relação ao ano anterior, houve um decréscimo no número de novas inscrições, mas a verdade é que, face à situação de crise económica em que o país vive e à elevada taxa de desemprego, uma parte muito significativa das inscrições efectuadas em 2009 transitaram para 2010.

Uma análise mais aprofundada desta realidade, permite-nos concluir que a grande maioria dos desempregados inscritos possuem nacionalidade portuguesa (173). No entanto, e tratando-se de um serviço também dirigido aos refugiados, não deixa de ser interessante destacar que há inscritos provenientes de cerca de 28 nacionalidades diferentes, sendo os países mais representativos, para além de Portugal, o Brasil, a Colômbia, a Guiné-Conacri e a Guiné-Bissau (quadro 12).

Este serviço foi mais procurado por mulheres do que por homens, no que se refere às novas inscrições. No entanto, no total, se considerarmos o total de inscritos no serviço, continuam a predominar os indivíduos do sexo masculino (gráfico 6).

Gráfico 6 Distribuição dos beneficiários do GIP em função do género/novas Inscrições



Relativamente ao nível de escolaridade dos novos inscritos, a análise estatística evidencia que uma parte significativa dos inscritos (42%) tem uma escolaridade igual ou superior ao 12º ano, e 34% tem entre o 9º e o 11º ano.

O balanço da actividade realizada pelo GIP é muito positivo, tendo vindo este serviço a cumprir as metas estabelecidas no contrato de objectivos celebrado entre o CPR e o IEFEP em Abril de 2009.

Neste sentido, em 2010, foram realizadas pela animadora 15 752 apresentações quinzenais aos desempregados subsidiados, abrangendo uma média de 845 utentes por trimestre (quadro 13).

Gostaríamos ainda de destacar a realização de 15 Sessões de Técnicas de Procura de Emprego, dirigidas a desempregados inscritos no Centro de Emprego de Moscavide, que permitiram beneficiar mais de 250 utentes. Realça-se, igualmente, a realização de Sessões de Técnicas de Procura de Emprego especificamente dirigidas aos refugiados. Abrangendo grupos reduzidos, entre 4-8 participantes, estas sessões fazem parte das actividades experimentais do GIP, uma vez são constituídas por 5 módulos/sessões, e incluem dinâmicas de grupo e actividades específicas especialmente adaptadas às necessidades de cada grupo.

Em 2010, foram realizados cerca de 1193 atendimentos individuais, o que representa um ligeiro acréscimo em relação ao ano anterior (quadro 14).

No que se refere à principal razão para a deslocação dos utentes ao atendimento, esta é, sem dúvida, a procura de emprego. No entanto, muitos refugiados procuram este serviço porque pretendem frequentar formação profissional, iniciar processos de reconhecimento, validação e certificação de competências ou de equivalência escolar e ainda, frequentar os cursos de formação em Língua Portuguesa no CPR, e em outras organizações públicas (escolas, IEFEP, etc.).

Por último, chama-se a atenção para o facto das actividades desenvolvidas pela animadora do GIP serem realizadas em articulação com as actividades de outros projectos experimentais do serviço de emprego e formação profissional. Em 2010, funcionaram de forma articulada e complementar com as actividades do projecto "Começar de Novo – Apoio aos Projectos de Vida dos Refugiados em Portugal", financiado pelo Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu, através da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.

Actividades Desenvolvidas pelo GIP

ACTIVIDADES GIP	Objectivos contratualizados (24 Meses)	N.º de Utentes Abrangidos 2009 (8 Meses)	N.º de Utentes Abrangidos 2010 (12 Meses)
Informação Profissional para jovens e adultos desempregados	300	141	269
Apoio à procura activa de emprego	500	296	428
Acompanhamento personalizado dos desempregados em fase de inserção ou reinserção profissional	50	15	104
Captação de ofertas junto de Entidades Promotoras	300	60	173
Divulgação de ofertas de emprego e actividades de colocação	500	112	642
Encaminhamento para ofertas de qualificação	0	68	96
Divulgação e encaminhamento para medidas de apoio ao emprego, qualificação e empreendedorismo	200	58	80
Divulgação de programas comunitários que promovam a mobilidade no emprego e na formação profissional no espaço europeu	0	4	4
Motivação e apoio à participação em ocupações temporárias ou actividades em regime de voluntariado, que facilitem a inserção no mercado de trabalho	100	35	57
Outras actividades (Sessões Colectivas de Técnicas de Procura de Emprego)	45	6	15

3.3.1 Problemas de integração profissional e projectos experimentais

De um modo geral, a (re)integração dos desempregados no mercado de trabalho tem-se revelado cada vez mais difícil e morosa. O número de desempregados tem vindo a aumentar nos últimos meses e a situação de crise económica em que vivemos tem levado muitas empresas a diminuir o seu número de funcionários. Neste contexto, o número de ofertas de trabalho tem vindo a diminuir, tornando-se difícil para os desempregados saírem da situação em que se encontram.

No que se refere ao GIP em particular, denota-se um aumento significativo do número de apresentações quinzenais, e o desemprego mais prolongado dos utentes inscritos, incluindo dos refugiados.

Quanto aos refugiados, estes continuam a enfrentar dificuldades específicas que os tornam especialmente vulneráveis perante o mercado, relativamente aos desempregados portugueses. Os principais obstáculos estão relacionados com:

- Inexistência de comprovativos das suas habilitações/qualificações e dificuldades no reconhecimento dos seus certificados escolares e profissionais obtidos nos países de origem;
- Discriminação no acesso aos serviços;
- Ausência de condições para prosseguirem os seus estudos em Portugal;
- Ausência de redes familiares de apoio;
- Reduzido domínio da língua portuguesa;
- Serviços de aconselhamento e apoio existentes não respondem às suas necessidades (ex: formação profissional e integração no mercado de trabalho);
- Ausência de interpretariado nos serviços públicos e desconhecimento do procedimento de asilo;
- Tipo de títulos de residência e permanência em Portugal (37 dos novos beneficiários inscritos em 2010 têm Autorização de Residência Provisória e 41 Autorização de Residência Temporária. Apenas 13 possuem Estatuto de Refugiado e 7 Autorização de Residência por Razões Humanitárias) – quadro 15, em anexo.

Na tentativa de minimizar ou ultrapassar alguns destes obstáculos, o Serviço de Emprego e Formação Profissional tem vindo a apostar na implementação de projectos experimentais, em paralelo com as actividades do GIP, com o objectivo de facilitar a integração dos requerentes de asilo e refugiados no mercado de trabalho.

Como referido, durante o ano de 2010, o CPR continuou a implementar o projecto “Começar de Novo – Apoio aos Projectos de Vida dos Refugiados em Portugal”, financiado pelo Mecanismo do Espaço Económico Europeu (EEA Grants), através da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG).

Este projecto, que teve início em Janeiro de 2009, tem como principais objectivos facilitar o acesso dos refugiados ao mercado de trabalho; promover o auto-emprego e empreendedorismo entre os refugiados; dinamizar e incrementar o envolvimento de novos parceiros no sistema de acolhimento e integração dos refugiados em Portugal; promover a aquisição de competências sociais e profissionais por parte dos refugiados.

Pretendia-se através deste projecto enquadrar 15 refugiados à procura do 1º emprego em Portugal ou desempregados, que estivessem a enfrentar obstáculos à sua integração no mercado de trabalho, devido: à desadequação das respostas existentes; à falta de apoio individualizado; ao fraco domínio da língua portuguesa. As principais actividades que estão a ser implementadas são: estágios profissionais/formação em posto de trabalho; formação profissional, aconselhamento específico para o microcrédito; ensino dirigido de português; visitas de estudo na área do emprego e formação profissional; constituição de uma rede informal de apoio à integração.

O projecto já permitiu beneficiar mais de trinta refugiados no conjunto das actividades previstas em candidatura. Destaca-se também o trabalho realizado junto das autarquias e outras instituições, em particular nas áreas da habitação e educação.

3.3.2 Algumas considerações adicionais acerca das actividades desenvolvidas

O balanço das actividades desenvolvidas é muito positivo, constatando-se o aumento da procura do GIP por parte da comunidade local, residente nas freguesias de São João da Talha, Bobadela e Santa Iria da Azóia.

Do nosso ponto de vista, o GIP tem contribuído significativamente para a consolidação do trabalho realizado pelo CPR junto da comunidade local, a par com as actividades realizadas pelo Espaço a Criança.

Para além deste serviço prestar um importante apoio aos desempregados residentes nas freguesias limítrofes, tem contribuído também para a aproximação da comunidade local aos refugiados, quer através de um acesso mais facilitado dos refugiados à habitação local, quer através do aumento do número de donativos em géneros efectuados por membros da comunidade (donativo de roupas, mobiliário, etc.).

No entanto, a crescente procura por parte da comunidade local coloca o CPR perante novos desafios e problemas, em particular, no que se refere à utilização destes mesmos serviços por parte dos refugiados. Como já foi referido, o público-alvo prioritário do CPR, os refugiados, continua a necessitar de um acompanhamento mais aprofundado e continuado e de soluções mais individualizadas. Ou seja, para além do apoio prestado no âmbito das actividades regulares do GIP, torna-se necessário testar soluções inovadoras e mais direccionadas para as necessidades específicas de cada um dos refugiados.

Neste contexto, o Serviço de Emprego e Formação Profissional procurou, em 2010, experimentar um novo modelo de Sessões de Técnicas de Procura de Emprego, especialmente desenhadas para os refugiados, e através do projecto “Começar de Novo” tem-se conseguido ir muito além das actividades tradicionalmente desenvolvidas.

Desde o início do projecto, que a equipa procurou desenvolver uma metodologia de intervenção integrada, centrada no refugiado e nas suas necessidades específicas. Tendo em conta a enorme diversidade existente entre os refugiados (nacionalidade, idade, experiência profissional e habilitações literárias, dimensão do agregado familiar, etc.), parecia evidente que cada caso teria as suas especificidades e que, portanto, a abordagem da equipa do projecto teria que ser muito individualizada. Mas, estabeleceu-se como princípio que o mais importante seria trabalhar ao nível individual, mesmo que isso significasse apoiar um número mais reduzido de refugiados.

Por outro lado, o projecto foi estruturado em torno da dinamização de uma rede de trabalho com as empresas, entidades formadoras e outras associações. Considerou-se, assim, que o sucesso do projecto estaria fortemente dependente da capacidade do CPR estabelecer parcerias com as entidades que dispunham das soluções mais adequadas aos problemas e necessidades de cada um dos beneficiários.

Apesar do projecto ainda não estar finalizado, é já possível identificar alguns impactos positivos:

- Possibilidade de integrar refugiados em estágios profissionais em empresas;
- Maior consciencialização das empresas e Centros de Formação e dos seus funcionários para a problemática do asilo e dos refugiados e construção de “imagens” diferentes (mais positivas) sobre os estrangeiros a residir em Portugal;
- Aumento das competências profissionais dos refugiados;
- Maior auto-estima dos funcionários e dos próprios refugiados;
- Acréscimo muito significativo do número de refugiados a frequentar cursos de formação profissional e processos de reconhecimento, validação e certificação de competências (RVCC);
- Alargamento da rede de parceiros institucionais do CPR;
- Maior abertura das autarquias para colaborar no processo de integração dos refugiados.

3.4 ENSINO DE PORTUGUÊS LÍNGUA ESTRANGEIRA (PLE)

Para uma integração bem sucedida, é fundamental que os refugiados beneficiem da possibilidade de aquisição de competências linguísticas e comunicativas, sabendo-se, de antemão, que este processo ocorre de forma diferente de indivíduo para indivíduo, havendo para a generalidade dos refugiados duas etapas distintas, mas interligadas:

■ **Acolhimento:** as aulas são desde logo um meio de familiarização com a língua e a cultura portuguesas, visando atenuar o isolamento físico e psíquico, encontrar afinidades e facilitar as relações interpessoais e interculturais.

■ **Integração:** nesta fase, a formação profissional, o reconhecimento e desenvolvimento de competências e a integração no mercado de trabalho são as grandes preocupações. As aulas procuram ir ao encontro e satisfazer as necessidades concretas dos alunos para que consigam desenvolver e melhorar, de modo efectivo, as suas capacidades de comunicação e uso da língua na vida social e profissional.

Em ambas as fases, a aquisição de competências linguísticas e comunicativas nas diversas áreas temáticas é estimulada por uma componente sociocultural dentro e fora da sala de aula, que, para além dos objectivos a nível pedagógico, visa uma melhor compreensão do espaço e da sociedade em que estão

inseridos.

As necessidades de comunicação em português fazem-se logo sentir nos contactos com as instituições, nas deslocações, na procura de alojamento e de emprego, nos serviços médicos, etc. e acentuam-se quando preparam a sua (re)integração na vida activa (inserção escolar, frequência de formação profissional, emprego, etc.), sendo fundamental que continuem a aprender português com vista à sua autonomia.

Neste sentido, a aprendizagem da língua comporta uma componente sociocultural dentro e fora da sala de aula, para uma aproximação e descodificação da sociedade de acolhimento com saídas para a rua, idas ao supermercado, visitas a museus e instituições, passeios a locais relevantes do ponto de vista da história de Portugal, etc.

A formação em português está organizada de forma gradual e progressiva procurando responder às diferentes necessidades dos refugiados:

■ **Iniciação:** Incide no emprego da língua em situações da vida quotidiana, procurando simultaneamente preencher a desocupação “forçada” dos requerentes, num período em que ainda não lhes é permitido trabalhar, com os problemas psicológicos e perda de auto-estima que tal implica.

■ **Consolidação:** Incide no emprego da língua em vários domínios (público, privado, profissional e educativo) tendo como objectivo a aquisição, consolidação, aperfeiçoamento e alargamento das competências linguísticas e comunicativas de refugiados em fase de integração.

No entanto, para os refugiados reinstalados, o CPR disponibiliza um programa intensivo de língua portuguesa, aconselhando-os a frequentar um programa inicial de 100-150 horas, abordando diversos conteúdos tendo em conta as suas especificidades.

Após a conclusão deste programa inicial, os refugiados reinstalados podem continuar a frequentar aulas no Centro de Acolhimento, integrando-se nas acções regulares de formação.

No total, em 2010, foram executadas **1151,5 horas de formação**, dirigidas a requerentes de asilo, refugiados e reinstalados, no âmbito de quatro projectos financiados pelo Fundo Europeu para os Refugiados (FER) / Ministério da Administração Interna (MAI), distribuídas da seguinte forma:

Formação PLE - 2010

ACTIVIDADES GIP	Período de Formação	N.º de Turmas	N.º de Beneficiários	N.º de Horas de Formação
Inovar no Acolhimento e Fortalecer a Integração	Janeiro a Agosto	9 turmas de iniciação e consolidação	131 requerentes de asilo, refugiados e reinstalados	638
Reforçar a Capacidade de Acolhimento e Integração na Sociedade de Acolhimento	Setembro a Dezembro	9 turmas de iniciação e consolidação	70 requerentes de asilo, refugiados e reinstalados	276
Consolidação do Programa de Reinstalação em Portugal	Janeiro a Maio	3 turmas	14 refugiados e reinstalados	183,5
Uma Nova Oportunidade para os Reinstalados	Setembro a Dezembro	1 turmas	3 refugiados e reinstalados	54

Uma análise da distribuição dos formandos segundo o género, permite concluir que há menos mulheres a frequentar a formação em língua portuguesa, em consonância com os pedidos de asilo, também maioritariamente apresentados por pessoas do sexo masculino (figura 3, em anexo). No entanto, o número de mulheres é muito mais significativo entre os refugiados reinstalados, o que poderá ser explicado pelo facto da selecção dos reinstalados ser previamente feita pelo Estado Português, e porque Portugal tem procurado privilegiar, no âmbito do programa nacional de reinstalação, mulheres e crianças em situação de grande vulnerabilidade.

Aliás, parece existir um progressivo aumento do número de mulheres nas acções do FER Acolhimento/Integração, situação que poderá estar relacionada com o facto dos refugiados reinstalados depois de cumprirem a formação inicial de 100-150, referida anteriormente, serem integrados nas acções do FER Acolhimento/Integração.

3.4.1 Grupo de teatro RefugiActo

O “RefugiActo” manteve-se activo durante o ano de 2010, com a participação de mais de 20 pessoas de diferentes origens (Albânia, Afeganistão, Bielorrússia, Caxemira, Costa de Marfim, Geórgia, Irão, Kosovo, Myanmar, Palestina, Portugal, Rússia e Sri Lanca), tendo entrado no grupo 5 novos elementos.



Contactos no meio teatral

Ao longo de 2010, estabelecemos um primeiro contacto com a Secção de Teatro da Fundação Inatel, através do Serviço Educativo e de Animação do Teatro da Trindade, acompanhámos o processo criativo da ópera bufa "Quixote" dirigida por João Brites, do Teatro O Bando, e, por ocasião do centenário da República, participámos como figurantes no espectáculo "Os Bigodes na RES PUBLICA" apresentado pelo Teatro o Bando.

Aprendizagens

O percurso formativo do grupo passa também pela aprendizagem enquanto espectadores, tendo assistido aos seguintes espectáculos:

Data	Espectáculos
19 de Janeiro	"Maria Mata-os" - Texto de Miguel Castro Caldas e encenação de Bruno Bravo, no Teatro Maria Matos
22 de Janeiro	"A Mãe" - Bertolt Brecht/Máximo Gorki, encenação de Joaquim Benite, no Teatro Municipal de Almada
30 de Janeiro	"A Visita Inoportuna", de Copi, encenação de Philip Boulay, no Teatro Municipal de Almada.
13 de Fevereiro	"A Cidade", a partir de Aristófanes, encenação de Luís Miguel Cintra, Teatro São Luiz
21 de Fevereiro	"Não se ganha, não se paga", de Dario Fo, encenação de M ^a . Emília Carvalheiro.
14 de Março	"A Comédia Mosqueta", de Ruzante, Encenação de Mário Barradas, no Teatro Municipal de Almada.
27 de Março	"Corcunda de Notre Dame", Teatro Infantil, Teatro Armando Cortez
10 de Abril	"A viagem", Teatro o Celeiro de Montemor-o-Velho, Teatro da Trindade
2 de Maio	"Bi e Dão", Teatro Casear, encenação de Ana Sofia Paiva, Museu da Marioneta
12 de Junho	"Quixote", Teatro o Bando de Palmela, encenação de João Brites, Teatro da Trindade.
16 de Outubro	"Hedda", Artistas Unidos, encenação de Jorge Silva Melo, Teatro São Luiz
21 de Outubro	"Mimosas da Argélia", encenação de Davoud Ghorbanzadeh, Teatro a Comuna
14 de Novembro	"O Dia dos Prodigios", de Lídia Jorge, encenação de Cucha Carvalheiro, Teatro da Trindade
1 de Dezembro	"Antes do Pequeno-Almoço" & "Hughie" de Eugene O' Neill, encenação de Joaquim Benite, Teatro Municipal de Almada

Durante o ano, o grupo foi aprendendo e aperfeiçoando a expressão linguística, corporal e dramática na comunicação teatral, com uma dinâmica que lhe é própria, devido à sua composição e peculiaridades, mas contando com a direcção e saber de Sofia Cabrita e Davoud Ghorhanzadeh.

Dessa dinâmica, da criatividade e experimentação no seio do grupo surgiram dois novos trabalhos: "Aqui" e "Carlota". Eis as actuações do RefugiActo ao longo de 2010:

Data	Local	Descrição
4 de Março	Escola Secundária de Camões, Lisboa	"Abrigo" - Psicodrama incluindo os textos: "Once again, Encore une fois, Mais uma vez", de Filomena Marona Beja e "Primeiro Dia", de Sérgio Godinho. Encenação de Davoud Ghorbanzadeh "Ecos de Esperança" – colectânea de poemas de diversos autores portugueses e estrangeiros: Alexandre O' Neill, António Quadros, David Mourão Ferreira, Diego Rivera Morales, Egito Gonçalves, Eugénio de Andrade, José Craveirinha, Mário Dionísio, Nazim Hikmet, Sebastião da Gama, Sidónio Muralha e Sophia de Mello Breyner Andresen.
24 de Abril	Arraial Abril – Largo do Carmo, Lisboa	"Abrigo" - Psicodrama incluindo os textos: "Once again, Encore une fois, Mais uma vez", de Filomena Marona Beja e "Primeiro Dia", de Sérgio Godinho. Encenação de Davoud Ghorbanzadeh
29 de Abril	Escola Superior de Educação, Lisboa	"Abrigo" - Psicodrama incluindo os textos: "Once again, Encore une fois, Mais uma vez", de Filomena Marona Beja e "Primeiro Dia", de Sérgio Godinho. Encenação de Davoud Ghorbanzadeh
20 de Junho	Dia Mundial do Refugiado – Auditório Ângelo de Almeida Vidal, Bobadela	"Aqui" – Criação colectiva com direcção técnica de Sofia Cabrita.
25 de Junho	Festa da Interculturalidade - Alameda, Lisboa	"Abrigo" - Psicodrama incluindo os textos: "Once again, Encore une fois, Mais uma vez", de Filomena Marona Beja e "Primeiro Dia", de Sérgio Godinho. Encenação de Davoud Ghorbanzadeh

Data	Local	Descrição
26 de Junho	Teatro da Trindade, Lisboa	“Abrigo” - Psicodrama incluindo os textos: “Once again, Encore une fois, Mais uma vez”, de Filomena Marona Beja e “Primeiro Dia”, de Sérgio Godinho. Encenação de Davoud Ghorbanzadeh “Ecos de Esperança” – colectânea de poemas de diversos autores portugueses e estrangeiros: Alexandre O’Neill, António Quadros, David Mourão Ferreira, Diego Rivera Morales, Egito Gonçalves, Eugénio de Andrade, José Craveirinha, Mário Dionísio, Nazim Hikmet, Sebastião da Gama, Sidónio Muralha e Sophia de Mello Breyner Andresen.
16 de Novembro	IX Congresso Internacional do CPR, Lisboa	“Abrigo” - Psicodrama incluindo os textos: “Once again, Encore une fois, Mais uma vez”, de Filomena Marona Beja e “Primeiro Dia”, de Sérgio Godinho. Encenação de Davoud Ghorbanzadeh
19 de Novembro	Danças do Mundo – Auditório Ângelo de Almeida Vidal, Bobadela	“Abrigo” - Psicodrama incluindo os textos: “Once again, Encore une fois, Mais uma vez”, de Filomena Marona Beja e “Primeiro Dia”, de Sérgio Godinho. Encenação de Davoud Ghorbanzadeh
19 de Dezembro	Festa de Fim de Ano – Auditório Ângelo de Almeida Vidal, Bobadela	“Carlota” – Criação colectiva, a partir do texto de Annegert Fuchshuber.

Divulgação

No âmbito da divulgação do grupo e da problemática dos refugiados, o RefugiActo participou ainda nos seguintes eventos:

- Debate promovido pelo Teatro Mosca, na Casa da Cultura de Mira Sintra, no dia 22 de Maio, dedicado ao tema “Teatro e Comunidade”, com Jean-Marc Chotteau (director artístico do La Virgule e do Festival Les Eurotopiques - Lille), João Brites e Sara de Castro (Teatro o Bando), Anabela Mendes (docente da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa), Joaquim Leite (coordenador da Casa da Cultura de Mira Sintra), Andreia Galvão (directora do Museu de Arte Popular), Maria Gil (actriz, encenadora e directora do Teatro do Silêncio), Sérgio Xavier (Presidente da Associação Dínamo) e Gisela Mendoza (directora artística do Grupo de Teatro do Oprimido de Lisboa).
- Tertúlia no Teatro da Trindade no dia 26 de Junho, sobre o tema “Teatro na Comunidade” com Marco Paiva (Crinabel Teatro), Eva Cabral e Detlef Schafft (Companhia Marimbondo), Ana Reis (Cedema) e Helena Peixinho (Grupo Teatro da USALMA).
- Filmagens para um documentário sobre o grupo, a realizar por Arlindo Horta.

3.5 ACTIVIDADES SOCIOCULTURAIS E DESPORTIVAS

Os beneficiários do CAR são incentivados a praticar desporto e, sempre que possível, a participarem em actividades organizadas por outras entidades.

O polidesportivo do Centro é um espaço que promove o convívio entre os utentes. Ao longo do ano, há duas modalidades que têm mobilizado as pessoas: o futebol e o basquetebol. Durante 2010, o polidesportivo foi utilizado em 56 ocasiões.

Para além da população que solicita asilo também a população envolvente utiliza recorrentemente este espaço, assim como as crianças do Espaço “A Criança” que, duas vezes por semana, aí trabalham a motricidade, a disciplina e o espírito de equipa.

No âmbito da componente sociocultural dos cursos de língua portuguesa e do plano de actividades do CAR realizaram-se em 2010 actividades diversas, tendo como objectivo principal a ocupação dos tempos livres dos requerentes de asilo e refugiados e a familiarização com a sociedade portuguesa com vista à sua integração.

Estas actividades são manifestamente importantes pois quebram-se rotinas, favorecem-se relacionamentos, proporciona-se informação útil sobre múltiplos aspectos do país, facilitando e estimulando a aprendizagem da língua e da cultura portuguesas. Ao longo deste ano realizaram-se as seguintes actividades:

Data	Actividade	N.º de Participantes	Descrição
29 de Janeiro	Peça “Colar da Aranha”	20	Os refugiados que frequentam as aulas de português, deslocaram-se ao Espaço a Criança para assistir a uma representação das crianças.
4 de Março	Passeio em Lisboa	37	Acompanhados da formadora de português, os refugiados realizaram uma visita de estudo em Lisboa, tendo visitado o Castelo de São Jorge, o Museu do Fado e o Bairro de Alfama.

Data	Actividade	N.º de Participantes	Descrição
29 de Março	Visita à Sociedade Central de Cervejas	35	No âmbito das actividades do Projecto “Começar de Novo – Apoio aos Projectos de Vida dos Refugiados em Portugal”, os refugiados tiveram a oportunidade de visitar a Fábrica, o que lhes permitiu perceber todo o processo de fabrico e distribuição das cervejas ali produzidas. A visita foi acompanhada por técnicos do CPR, tendo sido oferecido a todos os participantes um lanche e um copo para recordação.
11 de Abril	Passeio ao Distrito de Leiria	46	Os formandos realizaram uma visita de estudo à região Oeste, acompanhados pela formadora de português. Durante a visita, tiveram oportunidade de visitar o Mosteiro da Batalha, o Centro de Interpretação da Batalha de Aljubarrota, o Mosteiro de Alcobaça e as vilas da Nazaré e Óbidos. O CPR alugou um autocarro para esta actividade.
22 de Abril	Passeio em Belém	42	Os formandos, acompanhados da formadora de português, visitaram o Museu da Marinha, o Jardim Tropical e o Museu Nacional dos Coches. Participaram ainda num workshop organizado pelo CPR no âmbito da 3ª edição dos Dias do Desenvolvimento, que decorreu no Centro de Congressos de Lisboa, dedicado ao tema “ <i>e-learning como ferramenta para a Educação e a Cooperação para o Desenvolvimento</i> ”.
26 de Maio	Passeio ao Concelho de Alcochete	39	Os formandos, acompanhados da formadora de português, realizaram uma visita de estudo ao Concelho de Alcochete, tendo o transporte em autocarro sido assegurado pela Câmara Municipal. Os participantes tiveram oportunidade de visitar a vila, uma estufa de flores, o Museu do Sal e o Museu Municipal. O piquenique foi no parque do Samouco seguido de jogos de interacção.
5 de Junho	Visita de Estudo a Tomar	49	Os formandos, acompanhados pela formadora de português, realizaram uma visita de estudo à região de Tomar, tendo visitado o Convento de Cristo, a Praça da República, o Jardim do Mouchão, o Museu dos Fósforos e a Barragem de Castelo de Bode. A Câmara Municipal de Tomar cedeu gratuitamente o transporte e disponibilizou um guia.
23 de Junho	Passeio a Peniche	31	Os formandos, acompanhados da formadora de português, fizeram uma visita guiada à Fortaleza, conheceram a Península de Peniche e foram à Praia do Baleal. O transporte foi disponibilizado gratuitamente pela Câmara Municipal.
29 de Julho	Visita ao Parque Florestal de Monsanto	30	Os formandos, acompanhados da formadora de português, tiveram ocasião de visitar o Espaço Biodiversidade, o CRAS e a Torre no Parque Florestal de Monsanto, assistiram à libertação de pássaros e divertiram-se com jogos tradicionais portugueses. A Câmara Municipal de Lisboa ofereceu uma camisola a cada participante.
7 de Agosto	Passeio ao Alentejo	50	Os formandos, acompanhados pela formadora, deslocaram-se ao Alentejo, tendo visitado Grândola, as Minas do Lousal, o Museu de Ciência Viva e a Praia do Pessegueiro. O CPR alugou um autocarro e ofereceu o almoço com petiscos regionais e música tradicional no Restaurante das Minas do Lousal.
24 de Outubro	Visita à Cordoaria Nacional	31	Os formandos, acompanhados pela formadora de português, visitaram a Exposição Viva a República, na Cordoaria Nacional no âmbito das celebrações do centenário da República Portuguesa. No final o CPR ofereceu aos participantes um lanche na cafetaria.
11 de Novembro	São Martinho	40	Os residentes do CAR e os formandos de português, após uma abordagem nas aulas da tradição de S. Martinho, provaram castanhas assadas, broa e azeitonas.
13 de Novembro	Visita ao Museu Calouste Gulbenkian	39	Os formandos, acompanhados da formadora de português, visitaram o Museu e os jardins da Fundação Calouste Gulbenkian, tendo-lhes sido oferecida uma colecção de postais.
2 de Dezembro	Visita a Belém	25	Os formandos e vários funcionários do CPR, foram convidados pela Câmara Municipal de Lisboa, a participar na inauguração da Rota da Diversidade de Lisboa. Esta visita englobou actividades ao ar livre (pintura de vasos e plantação) e a libertação de aves junto ao rio Tejo, tendo ainda os formandos visitado o Centro Cultural de Belém e a Torre de Belém.
19 de Dezembro	Festa de Fim de Ano no CAR		Os formandos conhecem as tradições portuguesas na época natalícia e passagem do ano, dão a conhecer os costumes nos seus países, numa partilha que abrange diversos temas (gastronomia, religião, poesia, música, dança etc.) que se materializa na programação da Festa do Fim de Ano.

Nos dias 28, 29 e 30 de Maio realizou-se mais uma iniciativa "Leitura Furiosa". O escritor Miguel Castro Caldas esteve no Centro de Acolhimento com 7 refugiados de diferentes origens (Bielorrússia, Costa de Marfim, Irão, Paquistão, República Democrática do Congo, Sri Lanca). O programa incluiu também uma visita à livraria "Poesia Incompleta" e uma conversa com Changuito. No último dia da iniciativa houve uma sessão pública na Casa da Achada onde foram lidos, teatralizados e cantados os textos desta edição. Esta sessão incluiu a leitura em Farsi de um excerto de texto de Miguel Castro Caldas.

3.6 TRABALHO EM REDES

Assumindo que a integração dos requerentes de asilo e refugiados resulta da forma como se desenvolve a interação entre a sociedade de acolhimento e as pessoas deslocadas, o trabalho em rede, com organizações públicas e privadas, permite uma maior articulação de recursos e de respostas, de sensibilização e de partilha.

Atendendo a que o CPR, desde sempre, viu o acolhimento como a primeira fase para a integração, é pertinente a existência de Redes que auxiliem os requerentes de asilo e refugiados a recomeçarem a vida em Portugal com dignidade.

O CPR faz parte da Rede Alargada para a Integração de Requerentes de Asilo e Refugiados e da Rede Social de Loures. Ainda que o espírito que imbuíu a criação de ambas fosse distinto, nas duas encontram-se organizações públicas e do sector privado que, conjuntamente, têm desenvolvido diversas actividades.

A Rede Alargada, ao longo de 2010, pesquisou e compilou informação relevante para as áreas identificadas pelos utentes como as mais problemáticas - subsistência, educação, emprego e formação - considerando a legislação vigente, as dificuldades e as boas práticas.

Decorrente das actividades da Rede Social e das Comissões Sociais de Freguesia de Bobadela e Inter-Freguesias de S. João da Talha e de Santa Iria da Azóia desenvolveram-se várias iniciativas relacionadas com as áreas da educação, emprego, multiculturalidade, entre outras.

Algumas destas iniciativas ocorreram no Auditório Ângelo Vidal D'Almeida Ribeiro e contaram com a participação do "RefugiActo", numa representação da peça "Abrigo".

Através destas colaborações procura-se complementar o apoio dados aos residentes no CAR e, ainda, criar laços entre o Centro / Residentes e a comunidade envolvente. As colaborações e parcerias podem dividir-se nas seguintes áreas principais: saúde, educação e apoios diversos (alimentação, transportes, entre outros apoios) (ver anexo - tabela das colaborações e parcerias).



Actividades Socioculturais e Desportivas



4. INFORMAÇÃO E DIVULGAÇÃO PÚBLICA

INFORMAÇÃO E DIVULGAÇÃO PÚBLICA

O sector da Informação e Divulgação Pública do CPR desenvolve uma estratégia de informação com o objectivo de disseminar, o mais amplamente possível, a problemática do asilo e refugiados na sociedade portuguesa. Nesse sentido, o CPR promove, anualmente, um conjunto diverso de acções que visam criar uma sociedade mais consciente e informada para a situação dos refugiados e aumentar a visibilidade do trabalho da organização em prol desta população.

Destacam-se os congressos internacionais, os seminários e acções de formação, as iniciativas de sensibilização junto dos mais jovens e de potenciais voluntários, a organização de visitas ao Centro de Acolhimento para Refugiados (CAR), os eventos promovidos no Dia Mundial do Refugiado (DMR), entre outras. São ainda editadas publicações e realizada a disseminação de materiais informativos sobre asilo e refugiados.

Paralelamente, procura-se estabelecer e manter relações estreitas com os media de modo a mantê-los informados sobre o trabalho desenvolvido pelo CPR e a situação dos refugiados em Portugal, garantindo, assim, uma cobertura jornalística apropriada. Em 2010, o CPR procurou, igualmente, incentivar reuniões com os principais decisores políticos com o objectivo de os sensibilizar para as dificuldades dos refugiados e requerentes de asilo, designadamente da Administração Interna, da Segurança Social, das autarquias, entre outras.

A biblioteca do CPR permanece como central nas actividades de informação e divulgação pública e, em 2010, com o apoio de uma voluntária, foi possível proporcionar alguma continuidade a este importante trabalho.

Foram várias as iniciativas de sensibilização promovidas em 2010. Um dos pontos altos foi o IX Congresso Internacional na Fundação Calouste Gulbenkian, uma iniciativa que contou com a presença de ilustres convidados nacionais e internacionais, membros do governo, agências das Nações Unidas, organizações internacionais, jornalistas, académicos, entre muitos outros. Tal como em 2009, a reinstalação de refugiados também esteve em análise, tendo o CPR organizado, em parceria com o Eurodeputado Rui Tavares, redactor de dois relatórios submetidos ao Parlamento Europeu, uma conferência internacional no CAR. A formação presencial (na Universidade Católica do Porto) e à distância (via e-learning), bem como, as acções com voluntários e nas escolas, também merecerão o devido destaque no presente relatório.

O CPR manteve, em 2010, a sua presença no Grupo de Trabalho “Educação para o Desenvolvimento” (ED) da Plataforma Portuguesa das ONGDs. Esta participação tem-se revelado de extrema importância na medida em que tem contribuído para a partilha de conhecimento e de boas práticas em matéria de ED.

4.1 INICIATIVAS DE SENSIBILIZAÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA

4.1.1 Dia Mundial do Refugiado 2010 “Proteger os Refugiados”

Em 2010, o Dia Mundial do Refugiado (DMR) foi celebrado com três eventos distintos: a primeira edição da concentração dos chapéus-de-chuva, o arraial popular e o sarau cultural. Mais de 500 pessoas participaram nas iniciativas promovidas pelo CPR e seus parceiros.

O dia começou com a Concentração dos Chapéus-de-chuva sob o lema de “Proteger os Refugiados”. Mais de cem pessoas reuniram-se pela manhã no largo de S. Domingos (Lisboa), onde, simbolicamente, demonstraram a sua solidariedade para com os milhões de refugiados no mundo. Teresa Tito de Morais, Presidente da Direcção do CPR e Dalila Araújo, Secretária de Estado da Administração Interna, proferiram algumas palavras nesta sessão que contou com uma massiva presença de refugiados.

O CPR distribuiu 100 chapéus-de-chuva, abertos pelos participantes após as intervenções como forma simbólica de “Proteger os Refugiados”.

“Naufrago de las estrellas” foi a primeira música de João Afonso e João Lucas, que convenceu o público de mais de 100 pessoas a cantar com eles. A concentração, que reuniu membros do Governo Português, deputados do Parlamento Europeu, ONGs, refugiados, requerentes de asilo, jornalistas e outros apoiantes, excederam as expectativas. A atmosfera estava cheia de solidariedade e compromisso.

Antecedendo o Sarau Cultural do Dia Mundial do Refugiado, o CPR organizou um Arraial Popular, entre as 18h00 e as 20h00, no Pátio do CAR (Bobadela). Esta iniciativa, para além de celebrar este dia, pretendeu dar a conhecer aos refugiados algumas tradições portuguesas, designadamente, os arraiais populares, com sardinhas, caldo verde e música popular portuguesa. Organizaram-se jogos e desfiles de trajes tradicionais.

O DMR culminou com o Sarau Cultural que decorreu no auditório do CAR, cuja apresentação, este ano, esteve a cargo do Francisco Mendes. Teresa Tito de Morais, Presidente da Direcção do CPR, e Rui Pereira, Ministro da Administração Interna, saudaram os presentes e deram início a uma noite onde foram homenageados os mais de 40 milhões de pessoas forçadas a abandonar as suas casas.





32



CPR



SARAU CULTURAL DO DIA MUNDIAL DO REFUGIADO

O concerto contou com a presença dos Couple Coffee, Carlos Mendes, Paulo de Carvalho, Mário Pacheco e Cuca Roseta, Jazzafari e, em estreia absoluta, o RefugiActo apresentou a sua peça "Aqui", uma criação colectiva com direcção técnica de Sofia Cabrita.



4.1.2 Aniversário do CPR

O Conselho Português para os Refugiados completou, a 20 de Setembro de 2010, o seu 19.º aniversário.

Como todas as longas viagens, também a do CPR começou com pequeno passo, dado em Setembro de 1991, por apenas duas pessoas. Desde o início, contou com o inestimável apoio do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) e a pequena organização está hoje consolidada, com perto de quatro dezenas de colaboradores, dinamizando, em simultâneo, vários projectos, no âmbito do acolhimento e integração dos refugiados, da informação pública, apostando na formação presencial e à distância de estudantes universitários, técnicos e voluntários.

Em 2010, o 19.º aniversário do CPR teve lugar no Espaço A Criança.



4.1.3 Festa de Fim de Ano 2010

A Festa de Fim de Ano é o culminar de um ano de trabalho e um importante momento de convívio entre os residentes do CAR, os antigos residentes e o staff do CPR. Com muita música, poesia e animação a festa termina com a entrega dos presentes às crianças e com o jantar multicultural Cores & Sabores.

O espectáculo da Festa de Fim de Ano contou com a presença do músico Pedro Branco, para além das participações dos refugiados que cantaram, dançaram e declamaram poesia. O RefugiActo encerrou o espectáculo com a estreia da peça “Carlota”.



4.1.4 3ª Edição de “Os Dias do Desenvolvimento”

Nos dias 21 e 22 de Abril de 2010, teve lugar no Pavilhão do Rio, a 3ª Edição de “Os Dias do Desenvolvimento” subordinada ao tema “Cidadania e Desenvolvimento”, tendo três subtemas associados: Comunicação e Desenvolvimento; Conhecimento, Capacitação, Transferência de Tecnologia e Desenvolvimento; Democracia, Estado de Direito, Segurança e Desenvolvimento.

O CPR, uma vez mais, integrou este importante fórum de ONGDs e, para além de ter um expositor, organizou um evento paralelo, uma conferência no âmbito do e-learning intitulada “O e-learning como ferramenta de formação em cooperação e educação para o desenvolvimento” e integrou o roteiro pedagógico das escolas.

O evento paralelo foi organizado em parceria com a Universidade Aberta e o Consórcio 3Sector (Animar, Caritas Portuguesa, Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género - CIG, CNIS – Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade, Cooperativa António Sérgio para a Economia Social e Instituto de Segurança Social, I.P.). Teresa Tito de Moraes fez a abertura desta conferência destacando as razões que levaram o CPR a aderir a esta modalidade de ensino, tendo, igualmente, chamado a atenção para os cursos via e-learning “Sensibilização para o Asilo e Refugiados - SAR”, promovidos pelo CPR.

Cerca de 60 pessoas participaram nesta sessão que muito contribuiu para a disseminação desta ferramenta de trabalho, por todos considerada como fundamental num mundo cada vez mais globalizado.



4.1.5 Conferência Internacional - Reinstalação de refugiados na UE

QUEM. QUANTOS. COMO FUNCIONA. COMO MELHORAR.

Como referido anteriormente, a reinstalação permanece como central nas actividades do CPR. A 17 de Maio foi organizada em parceria com o Eurodeputado Rui Tavares uma conferência internacional onde foram apresentados os dois relatórios que este submeteu à Comissão LIBE - Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos, do Parlamento Europeu (PE): o relatório "Estabelecimento de um programa conjunto da UE para reinstalação" e o relatório de co-decisão "Fundo Europeu de Refugiados para o período de 2008-2013". Estes relatórios foram aprovados a 18 de Maio, em Estrasburgo, por larga maioria, com 512 votos a favor, 81 contra e sete abstenções.

Esta sessão, dirigida por Teresa Tito de Moraes, contou com o testemunho de dois refugiados, recentemente reinstalados em Portugal, com a intervenção de peritos internacionais (Petra Hueck - International Catholic Migration Commission, Annete Bombeke - European Council on Refugees and Exiles e Johannes Van Gemund - ACNUR) e com a participação dos principais stakeholders do programa de reinstalação em Portugal (Ministério da Administração Interna, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Estrutura de Missão para a Gestão de Fundos Comunitários, entre outras entidades).



4.2 IX CONGRESSO INTERNACIONAL "REFUGIADOS E DESLOCADOS AMBIENTAIS: O LADO HUMANO DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS"

Em 2010, o IX Congresso Internacional do CPR centrou-se na questão das alterações climáticas. Com o tema "Refugiados e deslocados ambientais: o lado humano das alterações climáticas", o congresso foi um espaço privilegiado para o intercâmbio de ideias e experiências entre os vários actores ligados às questões do asilo, refugiados, deslocados internos e alterações climáticas. O CPR organiza, desde 1994, congressos internacionais em estreita colaboração com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR). Até 2008, estes foram de dois dias, mas em 2010 optou-se por ser apenas um. Esta alteração teve como resultados principais uma maior concentração de participantes e intervenções mais centradas no tema em análise.

No IX Congresso Internacional do CPR analisaram-se os impactos das alterações climáticas nas populações, designadamente a degradação ambiental, a desertificação e a progressiva escassez de recursos naturais como potenciais geradores de conflitos. Procuraram-se respostas às vulnerabilidades dos refugiados e deslocados ambientais, reflectindo sobre o papel das agências humanitárias. Debateu-se a necessidade do desenvolvimento de estratégias de mitigação das alterações climáticas, como o reforço da capacidade das instituições nacionais e internacionais de proteger os direitos das pessoas deslocadas por força das alterações climáticas.

O congresso teve três momentos distintos, para além das sessões de abertura e encerramento: num primeiro momento, efectuou-se uma análise mais global da situação das alterações climáticas. A intervenção do Professor Filipe Duarte Santos, centrada nos cenários presentes e futuros das alterações climáticas em Portugal e na Europa, foi o ponto de partida para uma intensa análise e discussão. Catarina Albuquerque abordou as questões relativas ao acesso à água, designadamente a crise mundial que o planeta atravessa em termos de acesso à água potável e ao saneamento, crise essa que está a ser agravada pelas alterações climáticas. Nuno Lacasta, Coordenador do Comité Executivo da Comissão para as Alterações Climáticas, entre outras questões, salientou as



dificuldades sentidas por aqueles que têm menos recursos, os que são mais pobres e que são os mais afectados pela mudança do clima.

Num segundo momento assistiu-se a intervenções focalizadas nas vulnerabilidades dos refugiados e deslocados ambientais. O Professor Viriato Soromenho Marques abordou a questão da segurança ambiental e a construção da paz, a temática dos desastres naturais e deslocamentos forçados foi examinada pela Maria Stavropoulou, do ACNUR, que também enfatizou os perigos da multiplicidade de conceitos e definições dos refugiados e migrantes ambientais. A Organização Internacional das Migrações também esteve presente neste intenso debate, intervindo sobre o papel das agências humanitárias no apoio aos refugiados e deslocados ambientais.

Por último, o terceiro painel deste congresso analisou algumas estratégias de mitigação das alterações climáticas. Cátia Silva, da Amnistia Internacional, e José Manuel Pureza, professor universitário, examinaram o papel das instituições nacionais e internacionais e quais as respostas às consequências humanitárias das alterações climáticas: migrações, deslocamentos forçados e apatridia (instrumentos jurídicos, protecção e soluções duradouras).

Teresa Tito de Moraes, presidente da Direcção do CPR, fez o encerramento deste importante evento para a disseminação da problemática do asilo e refugiados, particularmente o lado humano das alterações climáticas, tendo este dia terminado com uma apresentação do RefugiActo. Cerca de 280 pessoas participaram no Congresso, que teve uma importante cobertura jornalística. As actas foram editadas em versão impressa e disponibilizadas on-line em http://www.refugiados.net/_novosite/diversos/ACTAS_CPR.pdf



4.3 TRABALHO COM AS ESCOLAS

No âmbito das suas actividades de informação e divulgação pública, o CPR promove acções de sensibilização sobre asilo e refugiados junto dos mais jovens, deslocando-se às escolas e outras instituições, ou recebendo os alunos ou grupos no seu Centro de Acolhimento.

A temática dos refugiados ajuda as crianças e os jovens na compreensão de questões ligadas à história, geografia, direitos humanos ou educação para a cidadania; e pode trazer uma perspectiva imaginativa ao ensino da língua, literatura ou arte. As acções de sensibilização promovidas pelo CPR ajudam os estudantes na aprendizagem de:

- Processos que conduzem à violência e aos conflitos e que forçam milhões de pessoas a deslocar-se;
- Atitudes que conduzem à resolução de conflitos de forma construtiva, activa e não-violenta;
- Competências pessoais e profissionais necessárias ao respeito pelos Direitos Humanos.

Paralelamente investe-se na compreensão da situação dos refugiados em Portugal e o apoio dado pelo CPR a esta população.

Em 2010, realizaram-se 16 acções de sensibilização com alunos do 2.º, 3.º Ciclo, secundário e universitário (não incluindo as acções de sensibilização do 1.º Ciclo, com o "Livro da Pequena Carlota"), descritas no capítulo 6.2.

Foram abrangidas escolas de localidades diferentes, dos concelhos da Moita, Lisboa, Loulé, Loures, Seixal, Sintra, Torres Vedras e Vila Viçosa. Foram recebidas no Centro de Acolhimento escolas de Coimbra, Baixa da Banheira, Bobadela, para além de grupos de estudantes que desenvolveram projectos área-escola no âmbito dos direitos humanos, a quem foi distribuída informação sobre este tema. No total mais de 750 jovens ficaram a conhecer melhor a problemática do asilo e refugiados.

Ainda neste âmbito foi lançada a publicação "A pequena Carlota", destinada às escolas do 1º ciclo (alunos e professores), iniciativa que contou com o apoio da Câmara Municipal de Lisboa e da empresa Swatch.

Este livro está disponível em http://refugiados.net/_novosite/publicacoes/LivroCarlotaVF.pdf



4.4 VISITAS AO CAR

Para além das escolas, outras instituições e parceiros do CPR visitaram o CAR, designadamente instituições locais e nacionais, organizações e delegações internacionais. Logo no início do ano, o Ministro da Administração Interna, Rui Pereira, visitou o Centro a propósito da chegada de um grupo de refugiados recém-reinstalados em Portugal. As Câmaras Municipais de Loures, Odivelas e de Loulé, também visitaram o CAR, ficando a conhecer melhor o trabalho desenvolvido pelo CPR, no âmbito do acolhimento e integração dos refugiados.



Destacam-se as visitas de delegações internacionais, nomeadamente da Áustria, da Turquia, de Espanha, da Coreia do Sul, de Timor, do Cazaquistão e do Quirguistão. Foram efectuadas três missões do ACNUR da Representação Regional de Roma. Outros importantes stakeholders visitaram o Centro, designadamente os Eurodeputados Ana Gomes e Rui Tavares, o gestor da Estrutura Missão para a Gestão Fundos Comunitários (EMGFC), Filipe Costa, a Chefe de Equipa do Observatório para o Tráfico de Seres Humanos do Ministério da Administração Interna, Joana Wrabetz, entre outros. Um grupo de cerca de cinquenta juizes da Associação Internacional de Juizes também esteve no Centro de Acolhimento.



O sector privado também marcou presença, tendo um grupo de técnicos da Accenture visitado o Centro e apresentando algumas estratégias inovadoras para a organização de iniciativas.



4.5 CURSO DE ASILO E REFUGIADOS NA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PORTO

O Curso "Direito de Asilo e Refugiados" constitui uma actividade específica de sensibilização e disseminação na área dos Direitos Humanos e, em particular, do Direito de Asilo. Desde 2005 que o CPR dirige, aos alunos de Mestrado em Direito, o seminário que tem a duração de um semestre académico.

A metodologia seguida, para além da exposição presencial e discussão conjunta, com convidados intervenientes no procedimento de asilo, recorre ainda a instrumentos multimédia.

Este curso constitui prova do interesse que a temática desperta, sendo que este ano o número de inscrições ultrapassou as 40 vagas admitidas.

4.6 CURSOS E-LEARNING "SENSIBILIZAÇÃO SOBRE ASILO E REFUGIADOS" E FÓRUNS TEMÁTICOS ON-LINE

O curso via e-learning "Sensibilização sobre Asilo e Refugiados - SAR" (<http://www.refugiados.net/e-learning/>) tem um programa composto pelos principais temas ligados à protecção dos refugiados, tendo como base o enquadramento histórico, o contexto e a dimensão actual da problemática dos refugiados, em Portugal e no Mundo. É dirigido a todos os interessados nos temas abordados, tem a duração de 30 horas, e decorre à distância. Utiliza metodologias como fóruns de discussão, conferências em sala virtual, trabalhos de grupo e leituras de documentação de apoio. É encorajada a participação activa dos formandos, através da partilha de informações e recursos, o que conduz à produção colectiva de conhecimento.

Em 2010, graças ao financiamento do Fundo Europeu para os Refugiados (FER), decorreram 3 acções deste curso, no âmbito do projecto "Sociedade Civil e Refugiados". Estas acções abrangeram 63 formandos, tendo 46 concluído com sucesso. A avaliação final da equipa e dos participantes foi muito positiva, conforme expresso por um/a participante que afirmou: "Gostei muito. Dá margem aos formandos para construir o seu próprio caminho de aprendizagem. O CPR fornece a informação e cabe a cada um gerir até que nível deseja aprofundá-la em função da disponibilidade. Aprecio o princípio pois dá margem à participação de toda a gente! Parabéns!".

O curso SAR tem sido, sem dúvida, uma forma excelente de divulgar informação sobre asilo e refugiados, sendo que o e-learning anula o problema da distância geográfica, levando esta informação a um público muito alargado.

A experiência da formação on-line, nomeadamente a possibilidade dos participantes permanecerem em contacto em redes de trabalho virtuais, trouxe a ideia de experimentar o lançamento de fóruns temáticos via Internet. Estes fóruns foram testados pela primeira vez em 2010, igualmente no âmbito do projecto "Sociedade Civil e Refugiados", tendo sido realizados os seguintes:

- 1) "Refugiados da Guerra Civil de Espanha em Portugal: O caso de Barrancos", 10-21 de Maio
- 2) "Refugiados e Deslocados Ambientais: o lado humano das alterações climáticas", 16 de Novembro
- 3) "Reinstalação em Portugal", 13 a 15 de Dezembro

Nos fóruns inscreveram-se 70 interessados, tendo-se, posteriormente, totalizado 52 participantes.

Salienta-se que o CPR está devidamente acreditado enquanto entidade formadora, nas modalidades presencial e à distância, junto da Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho - DGERT / Direcção de Serviços de Qualidade e Acreditação.

4.7 MEDIA

Tendo presente a importância dos Media para a disseminação de informação sobre asilo e refugiados, em 2010, o CPR foi contactado por vários órgãos de comunicação social. Foram elaboradas peças sobre o acolhimento e integração dos refugiados, sobre o Centro de Acolhimento, sobre a reinstalação, entre outros temas.

4.8 HOMEPAGE

O CPR mantém uma presença permanente e muito activa na Internet desde meados da década de 1990, quando começou afirmar-se a "World Wide Web - WWW" (utilização do hipertexto), com a consequente generalização e massificação do seu uso. A evolução das tecnologias associadas à Internet, tanto na sofisticação dos browsers como na fiabilidade e velocidade dos acessos tem sido constante, obrigando a um esforço continuado de actualização da infraestrutura e da interface gráfica do www.cpr.pt

Durante 2010, para além da consolidação da reestruturação referente à Web 2.0 que vinha do ano anterior, fizeram-se alguns ajustamentos em linha com as recomendações de uma consultoria externa e iniciou-se um trabalho de integração do site no e-CPR, onde decorrem acções e-learning desde 2007. Com este trabalho de integração, pretende-se disponibilizar ao público em geral os materiais e-learning dentro dos contextos que vão surgindo na homepage (por exemplo, com a notícia sobre o "II Programa de Acção para a Eliminação da Mutilação Genital Feminina - MGF 2011-2013" foi colocado um quadro do e-learning com a informação mais relevante sobre a MGF). Ainda dentro deste trabalho de integração, pretende-se tornar-se o site mais interactivo, por exemplo com a abertura de debates ou fóruns de curta duração.

No decorrer do ano registaram-se 45.744 visitas ao site.



4.9 BIBLIOTECA / MEDIATECA

A Biblioteca/Mediateca, instalada no CAR, está especialmente vocacionada para a divulgação e sensibilização sobre a problemática dos Direitos Humanos, com uma ênfase particular na temática do Direito de Asilo e dos Refugiados.

No âmbito do trabalho desenvolvido pelo CPR na gestão do Espaço “A Criança”, esta Biblioteca dispõe ainda de um pequeno fundo documental especialmente destinado às crianças, constituído por livros, materiais audiovisuais e didácticos, com os quais se dinamizarão actividades específicas.

A sala de leitura tem 24 lugares disponíveis e está preparada para a ligação de computadores portáteis. Adjacente à sala de leitura encontra-se a Mediateca, com dois postos de trabalho, equipados com computador, para a consulta de material não livro (CD, DVD, CD/DVD Rom).

Tendo em conta o estatuto de associação de solidariedade social, sem fins lucrativos, do CPR, com recursos financeiros muito limitados, provenientes exclusivamente dos projectos com que trabalha, não foi possível contratar um técnico que assegurasse a abertura ao público e funcionamento da Biblioteca/Mediateca.

De Janeiro a Fevereiro a biblioteca/mediateca viu assegurado o seu funcionamento junto dos requerentes de asilo e refugiados alojados no CAR, através do auxílio de um estagiário, no âmbito do Programa INOV Mundus (financiado pelo IPAD), tendo sido efectuado um trabalho de reestruturação do fundo geral (acervo mais diversificado) e do fundo infantil da Biblioteca. Também o trabalho com os requerentes de asilo alojados no CAR foi dinamizado por este estagiário, sobretudo, através do desenvolvimento de actividades de apoio à aprendizagem da língua portuguesa no espaço da Biblioteca, em articulação com as aulas de português ministradas no Centro de Acolhimento.

De Abril até ao final do ano, o trabalho da biblioteca/mediateca foi retomado de uma forma mais regular por uma voluntária que, espontaneamente, se ofereceu para auxiliar nesta tarefa.

Esta voluntária desenvolveu um trabalho muito directo com os requerentes de asilo apoiando-os na utilização plena da biblioteca.

Diversas editoras e câmaras municipais, assim como particulares cederam, ao longo do ano, livros e material de apoio. Paralelamente, continuaram a ser compilados, pelos técnicos do CPR, diversos documentos relativos a seminários e conferências em que participaram, os quais têm vindo a actualizar e enriquecer o acervo documental da biblioteca.

4.10 ESTÁGIOS EVOLUNTARIADO

O trabalho dos estagiários e dos voluntários é fulcral numa organização como o CPR. É extremamente importante contar com o apoio de mais pessoas, que implementam e colaboram nas actividades. Por outro lado, esta abertura permite também sensibilizar e informar os estagiários e voluntários para os problemas específicos do asilo e refugiados. Finalmente potencia um contacto mais directo entre a sociedade de acolhimento e os próprios refugiados.

O CPR organizou uma acção de informação e sensibilização para voluntários, no dia 20 de Fevereiro. Vinte e oito pessoas participaram nesta iniciativa que teve como objectivo central promover o voluntariado no CPR, estimulando a reflexão e a discussão em torno do papel do voluntário na assistência aos refugiados.

Foram desenvolvidos esforços para captar mais voluntários que residam na zona envolvente do CAR, tendo-se preparado um folheto de divulgação e organizado sessões de acolhimento. Esta dinamização procura conseguir mais colaboração nas actividades do CAR e, simultaneamente, estreitar os elos de ligação do Centro com a comunidade local.

Os estagiários são encaminhados por instituições diversas de ensino, ou através da empresa EuroYouth, que organiza em Portugal estágios europeus de curta duração, financiados pelo Programa Comunitário Leonardo da Vinci.

Realizaram-se ainda estágios profissionais através do Instituto de Emprego e Formação Profissional - IEFP (INOV Social) e um estágio ao abrigo do Programa INOV Mundus, através do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD).

O CPR contou em 2010 com 18 estagiários e 8 voluntários que se dividiram da seguinte forma:

- Departamento Jurídico: 2 estagiárias (Andrea Mugica e Marcella Marini) e 2 voluntárias (Cristina Toledo e Aurélie Leburrier);
- Centro de Acolhimento para Refugiados (CAR), incluindo actividades de informação e sensibilização e Biblioteca/Mediateca: 12 estagiários (Luís Bernardo, Renata Sousa, Irene Cambi, Victoria Rueda, Inês Bastos, Rocio Lobo, Andreia Ferreira, Elisa Favaretto, Mafalda Silva, Inês Santos, Sara Augustus Joana Orr) e 6 voluntários (Manuela Duarte, Zaida Fernandes, Ana Maria Carvalho, Bruno Melo, João Vasco e Maria Tomás);
- Espaço a Criança: 1 estagiária (Marta Outeiriño);
- Sede do CPR (contabilidade, administração e projectos): 3 estagiários (Jon Fernandez, Serena Giugno e Beatriz Valdazo).





42



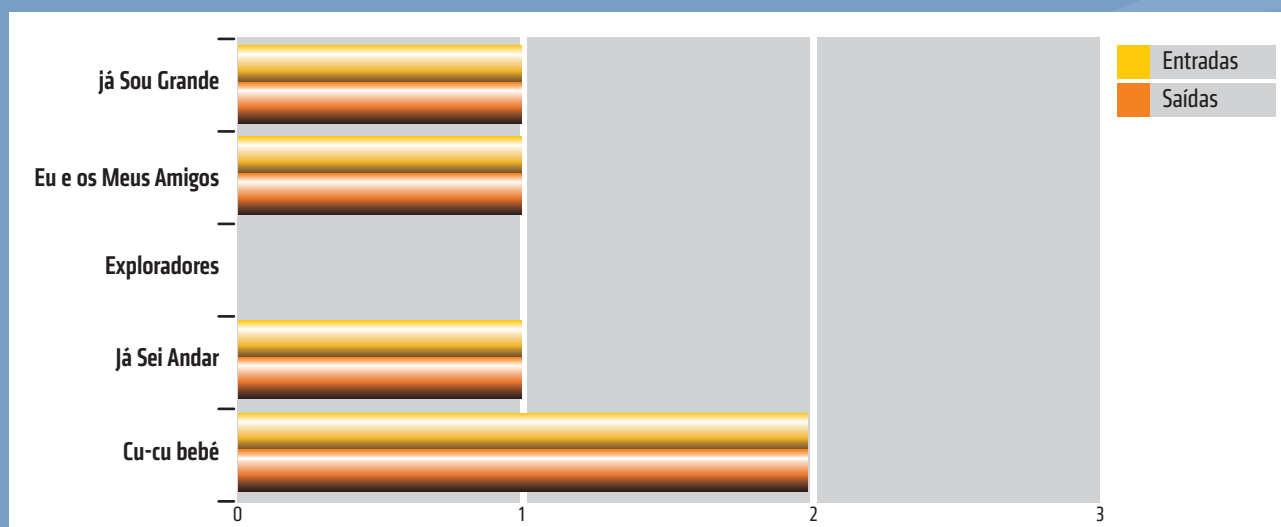
CPR

5. **ESPAÇO “A CRIANÇA”** CRECHE E JARDIM-DE-INFÂNCIA

5.1 CARACTERIZAÇÃO GERAL

O Espaço A Criança destina-se a todas as crianças com idades compreendidas entre os 4 meses e o ingresso no ensino básico, para frequência de Creche, Jardim-de-Infância, “Uma manhã na escola”, ou actividades pontuais.

Durante todo o ano de 2010 as salas mantiveram a lotação máxima, sendo que ocorreram diversas substituições de alunos (desistências e novas admissões), como demonstrado no gráfico abaixo:



As crianças que frequentaram O Espaço têm a seguinte caracterização Sócio-Familiar:

	Portugal	Países Lusófonos	Outros Imigrantes	Refugiados/ Requerentes de Asilo
Cu-cu bebé	7	1	0	0
Já Sei Andar	4	6	0	2
Exploradores	13	3	1	0
Eu e os Meus Amigos	13	3	1	3
já Sou Grande	18	0	2	0
Totais	55	13	4	5

Os países de origem das famílias das crianças requerentes de asilo e refugiados foram a Somália, República Democrática do Congo, Afeganistão e Iraque.

5.2 METODOLOGIAS E FREQUÊNCIAS DE ACOMPANHAMENTO ÀS FAMÍLIAS

O Espaço A Criança está agora no seu terceiro ano de funcionamento, possuindo desta forma uma equipa sólida e dinâmica, que partilha as mesmas ideias e visões relativamente à Educação da Primeira Infância, etapa chave no desenvolvimento biopsicosocial da criança enquanto ser humano, e cidadão do mundo.

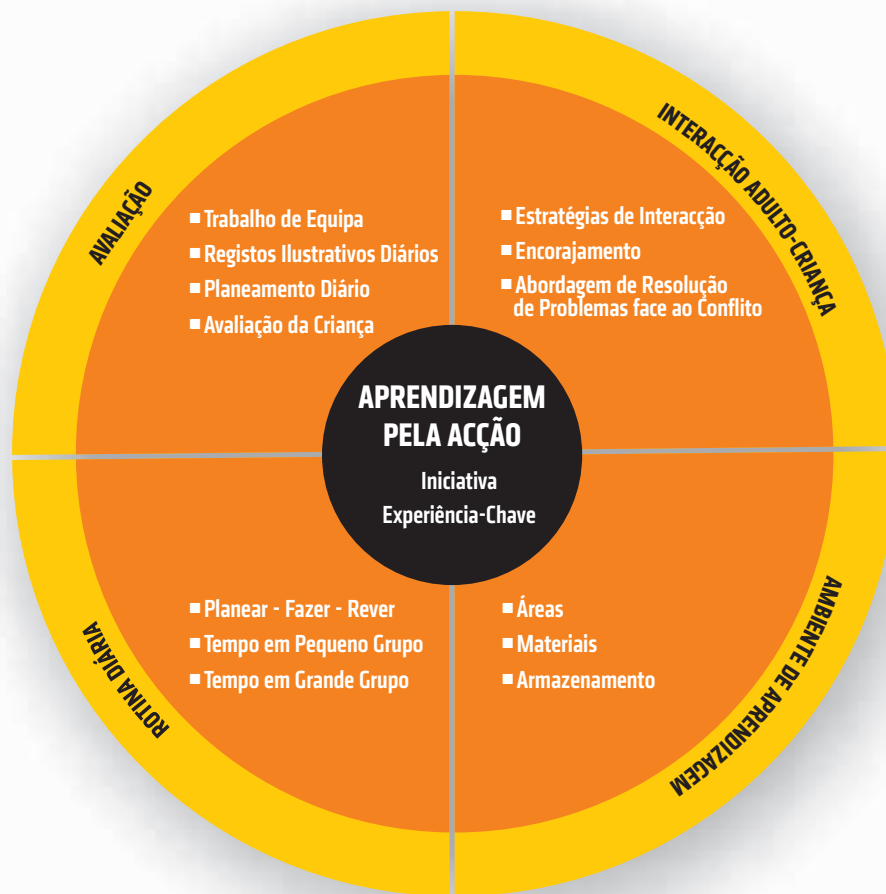
Todas as metodologias utilizadas são discutidas em equipa alargada (docentes e não docentes), para que as práticas se mantenham uma constante, criando segurança e empatia na relação com as crianças.

O modelo relacional adoptado para o Espaço A Criança foi o da Disciplina Positiva, que promove e encoraja o desenvolvimento de percepções e competências significativas para a vida e que fomentam relações sociais respeitadoras (H. Stephen Glenn & Jane Nelsen).

Baseamo-nos também na aprendizagem activa: a criança descobre, o educador apoia. É a própria criança que descobre as suas aprendizagens, aprendendo através da acção. A criança vive experiências directas e imediatas e retira delas significado através da reflexão. É assim construído o conhecimento que a ajuda a dar sentido ao mundo.

Nunca se deixa de ter em mente a zona de desenvolvimento proximal (ZDP), conceito amplamente desenvolvido por Vygotsky, que consiste na “distância que medeia entre o nível actual de desenvolvimento da criança, determinado pela sua capacidade actual de resolver problemas individualmente e o nível de desenvolvimento potencial, determinado através da resolução de problemas sob a orientação de adultos, ou em colaboração com os pares mais capazes.” (http://www.uma.pt/carlosfino/Documentos/Powerpoint_Vygotsky.pdf).

Na nossa prática diária não podemos deixar de incluir a metodologia High/Scope (processo planear – fazer – rever) que se baseia em vários princípios que estão presentes no seguinte diagrama:



Este tipo de relação permite à criança expressar com liberdade e confiança os seus pensamentos e sentimentos, através do diálogo verbal ou não verbal. Para além destas metodologias concordamos inteiramente com o pediatra americano Berry Brazelton e nos seus princípios e pressupostos parentais, segundo o método dos Touchpoints:

- Os pais são os peritos nos seus filhos.
- Todos os pais têm forças.
- Todos os pais querem fazer o melhor com os seus filhos.
- Todos os pais têm algo de fundamental a partilhar em cada etapa do desenvolvimento.
- Todos os pais têm sentimentos ambivalentes.
- A parentalidade é um processo de tentativa/erro.

Sendo esta uma escola integrada numa organização cuja missão é acolher e integrar indivíduos migrantes, é fundamental apostarmos na valorização de uma sociedade multicultural. Entendemos que na sociedade globalizada em que vivemos, a abertura à diversidade é não só uma mais-valia, mas também uma exigência. Educar para a multiculturalidade é abrir as portas a uma maior liberdade de escolha a todos os níveis: afectivo, social, profissional, cultural e estético.

A organização do ambiente educativo é, no caso da educação na primeira infância, muito influenciada pela interacção entre as crianças, a escola e a comunidade. De acordo com a Teoria Sistémica, perspectivamos o processo educativo de forma integrada, tendo em conta que a criança constrói o seu desenvolvimento e aprendizagem, de forma articulada, em interacção com os outros e com o meio. Queremos promover o desenvolvimento pessoal e social da criança com base em experiências de vida democrática numa perspectiva de educação para a cidadania. É esse desenvolvimento equilibrado da criança que vai permitir a sua plena integração na sociedade como ser autónomo, livre e solidário.

Consideramos fundamentais os momentos de partilha de informação com as famílias de cada criança, e desta forma são promovidas diversas formas de atendimento, formais e informais.

São realizadas com cada encarregado de educação reuniões individuais aquando da formalização da inscrição, apresentando as pessoas que irão estar nas salas com a criança, sendo ainda preenchida a Ficha de Avaliação de Diagnóstico.

Existem reuniões no início de cada ano lectivo, para que as famílias conheçam mais intimamente os Procedimentos Internos da instituição. Foram ainda organizadas reuniões de sala no final de cada trimestre, a fim de que todos compartilhassem o trabalho realizado, as adaptações e as rotinas de sala, bem como as rotinas de casa.

Poderão ser realizados atendimentos entre cada Encarregado de Educação e a Educadora da sala, sempre que estes sejam marcados, bem como com a Direcção da Escola, existindo para tal uma hora de atendimento semanal.

É promovida a troca de informações escritas no Dossier da criança, que se encontra na recepção.

Finalmente, e não menos importante, são os convívios informais realizados com alguma periodicidade, que aproximam a família da instituição.

5.3 ENTIDADES PARCEIRAS E RESPECTIVOS CONTRIBUTOS

Os parceiros de excelência do Espaço A Criança são as famílias das crianças que acolhemos, sendo que com estas necessitamos de realizar uma colaboração estreita e activa, no sentido de ampliarmos a relação escola-família, para a realização de diversas actividades que nos aproximam, enquanto agentes educativos que trabalham para assegurar o bem-estar e a segurança das crianças.

O Espaço A Criança tem como parceiro formal o Instituto de Segurança Social, I.P./CDSSLx, através de celebração, a 16 de Novembro de 2007, de um Acordo de Cooperação Típico para a valência de Creche, equiparando-a a uma IPSS. A 5 de Junho de 2008 o acordo foi alargado para a totalidade das crianças de Creche (37), que se manteve desde o início do funcionamento até ao ano lectivo 2010/2011.

No ano lectivo 2008/2009, foi também celebrado um contracto de desenvolvimento com a Direcção Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo (DRELVT), que comparticipa parte das mensalidades das crianças de Jardim-de-Infância provenientes de famílias com menores rendimentos. Em Junho de 2009, um novo acordo de cooperação tripartido com a DRELVT e a Segurança Social alargou o apoio a 40 crianças no Jardim-de-Infância. As restantes parcerias são apresentadas no quadro abaixo:

Entidade Parceira	Actividades Desenvolvidas
Escola Secundária de São João da Talha	Recebemos de Abril a Junho uma estagiária do Curso Profissional de Animador Sociocultural. Esta estagiária elaborou actividades enriquecedoras para as crianças no âmbito da expressão plástica e dramática, tendo colaborado também activamente na construção de cenários e adereços para a Festa de Final de Ano Lectivo. Recebemos dois estagiários do Curso Profissional de Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos de Abril a Junho. Estes estagiários planearam actividades para as crianças que apoiassem a aquisição de técnicas de manuseamento do computador e seu software. Colaboraram também activamente na construção de cenários para a Festa de Final de Ano Lectivo.
Câmara Municipal de Loures: Parque Urbano de Santa Iria da Azóia e Projecto "Círculo Mágico"	Participação no Projecto do Círculo Mágico ligado à temática do Ar. Visitas de Estudo ao Parque Municipal do Cabeço de Montachique. Aula de Sentidos e Saberes. Visita ao Parque das Energias Renováveis (PTER). Cedência de dois autocarros para deslocações em Visitas de Estudo.
Itau (Empresa de Catering)	Sessão de Esclarecimento acerca da Roda dos Alimentos.
Bertrand	Conto de duas histórias na loja do Spacio Shopping.
Leya	Possibilitou a vinda do autor Carlos Campos ao Espaço A Criança para realizar a apresentação de um livro infantil às crianças e pais. Apoio na realização de uma Feira do Livro.
Sinergias	Consultas de Desenvolvimento gratuitas para as crianças do Espaço A Criança com relatório e encaminhamento por parte das Educadoras e Direcção.
Spacio Shopping	Desfile de Carnaval. Almoço para as crianças no dia do desfile.
CRLI	Sessão de Esclarecimento acerca do Lobo Ibérico.
Junta de Freguesia da Bobadela	Comemoração do Dia da Árvore e Limpeza da Mata. Concurso de talentos. Comemoração do Dia da Criança.
Escola Superior de Educação de Lisboa	Recebemos de Janeiro a Maio duas estagiárias do último ano do Curso de Educadores de Infância.
Programa de estágios Leonardo Da Vinci	Contámos com a colaboração de uma estagiária italiana licenciada em Ciências da Educação. Contámos com a colaboração de uma estagiária espanhola com curso médio de auxiliar de acção educativa.
Pedro Crisóstomo – Terapeuta da Fala	Realizou consultas de diagnóstico e acompanhamento com algumas crianças por solicitação das educadoras ou dos pais.
Catarina Claro – Professora de Dança	Realizou aulas de Dança com as crianças ao longo do ano lectivo.
Joana Nortadas – Professora de Ballet	Realizou sessões de movimento com as crianças ao longo do ano lectivo.
Nuno Albuquerque – Instrutor de Shorinji Kempo	Realizou sessões de Shorinji Kempo com as crianças ao longo do ano lectivo.
CAR - CPR	Apresentação do livro "A pequena Carlota". Cedência do Auditório do CAR para a realização de festas e actividades.

5.4 IDENTIFICAÇÃO DAS ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS

Ao longo deste ano, concluímos o projecto pedagógico da Multiculturalidade, que teve como tema: “Nós, Cidadãos do Mundo”. De acordo com as metodologias desenvolvidas pelo Espaço A Criança, o Plano Anual de Actividades é elaborado e desenvolvido por cada educadora na respectiva sala, de acordo com as necessidades de cada grupo, adequando os objectivos de cada temática de acordo com a faixa etária. No entanto, e para que todas as salas estejam a trabalhar o mesmo tema, foi definido o seguinte plano de acção:

Mês	Tema	Tema
Janeiro	Direitos Humanos, Direitos da Criança O Tempo	Visita ao Espaço Monsanto
Fevereiro	Profissões Meios de Comunicação	Visita de Estudo à Biblioteca José Saramago, em Loures Aula de Sentidos e Saberes Desfile de Carnaval no Spacio Shopping Visita à Quinta Pedagógica Visita ao Jardim-de-Infância Alice Vieira (Olivais) Ida ao teatro para ouvir contos tradicionais de Países Africanos, Apelação
Março	Biodiversidade Meios de Transporte Segurança Rodoviária	Sessão de Esclarecimento acerca do Lobo Ibérico com a CRLI Ser mecânico de aviões (pai de uma criança de JI) Visita ao PTER Teatro “Colar da Aranha” (as crianças prepararam uma apresentação para os refugiados residentes no CAR) Visita ao Parque Urbano de Santa Iria da Azóia para a realização de jogos sobre a energia Comemoração do Dia do Pai
Abril	Multiculturalidade O planeta terra	Apresentação do livro “A pequena Carlota” Alunos do JI Alice Vieira (Olivais) vêm ao Espaço A Criança para realizar uma gincana e para observarem uma peça de teatro preparada pelos estagiários da Escola Superior de Educação de Lisboa Visita à Bedeteca e à Bertrand do Spacio Shopping
Maio	Arte Animais Plantas	Comemoração do Dia da Mãe
Junho	Festa de Fim de Ano Lectivo	Comemoração do Dia da Criança com um piquenique e actividades lúdicas no Bairro da Petrogal Visita de Estudo à Kidzania Festa de Fim de Ano Lectivo
Julho Agosto	Actividades livres Encerramento	
Setembro Outubro	As regras e normas de conduta A Arte e as emoções Escultura humana e retrato	Vinda de um fotógrafo para explicar às crianças o processo da fotografia.
Novembro	A Família A fotografia e o cinema	Visita de estudo ao Museu Berardo Visita de estudo ao Parque Urbano de Santa Iria da Azóia
Dezembro	Inverno/Habitação Natureza morta/arquitectura	Visita da casa do Mundo da Unesco – Histórias da Carochinha Oficina “Já cheira a Natal” – Parque Urbano de Santa Iria da Azóia Visita ao Circo – Câmara de Loures Realização da filmagem do programa Embondeiro (RTP África) Visita do Museu Berardo ao Espaço A Criança Realização da Festa de Inverno Realização da Feira do Livro

5.5 CONSIDERAÇÕES ADICIONAIS ACERCA DAS ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS

O Projecto Educativo que foi implementado pelo Espaço, foi concluído com bastante entusiasmo, por todos os colaboradores, crianças e parceiros.

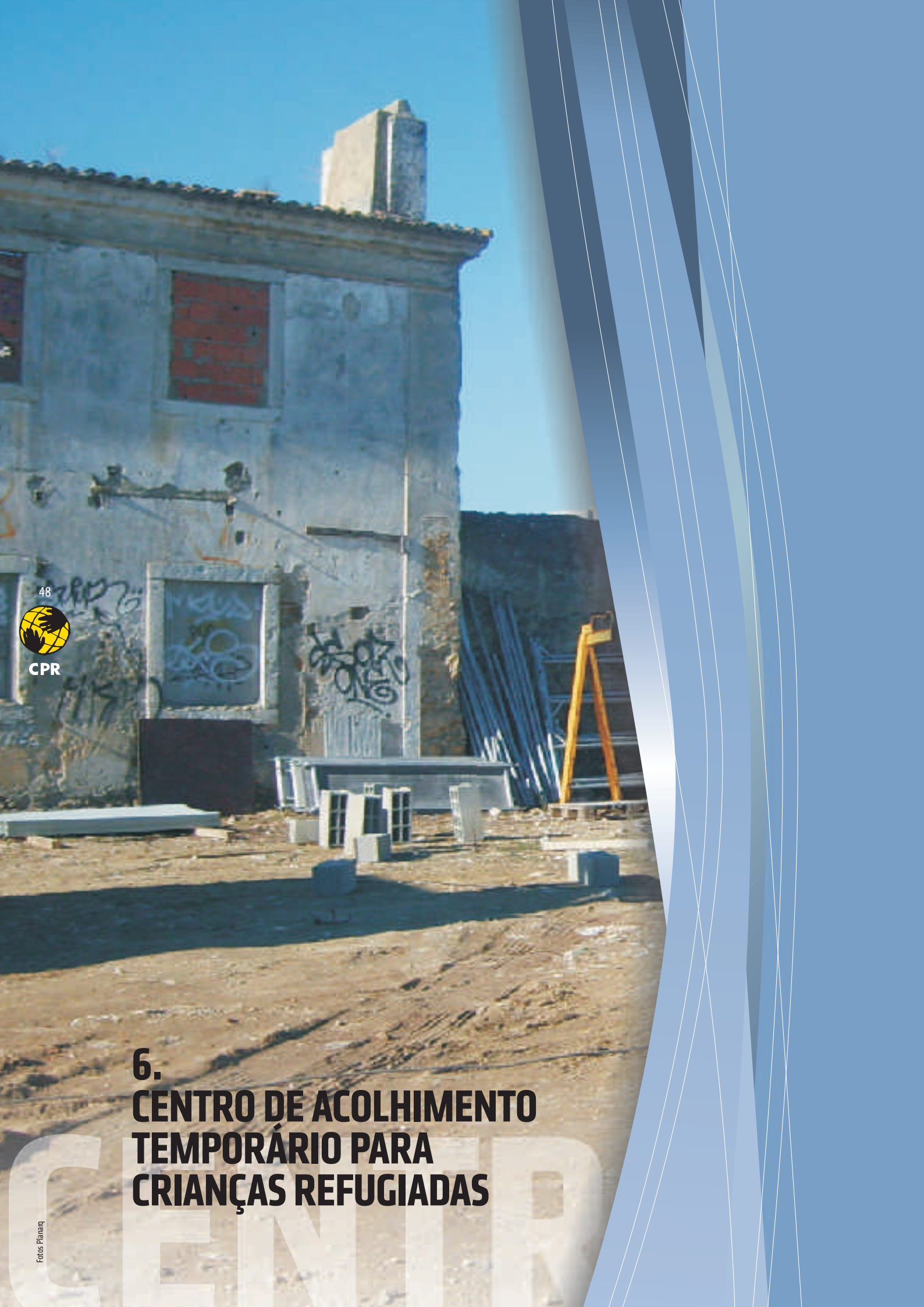
Consideramos importante salientar alguns aspectos, tais como a visita que realizámos ao Hospital dos Pequenininhos, em que cada criança levou um boneco como se fosse seu filho, tendo passado por várias unidades que o Hospital contempla, começando pela triagem, sendo depois encaminhado para as diversas especialidades.

Foi uma visita activa, dinâmica, participativa e de responsabilidade pública, que lhes transmitiu de forma muito perceptível como se é cidadão activo e participativo, com responsabilidade social.

Outro aspecto que destacamos tem a ver com a relação íntima que existe entre o Espaço e o CAR (Centro de Acolhimento para Refugiados), sendo que, ao longo do ano, recebemos sempre crianças refugiadas ou requerentes de asilo, o que nos dá uma dinâmica muito própria, ou seja, as crianças têm que se familiarizar com novos conhecimentos, hábitos, costumes, para assim acolherem e integrarem os novos colegas. Para as crianças refugiadas a presença dos colegas é muito motivadora, pois estes tiveram de aprender uma nova língua e conhecer um país diferente, sendo que a maioria nunca tinha frequentado uma escola.

Concluimos assim, que estamos cada vez mais motivados para avançar para um novo projecto para os próximos 3 anos lectivos, melhorando aspectos anteriores, de forma a proporcionar às crianças um ambiente pleno de conhecimento, saberes e harmonia.





48



CPR

6. CENTRO DE ACOLHIMENTO TEMPORÁRIO PARA CRIANÇAS REFUGIADAS

6.1 CONSTRUÇÃO DO CENTRO

Actualmente, há 18 milhões de crianças refugiadas em todo o Mundo. Destas, mais de meio milhão foram separadas de ambos os pais ou outros familiares em períodos de guerra ou conflitos, pobreza ou catástrofes naturais. São seres vulneráveis e por isso expostas a vários perigos desde o recrutamento militar, à exploração, o abuso e violência sexual, o trabalho forçado, adopção irregular, o tráfico, e a discriminação.

Para contornar esta realidade e evitar que estas crianças sejam apanhadas nestas redes de exploração, abuso e violência, existem no Mundo vários organismos locais que trabalham para reintegrar estas crianças em ambientes equilibrados, saudáveis e sem perigos.

“Uma Casa para o Mundo”, o projecto do CPR em parceria com a Swatch – Tempus Internacional, o Ministério da Administração Interna / Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), Câmara Municipal de Lisboa (CML), SIC Esperança, BPI, Fundação Luís Figo (FLF) e a JC Decaux, tem como objectivo construir o primeiro Centro de Acolhimento Temporário para Crianças Refugiadas em Portugal, ao serviço do CPR.

O projecto conta com o Alto Patrocínio da Dra. Maria Cavaco Silva.

O primeiro Centro de Acolhimento para Crianças Refugiadas em Portugal ficará situado em Lisboa, no Parque da Belavista, após a recuperação de um edifício degradado cedido pela Câmara Municipal de Lisboa. Este Centro visa melhorar as condições de acolhimento dos menores desacompanhados e implementar, através dos Programas de Reinstalação em Portugal, o acolhimento de crianças com necessidades médicas especiais.

Em suma, este Centro pretende oferecer às crianças um ambiente estável, onde possam desenvolver uma voz crítica e condutas responsáveis diante a vida. Com sala de estar e de refeições, biblioteca, quartos duplos e triplos divididos para crianças do sexo feminino e masculino, gabinetes administrativos de apoio, além de espaços exteriores requalificados, o centro de acolhimento irá receber no máximo 14 crianças em simultâneo, proporcionando-lhes um ambiente o mais próximo possível da estrutura familiar, garantindo o seu desenvolvimento global e integração na sociedade portuguesa.

Na base do Projecto de Responsabilidade Social da Swatch, em lançamento exclusivo para Portugal, o primeiro relógio associado a esta nobre causa foi o “Caçula”; tendo, em Novembro, sido lançada a colecção Swatch “Anne-Flore” (6 relógios) - por cada relógio vendido de ambas as colecções, 6€ reverterem para a construção do centro de acolhimento do Conselho Português para os Refugiados (CPR).



Em 2010, a 26 de Abril, o presidente da Câmara Municipal de Lisboa, António Costa, recebeu, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, a tradicional apresentação de cumprimentos do Corpo Diplomático representado em Portugal.

Na ocasião, o autarca referiu os vários projectos que simbolizam a ideia de Lisboa como cidade de encontro de culturas, entre eles, o de instalar em Lisboa um centro para crianças refugiadas.

A presidente da Direcção do CPR, Teresa Tito de Morais, apresentou o projecto “Uma casa para o Mundo”, sublinhando a importância do edil lisboeta na concretização do mesmo, referindo que “este projecto só foi possível com o grande entusiasmo e dedicação de António Costa, um impulsor desta iniciativa”.

Na cerimónia, que contou com a actuação da fadista Cuca Roseta e seus guitarristas, estiveram presentes os representantes de cerca de 40 Estados, incluindo o Núncio Apostólico da Santa Sé em Lisboa. Antes de se dirigirem à Sala das Sessões Privadas, onde foi servido um cocktail, foi oferecido aos diplomatas um exemplar da unidade didáctica “A Pequena Carlota” (concebida pelo CPR no âmbito deste projecto).

A 6 de Maio, o CPR assinou com a CML a escritura para cedência em direito de superfície, por um prazo de 50 anos, do prédio urbano, sito na Azinhaga do Pombeiro, Quinta do Pombeiro, para instalação do Centro de Acolhimento para Crianças Refugiadas.

Foram também empreendidas, junto da CML, todas as diligências necessárias relativamente à aprovação dos projectos de arquitectura e de especialidades, assim como a formalização dos trâmites necessários para a futura abertura do estaleiro de obra.

Paralelamente, o CPR e a Swatch – Tempus Internacional, S.A. iniciaram também os trabalhos relativos à contratação pública das empresas para a empreitada de construção, fiscalização da obra e coordenação de segurança em obra.

Se quiser contribuir para a construção deste Centro de Acolhimento para Crianças Refugiadas, deposite o seu contributo na conta BPI deste projecto:

NIB 00 100 000 437 066 2000 104
IBAN PT 50 00 100 000 437 066 2000 104
SWIFT BBPIPTPL



Comemoração do Dia Mundial da Criança na Escola Básica (EB1) do Bairro do Armador

No dia 1 de Junho, a Câmara Municipal de Lisboa, o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, a Swatch Tempus Internacional e o Conselho Português para os Refugiados assinalaram a comemoração do Dia Mundial da Criança com a colocação do 1º relógio "Maxi" Swatch "Caçula" na Escola Básica (EB1) do Bairro do Armador, muito próximo do local onde será erguido o primeiro Centro de Acolhimento para Crianças Refugiadas, em Portugal.

A Câmara Municipal de Lisboa, enquanto parceiro do projecto "Uma Casa para o Mundo" adquiriu alguns relógios Maxi Swatch "Caçula" com vista a serem colocados nas Escolas Básicas e Secundárias da cidade de Lisboa.

Nesta comemoração o Dr. João Santos (Director-Geral da Swatch Tempus Internacional), a Dra. Teresa Tito de Moraes (Presidente da Direcção do CPR), a Dra. Maria Emília Lisboa (Coordenadora do Gabinete de Asilo e Refugiados do SEF) e o Dr. Manuel Brito (Vereador do Pelouro da Educação e Juventude da CML) proferiram algumas palavras, explicando brevemente às crianças a questão das crianças

refugiadas; tendo, em seguida, sido realizada uma demonstração de Judo por alguns alunos, no âmbito do projecto com a Escola de Judo Nuno Delgado.

A 2 de Outubro, celebrou-se o 25.º aniversário do primeiro Clube Soroptimista em Portugal e, também, do Soroptimist International no nosso país; tendo sido comemorado com um Jantar de no Palácio Magalhães (o qual contou com uma exposição de fotografia artística da Soroptimista Ana Esquivel e da pintura de Teresa Arriaga), no qual esteve presente a Teresa Tito de Moraes, Presidente da Direcção do CPR – uma vez que o Clube Lisboa Fundador irá patrocinar a construção do parque de jogos externo do Centro de Acolhimento para Crianças Refugiadas.



Sessão de lançamento da 1ª Pedra do Centro de Acolhimento para Crianças Refugiadas . Fotos CPR

A 22 de Novembro realizou-se a cerimónia de lançamento da primeira pedra da construção, assinalando-se, assim, o início das obras de reabilitação e adaptação do edifício da Quinta do Pombeiro, no Parque da Belavista.

A primeira pedra foi colocada pela Primeira Dama, Maria Cavaco Silva, a "madrinha" desta "Casa para o Mundo", numa cerimónia em que participaram os parceiros do projecto - Ministério da Administração Interna, representado pelo Senhor Ministro, Rui Pereira; a Câmara Municipal de Lisboa, representada pelo seu Presidente, António Costa; o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, pelo seu Director Geral, Jarmela Palos; o CPR, pela Presidente da Direcção, Teresa Tito de Moraes; a Swatch - Tempus Internacional, S.A., pelo seu Administrador, Salomão Kolinski; Luís Figo, representando a sua Fundação; a SIC Esperança, pela sua Directora, Mercedes Balsemão; J.C.Decaux, representada por Anita Martins. O evento contou também com a presença da Secretária de Estado da Administração Interna, Dalila Araújo, de representantes da Swatch AG e do Administrador da empresa de construção "Ramos Catarino", Eng.º Vítor Catarino, entre outros convidados.





Montagem do estaleiro de construção e início das obras do Centro de Acolhimento para Crianças Refugiadas . Fotos ENGEXPOR

6.2 SESSÕES DE SENSIBILIZAÇÃO “A PEQUENA CARLOTA”

No âmbito do projecto “Uma Casa para o Mundo”, sentimos a necessidade de sensibilizar a sociedade de acolhimento, sobretudo os mais jovens, para as necessidades das crianças refugiadas.

Um dos primeiros passos consistiu na escolha do manual a ser adaptado para língua portuguesa. A escolha recaiu no livro de Annegert Fuchshuber (escritora e ilustradora alemã, falecida em 1998) *Karlinchen*, traduzido para português como “A Pequena Carlota”.

Carlota necessita de um amigo e de um lugar para viver depois de ter perdido a sua casa e a sua família. Ela procura a ajuda dos Patrões Gananciosos e das Pessoas Pobres, aproxima-se de criaturas mágicas com caudas de seda, seres misteriosos que comem pedras e corvos que têm a cor da fumaça, mas ninguém pode ajudá-la porque Carlota é uma “estranha e diferente deles”. Por fim, encontra um amigo ... num lugar surpreendente!

Esta encantadora fábula contemporânea, escrita pela célebre escritora e ilustradora alemã Annegert Fuchshuber, revela-nos um mundo no qual apenas um homem simples, um tolo chamado Refúgio, tem a sabedoria para oferecer ajuda a uma menina que necessita. Carlota representa as crianças refugiadas e mostra a importância da aceitação e da generosidade.

A Pequena Carlota é uma unidade didáctica para crianças dos 5 aos 10 anos, disponível em versão impressa e em

http://refugiados.net/_novosite/publicacoes/LivroCarlotaVF.pdf

Esta unidade facilita a compreensão, por parte dos mais jovens, para a dramática situação em que vivem as crianças refugiadas, numa altura em que os refugiados encontram, com cada vez mais frequência, fronteiras fechadas para eles.

O CPR, com o apoio imprescindível do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), da Câmara Municipal de Lisboa e da empresa privada Swatch Tempus Internacional, desenvolveram esta unidade didáctica, que tem vindo a ser distribuída aos professores e educadores em diversas escolas de Lisboa, através de sessões de sensibilização que os técnicos do CPR têm ministrado nas mesmas (no âmbito da colocação dos relógios Maxi Swatch “Caçula”, que a CML adquiriu, nas escolas).

O feedback em relação ao manual tem sido muito positivo, tanto por parte dos professores, como dos alunos. Espera-se, assim, que os participantes destas sessões sejam despertados para as dificuldades em que vivem as crianças refugiadas, numa altura em que prepara a construção do primeiro Centro de Acolhimento Temporário para Crianças Refugiadas em Portugal.

Em 2010, o CPR realizou 46 sessões com base na unidade didáctica “A Pequena Carlota”, em 10 escolas da cidade de Lisboa.



Sessões de Sensibilização “A Pequena Carlota” - 2010

Escola Básica	Data	Ano Escolaridade	N.º Acções
EB1 Armador	22-10-2010	3º e 4º anos	1
EB1 Actor Vale	25-10-2010	3º e 4º anos	6
EB1 Duarte Pacheco	04-11-2010	3º e 4º anos	4
EB1 Musgueira Norte	12-11-2010	3º e 4º anos	4
EB1 S. João de Deus	15-11-2010	3º e 4º anos	6
EB1 Stº António	22-11-2010	3º e 4º anos	4
EB1 Bº Cruz Vermelha	26-11-2010	3º e 4º anos	4
EB1 S. Miguel	29-11-2010	3º e 4º anos	5
EB1 Bº S. Miguel	30-11-2010	3º e 4º anos	3
EB1 Fernando Pessoa	02-12-2010	3º e 4º anos	3
EB1 Mestre Querubim Lapa	06-12-2010	3º e 4º anos	6



33866	114132-91	71382-2
342	34174-90	36724-35
	18307-81	108137-15
481-0	2984-51	7478-87
491-02	2818-77	7478-87
39518-3	2818-77	1435-81
36868-28	2818-77	1435-81
65734-64	57292-0	16236-68
76174-58	57292-04	501
6277-01	14138-03	28
1026206-62	1180586-08	228
1034477-63	1683507-49	14
208363-04	56159-01	21
208363-04	56159-01	21
526569-98	56159-01	21
63758-20	3547-07	1082615-63
28-18	3547-07	1090886-64
152653-20	15466-94	211910-11
152653-20	125416-44	211910-11
562244-61	140883-38	38
562244-61	18713	16

7. FINANCIAMENTOS E APOIOS

ACORDOS E PROTOCOLOS

O CPR continuou a beneficiar do apoio financeiro anual do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), organização com a qual tem um Acordo desde 1993.

O MAI, através do SEF, mantém desde 1998 um Protocolo de Cooperação com o CPR, destinado às actividades de apoio jurídico aos requerentes de asilo e refugiados, assim como para o funcionamento da estrutura administrativa.

O funcionamento do CAR e do Espaço a Criança são financiados ao abrigo de acordos de cooperação com o Instituto de Segurança Social, I.P., através do Centro Distrital de Segurança Social de Lisboa (CDSSLx), celebrados em 2007. Em 2009, o Jardim-de-Infância do Espaço a Criança passou a receber o apoio financeiro da Direcção Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo.

O CPR tem desde 2007 uma colaboração com o Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), que co-financia o Gabinete de Inserção Profissional (GIP).

PROJECTOS

Em 2010, o CPR continuou a contar com o apoio financeiro do Fundo Europeu para os Refugiados (FER), gerido pela Estrutura de Missão para a Gestão de Fundos Comunitários (EMGFC), e que se destinou aos seguintes projectos:

- *Inovar no Acolhimento e Fortalecer a Integração*, 01.09.2009-31.08.2010;
- *Acolher os refugiados, apoiando o seu futuro*, 01.09.2010-31.08.2011;
- *Consolidação do Programa de Reinstalação em Portugal*, 01.01.2009-31.08.2010;
- *Uma nova oportunidade para os reinstalados*, 01.09.2010-31.08.2011;
- *Sociedade Civil e Refugiados*, 01.01.2010 – 31.12.2010.

Todos os projectos foram co-financiados em 25% pelo Ministério da Administração Interna, através do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, ao abrigo de um Protocolo renovado anualmente. Nos projectos que tiveram início em Setembro a comparticipação nacional passou a ser atribuída directamente pelo MAI, através da Secretaria-Geral.

Os projectos FER têm sido determinantes para o trabalho do CPR, nos diversos domínios de actuação. As actividades desenvolvidas foram do âmbito do acolhimento e integração dos requerentes de asilo e refugiados, bem como iniciativas diversas de informação, sensibilização e formação (os capítulos 3 e 4 descrevem em detalhe as actividades em questão).

O projecto *Inovar no Acolhimento e Fortalecer a Integração* teve uma avaliação externa realizada pela empresa Stone Soup Consulting. Os resultados gerais foram positivos, tendo sido um processo que conduziu a uma reflexão geral sobre o trabalho desenvolvido.

O projecto “Começar de Novo – Apoio aos Projectos de Vida dos Refugiados em Portugal”, que tem como principal objectivo a integração profissional dos refugiados, continuou a decorrer em 2010, tendo sido prolongado até 28.02.2011. O seu desenvolvimento só foi possível graças ao apoio financeiro do Fundo EEA Grants / Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu, através da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG).

APOIOS

O CPR recebeu ao longo do ano inúmeros apoios, financeiros e em géneros, para as diversas iniciativas e actividades.

O CPR beneficiou da consignação de 0,5% do IRS e de donativos e subsídios de particulares, empresas (Solvay Portugal, Produtos Químicos S.A., Move Your Body, Planarq, Fórmula P e Farmácia S. João) e da Câmara Municipal de Loures.

O Banco Espírito Santo e a Fundação Montepio deram donativos para a realização do Congresso IX Congresso Internacional “Refugiados e deslocados ambientais: o lado humano das alterações climáticas”. A Draft FCB apoiou o CPR na concepção dos materiais deste congresso.

A Câmara Municipal de Lisboa e a Swatch / Tempus Internacional apoiaram a edição do livro “A pequena Carlota”.

A Engexpor, a HSA Engenharia Lda. e a Euro Impala apoiaram a construção do novo Centro de Acolhimento Temporário para Crianças Refugiadas.

O Banco Alimentar contra a Fome e o Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados (PACAAC) foram fundamentais para colmatar o apoio directo dado aos requerentes de asilo e refugiados, através da oferta regular de géneros alimentares.

O Banco de Bens Doados da Entrajuda ofereceu equipamentos diversos, destinados aos refugiados.

A Classic Toys e a Dinalivos ofereceram brinquedos e livros para as crianças refugiadas que participaram na Festa de Fim de Ano.

Diversas entidades formadoras e uma associação apoiaram os refugiados beneficiários do projecto “Começar de Novo”, nomeadamente:

- Instituto de Soldadura e Qualidade (ISQ) - Oferta de uma vaga no curso de formação de Instalador de Sistemas Solares Térmicos e oferta de uma vaga num curso de Soldadura por Eléctrodos Revestidos em Chapa de Aço;
- Instituto de Especialização Profissional (IDEP) - Oferta de uma vaga no curso de Técnico de Energias Renováveis;
- Escola de Massagens e Motricidade Aplicada (EMMA) - Redução de 50% no curso de Fisioterapia e Massagem de Reabilitação;
- Associação Nacional de Direito ao Crédito (ANDC) - Realização de duas sessões de Esclarecimento sobre microcrédito.

As Câmaras Municipais de Alcochete, Peniche e Tomar cederam autocarros e facilitaram visitas guiadas aos refugiados, no âmbito da formação em língua portuguesa.

O apoio do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), do Instituto da Segurança Social, I.P. / Centro Distrital de Segurança Social de Lisboa (CDSSLx), do Fundo Europeu para os Refugiados, através da Estrutura de Missão para a Gestão dos Fundos Comunitários (EMGFC), do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), do Ministério da Administração Interna / Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, do Ministério da Educação (Direcção Regional Educação de Lisboa e Vale do Tejo); dos parceiros da “Casa para o Mundo” (Swatch – Tempus Internacional, MAI/SEF, Câmara Municipal de Lisboa, SIC Esperança, BPI, Fundação Luís Figo e JC Decaux) e de muitos outros que colectivamente e individualmente se associaram ao CPR, contribuíram para que fosse possível a concretização de todas as actividades ao longo do ano de 2010.

A todos o nosso obrigado!

Quadro 1.	Pedidos de asilo por mês e país de origem, 2010												
País de Origem	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Afganistão	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	1	2
Angola	-	5	-	-	4	-	1	-	-	-	-	-	11
Bielorrússia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Brasil	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Camarões	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
China	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	2
Colômbia	-	-	1	4	1	1	2	1	1	1	3	3	16
Costa do Marfim	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Croácia	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Cuba	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	2
Fed. Russa	-	1	-	-	-	-	4	-	-	-	-	-	5
Gâmbia	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	2
Gana	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	2
Geórgia	-	1	-	-	-	-	1	2	-	-	-	-	4
Guiné Bissau	-	2	-	-	-	2	1	3	-	-	1	1	10
Guiné Conacri	2	3	-	4	8	6	-	6	7	4	1	1	43
Honduras	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1
Iémen	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Índia	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Irão	-	1	-	-	-	-	1	-	3	1	-	-	6
Macedónia	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	2
Mauritânia	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1
Nigéria	1	-	1	-	-	3	-	-	1	-	1	1	7
Paquistão	1	1	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-	4
Palestina	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1
Quênia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1
RDC	-	2	-	1	-	-	-	-	1	-	-	-	10
Senegal	-	-	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	2
Serra Leoa	1	-	-	1	-	-	1	2	-	2	-	-	7
Somália	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	2
Sri Lanka	2	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-	4
Sudão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1
Tadjiquistão	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1
Turquia	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Uganda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
TOTAL	10	18	8	10	16	15	15	18	14	13	7	7	160

Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) / Conselho Português para os Refugiados (CPR) . Nota: Não inclui os refugiados recebidos ao abrigo do Programa de Reinstalação.

Quadro 2	Pedidos de asilo, por nacionalidades/continentes, 2010						
EUROPA	16	ÁFRICA	102	AMÉRICA	21	ÁSIA/MÉDIO ORIENTE	21
Bielorrússia	1	Angola	11	Brasil	2	Afganistão	2
Croácia	1	Camarões	1	Colômbia	16	China	2
Fed. Russa	5	Costa Marfim	1	Cuba	2	Iémen	1
Geórgia	4	Gâmbia	2	Honduras	1	Índia	1
Macedónia	2	Gana	2			Irão	6
Tadjiquistão	1	Guiné Bissau	10			Paquistão	4
Turquia	2	Guiné Conacri	43			Palestina	1
		Mauritânia	1			Sri Lanka	4
		Nigéria	7				
		Quênia	1				
		RDC	10				
		Senegal	2				
		Serra Leoa	7				
		Somália	2				
		Sudão	1				
		Uganda	1				

Fonte: Conselho Português para os Refugiados (CPR)

Quadro 3 Pedidos de asilo por nacionalidade, género, menores e local de apresentação, 2010						
País de Origem	Género			Local de Apresentação		Total
	Masculino	Feminino	Menores	Território Nacional	Postos Fronteira	
Afeganistão	2			2		2
Angola	3	8	6	6	5	11
Bielorrússia		1		1		1
Brasil	1	1		2		2
Camarões	1				1	1
China	2			2		2
Colômbia	9	7	1	3	13	16
Costa Marfim	1			1		1
Croácia		1		1		1
Cuba	2			2		2
Federação Russa	2	3	1	5		5
Gana	2			1	1	2
Gâmbia	2				2	2
Geórgia	3	1		4		4
Guiné Bissau	7	3		6	4	10
Guiné Conacri	36	7	9 (MD)	8	35	43
Honduras	1				1	1
Iémen	1			1		1
Índia	1			1		1
Irão	4	2	1	3	3	6
Macedónia	2			2		2
Mauritânia	1			1		1
Nigéria	5	2		6	1	7
Paquistão	4			4		4
Palestina	1			1		1
Quênia		1		1		1
RDC	5	5	4	7	3	10
Senegal	1	1		1	1	2
Serra Leoa	5	2	1	1	6	7
Somália	2		1	2		2
Sri Lanka	3	1	1	2	2	4
Sudão	1			1		1
Tadjiquistão	1			1		1
Turquia	1	1		2		2
Uganda	1			1		1
TOTAL	113	47	25	82	78	160

Fonte: Conselho Português para os Refugiados (CPR) . Nota: MD - Menor Desacompanhado

Quadro 4 Distribuição das entrevistas de determinação de protecção (EDP), por país de origem, 2010							
EUROPA	13	ÁFRICA	87	AMÉRICA	20	ÁSIA/MÉDIO ORIENTE	16
Bielorrússia	1	Angola	11	Brasil	2	Afeganistão	2
Fed. Russa	5	Camarões	1	Colômbia	15	China	2
Geórgia	3	Costa Marfim	1	Cuba	2	Iémen	1
Macedónia	2	Gana	2	Honduras	1	Irão	6
Turquia	2	Gâmbia	2			Paquistão	2
		Guiné Bissau	9			Palestina	1
		Guiné Conacri	42			Sri Lanka	2
		Mauritânia	1				
		Nigéria	5				
		Quênia	1				
		RDC	4				
		Senegal	2				
		Serra Leoa	5				
		Somália	1				

Fonte: Conselho Português para os Refugiados (CPR)

Quadro 5			Tipos de proteção concedidos em Portugal: Estatuto de Refugiado (artigo 3º da Lei 27/2008, 30 de Junho e Autorizações de Residência por Razões Humanitárias (artigo 7º da Lei referida), 2010		
Naturidade	Estatuto Refugiado	Autorização Residência por Razões Humanitárias			
ÁFRICA	2	29			
Camarões		3			
Eritreia		4			
Guiné Conacri		11			
Mauritânia	2				
Nigéria		3			
RDC		3			
Ruanda		1			
Senegal		1			
Serra Leoa		1			
Togo		1			
Zimbabué		1			
AMÉRICA	0	16			
Colômbia		14			
Cuba		2			
ÁSIA	4	4			
Irão	3				
Paquistão	1	1			
Sri-Lanka		3			
TOTAL	6	49			

Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF)

Quadro 6.														Aconselhamento Jurídico por País de Origem*, 2010
País de Origem	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total	
Afganistão	2	3	6	3	7	7	41	13	23	21	19	13	158	
Angola	1	4	7	4	7	1	39	25	15	9	6	7	125	
Arménia	1	-	2	1	1	1	2	2	-	1	-	1	12	
Bielorússia	-	-	-	-	-	1	-	5	8	3	3	5	25	
Brasil	1	4	2	-	-	-	6	1	1	3	2	3	23	
Cabo Verde	-	-	-	-	-	-	1	-	3	-	-	-	4	
Camarões	3	5	5	8	1	1	1	-	1	-	-	-	25	
Chile	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	3	
China	-	-	-	-	-	-	4	4	-	-	-	-	8	
Colômbia	6	8	10	20	16	11	48	29	31	28	14	11	232	
Costa Marfim	2	1	1	6	5	1	5	-	2	6	4	2	35	
Cuba	1	-	5	2	3	1	-	1	1	-	-	-	14	
Eritreia	7	8	16	17	15	13	13	13	10	19	15	17	163	
Espanha	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	
Etiópia	2	1	8	8	7	3	15	11	20	11	16	6	108	
Fed. Russa	3	1	-	1	6	3	6	7	5	4	1	8	45	
Gâmbia	-	-	-	-	-	-	2	3	-	4	3	7	19	
Gana	7	3	2	1	2	3	7	2	3	1	1	3	35	
Geórgia	-	-	-	-	4	3	5	6	19	4	8	4	53	
Guiné Bissau	1	4	5	7	4	2	14	12	17	13	17	15	111	
Guiné Conacri	10	21	18	25	29	45	60	58	79	67	64	64	540	
Iémen	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	2	
Índia	-	-	1	-	1	2	1	-	1	3	5	1	15	
Indonésia	-	-	-	-	1	3	1	-	-	-	-	-	5	
Irão	-	1	1	4	4	3	16	18	27	22	22	19	137	
Iraque	1	2	9	3	5	1	11	18	10	11	7	15	93	
Libano	-	-	-	-	-	4	1	-	-	2	-	-	7	
Libéria	14	12	13	9	11	10	-	2	1	2	3	2	79	
Macedónia	-	-	-	-	-	-	9	5	-	4	-	4	22	
Mauritânia	10	10	11	11	13	10	10	13	8	10	-	4	110	
Moldávia	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1	-	2	

continua ▶

Quadro 6. Aconselhamento Jurídico por País de Origem*, 2010													
País de Origem	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Myanmar	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	3
Nepal	1	2	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	5
Nigéria	7	7	6	5	7	12	10	11	7	5	6	2	85
Palestina	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	3	8
Paquistão	-	6	9	1	3	2	8	7	8	7	7	8	65
Quênia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	2	3	6
RDC	12	10	12	25	15	14	37	12	16	24	24	8	206
Roménia	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-	5	9
Ruanda	-	-	1	-	-	-	1	1	3	3	3	-	9
S. Tomé e Príncipe	-	-	-	-	-	-	2	2	-	2	2	1	7
Senegal	1	2	3	-	2	2	12	10	19	10	10	9	72
Sérvia	-	1	3	2	1	-	-	-	-	-	-	-	7
Serra Leoa	9	8	15	7	5	7	4	1	1	10	10	12	89
Somália	6	4	15	14	8	3	7	6	3	5	5	15	96
Sri Lanka	4	1	5	-	3	1	7	3	2	-	-	-	27
Sudão	-	-	-	-	-	2	-	-	-	1	1	-	6
Togo	-	-	-	2	1	-	-	-	-	-	-	1	5
Turquia	-	3	-	5	2	-	-	-	-	-	-	-	10
Ucrânia	-	1	-	-	-	1	2	1	-	-	-	2	7
Uzbequistão	-	-	-	-	-	2	1	2	1	-	-	-	6
Zimbabué	-	-	1	2	1	-	-	-	-	-	-	-	4
TOTAL	113	131	195	194	191	175	411	304	348	318	281	282	2943

Fonte: Conselho Português para os Refugiados (CPR) . Nota: Não inclui o numeroso atendimento telefónico que é igualmente efectuado.)

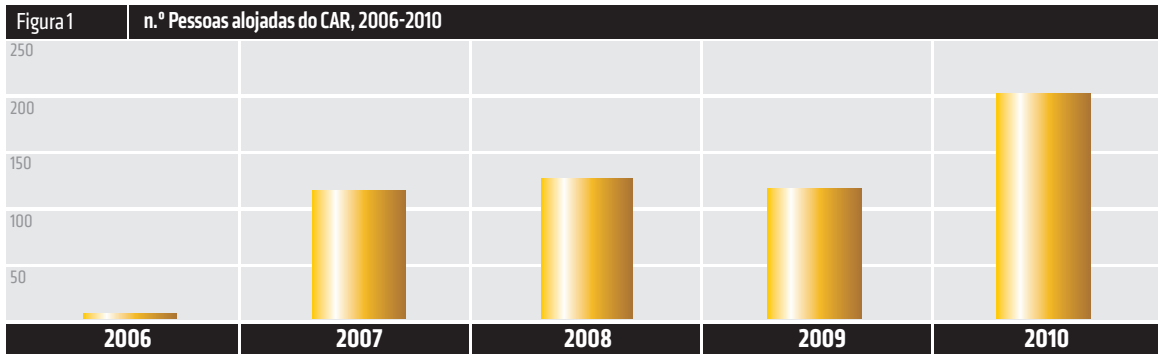
Quadro 7. Países de origem mais expressivos em sede de pedidos de asilo apresentados em Portugal, 2009-2010					
País de Origem	Eritreia	Guiné Conacri	Mauritânia	Colômbia	Nigéria
2009	21	18	16	15	10
2010	-	43	1	16	7

Fonte: Conselho Português para os Refugiados (CPR)

Quadro 8. Reinstalação em Portugal, 2006-2010				
Entrada em Portugal	Nacionalidade	Total Indiv.	1º País de Asilo	Protecção Reconhecida
Janeiro-06	RDC	5	Marrocos	Estatuto de Refugiado
Janeiro-06	Costa do Marfim	5	Marrocos	Estatuto de Refugiado
Janeiro-06	Libéria	2	Marrocos	Estatuto de Refugiado
Agosto-06	Etiópia	1	Marrocos	Autorização Residência por Razões Humanitárias
Agosto-06	Eritreia	4	Marrocos	Autorização Residência por Razões Humanitárias
TOTAL 2006		17		
Resolução do Conselho de Ministros n.º 110/ 2007 (Estabelece quota de 30 pessoas)				
Julho-07	Índia	4	Mauritânia	Autorização Residência por Razões Humanitárias
Dezembro-07	Somália	10	Malta	Autorização Residência por Razões Humanitárias
Dezembro-07	Eritreia	2	Malta	Autorização Residência por Razões Humanitárias
TOTAL 2007		16		
Maio-08	Eritreia	6	Angola	Estatuto de Refugiado
Setembro-08	Iraque	5	Síria	Estatuto de Refugiado
TOTAL 2008		11		
Junho-09	RDC	12	Tanzânia	Estatuto de Refugiado
Outubro-09	Iraque	4	Síria	Estatuto de Refugiado
Dezembro - 09	Afganistão	10	Ucrânia	Estatuto de Refugiado
Dezembro - 09	Somália	1	Ucrânia	Estatuto de Refugiado
Dezembro - 09	Etiópia	3	Ucrânia	Estatuto de Refugiado
TOTAL 2009		30		
Junho-10	Afganistão	1	Libia	Estatuto de Refugiado
Junho-10	Etiópia	1	Ucrânia	Estatuto de Refugiado
Junho-10	Irão	1	Bielorrússia	Estatuto de Refugiado
Dezembro - 10	Uganda	2	Moçambique	
Dezembro - 10	Iraque	3	Síria	

continua ▶

Quadro 8 Reinstalação em Portugal, 2006-2010				
Entrada em Portugal	Nacionalidade	Total Indiv.	1º País de Asílio	Protecção Reconhecida
Dezembro - 10	Iraque	4	Síria	
Dezembro - 10	Iraque	3	Síria	
Dezembro - 10	Afeganistão	1	Ucrânia	
Dezembro - 10	Afeganistão	2	Ucrânia	
Dezembro - 10	Somália	1	Ucrânia	
Dezembro - 10	Afeganistão	2	Ucrânia	
Dezembro - 10	Somália	1	Ucrânia	
Dezembro - 10	Somália	1	Ucrânia	
Dezembro - 10	Iraque	3	Síria	
Dezembro - 10	R.D. Congo	7	Moçambique	
TOTAL 2010		33		
TOTAIS 2006 a 2010		107		



Quadro 9 População alojada no CAR, 2010

País de Origem	Masculino	Feminino	Menor Desacompanhado		Famílias			Total
			Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Menores	
Afeganistão	3	1	1	-	2	5	7	19
Angola	4	1	-	-	-	2	6	13
Brasil	-	-	-	-	1	1	-	2
Colômbia	5	6	-	-	2	2	3	18
Congo - Kinshasa	4	-	-	-	1	4	11	20
Cuba	1	-	-	-	-	-	-	1
Eritreia	-	-	-	-	-	1	3	4
Etiópia	4	-	-	-	-	-	-	4
Gâmbia	1	-	-	-	-	-	-	1
Gana	2	-	-	-	-	-	-	2
Geórgia	1	1	-	-	-	-	-	2
Guiné Bissau	6	3	-	-	-	-	-	9
Guiné Conacri	23	6	3	3	-	-	-	35
Iémen	1	-	-	-	-	-	-	1
Índia	1	-	-	-	-	-	-	1
Irão	4	-	-	-	1	1	1	7
Iraque	-	-	-	-	2	8	7	17
Macedónia	2	-	-	-	-	-	-	2
Mauritânia	2	-	-	-	-	-	-	2
Nigéria	1	-	-	-	-	-	-	1
Palestina	1	-	-	-	-	-	-	1
Paquistão	3	-	-	-	-	-	-	3
Quênia	-	1	-	-	-	-	-	1
Rússia	1	1	-	-	1	1	1	5
Senegal	-	1	1	-	-	-	-	2
Serra Leoa	4	1	-	-	-	1	1	7
Somália	4	-	-	-	1	2	3	10
Sri Lanka	5	-	-	-	-	-	-	5

continua ▶

País de Origem		Masculino	Feminino	Menor Desacompanhado		Famílias			Total
				Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Menores	
Sudão		1	-	-	-	-	-	1	
Togo		1	-	-	-	-	-	1	
Turquia		-	-	-	-	1	1	2	
Uganda		-	-	-	-	-	1	1	
		85	22	5	3	12	30	44	
		42,29	10,95	3,98		42,79			100%

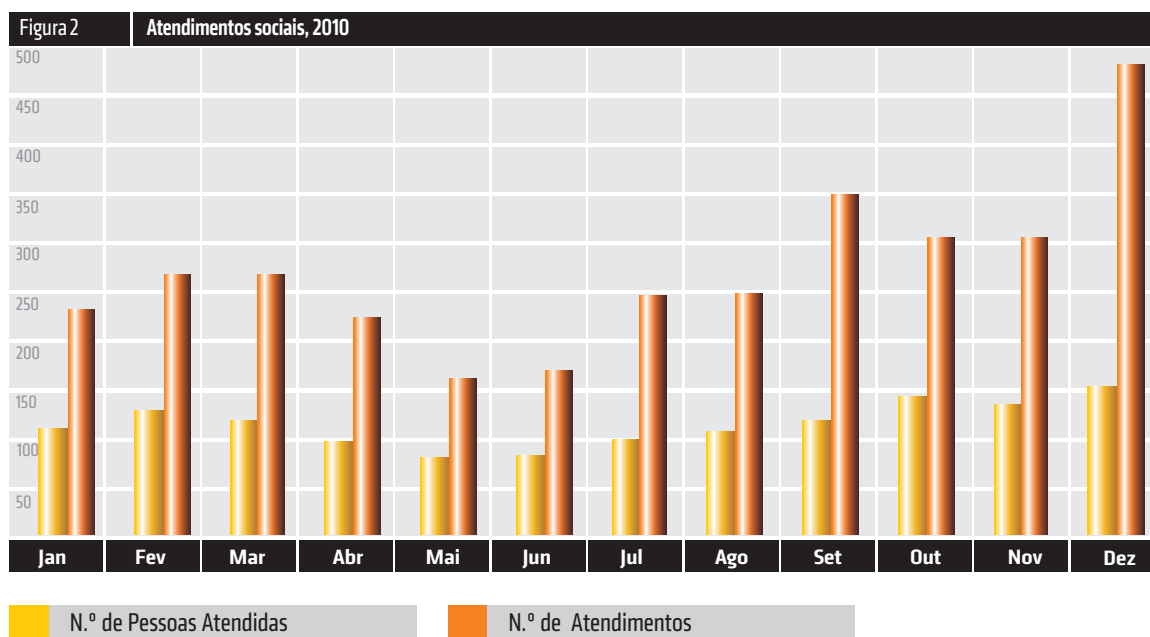
País de Origem		Masculino	Feminino	Menor Desacompanhado		Famílias			Total
				Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Menores	
Angola		2	1	-	-	-	2	6	11
Afeganistão		3	1	-	-	-	2	2	8
Brasil		-	-	-	-	1	1	-	2
Colômbia		5	6	-	-	1	1	1	14
Cuba		1	-	-	-	-	-	-	1
Etiópia		1	-	-	-	-	-	-	1
Gâmbia		1	-	-	-	-	-	-	1
Gana		2	-	-	-	-	-	-	2
Geórgia		1	1	-	-	-	-	-	2
Guiné Bissau		5	3	4	-	-	-	-	8
Guiné Conacri		20	3	-	2	-	-	-	29
Iémen		1	-	-	-	-	-	-	1
Índia		1	-	-	-	-	-	-	1
Irão		4	-	-	-	1	1	1	7
Iraque		-	-	-	-	2	7	4	13
Macedónia		2	-	-	-	-	-	-	2
Nigéria		1	-	-	-	-	-	-	1
Paquistão		2	-	-	-	-	-	-	2
Palestina		1	-	-	-	-	-	-	1
Quênia		-	1	-	-	-	-	-	1
R. D. Congo		3	-	-	-	-	2	7	12
Rússia		-	1	-	-	1	1	1	4
Senegal		-	1	-	-	-	-	-	1
Serra Leoa		4	1	-	-	-	1	1	7
Somália		4	-	-	-	1	2	3	10
Sudão		1	-	-	-	-	-	-	1
Sri Lanka		1	-	-	-	-	-	-	1
Turquia		-	-	-	-	1	1	-	2
Uganda		-	-	-	-	-	1	1	2
TOTAL		66	19	4	2	8	22	27	148
TOTAL %		44,59	12,84	4,05		38,51			100%

País de Origem		Masculino	Feminino	Menor Desacompanhado		Famílias			Total
				Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Menores	
Afeganistão		4	1	-	-	2	5	7	19
Albânia		1	-	-	-	-	-	-	1
Angola		5	1	-	-	2	5	16	29
Arménia		-	-	-	-	1	1	2	4
Benin		1	-	-	-	-	-	-	1
Brasil		-	-	-	-	1	1	-	2
Camarões		1	-	-	-	-	1	1	3
Chile		-	1	-	-	-	-	-	1
Colômbia		13	7	-	-	10	17	11	58

continua ▶

Quadro 11		População beneficiária do apoio e aconselhamento social, 2010						
País de Origem	Masculino	Feminino	Menor Desacompanhado		Famílias			Total
			Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Menores	
Congo - Kinshasa	13	1	-	-	4	6	16	40
Costa do Marfim	3	-	-	-	2	1	1	7
Cuba	1	-	-	-	-	-	-	1
Eritreia	7	2	-	-	-	1	3	13
Etiópia	4	-	-	-	-	-	-	4
Gâmbia	1	-	-	-	-	-	-	1
Gana	4	-	-	-	1	1	2	8
Geórgia	2	1	-	-	-	-	-	3
Guiné Bissau	7	3	-	-	-	-	-	10
Guiné Conacri	33	6	3	3	-	-	-	45
Iêmen	1	-	-	-	-	-	-	1
Índia	3	-	-	-	-	-	-	3
Irão	5	-	-	-	2	3	1	11
Iraque	1	-	-	-	1	9	12	23
Libéria	4	-	-	-	1	-	1	6
Macedónia	2	-	-	-	-	-	-	2
Mauritânia	10	-	-	-	-	-	-	10
Moçambique	-	1	-	-	-	-	-	1
Nepal	1	-	-	-	-	-	-	1
Nigéria	4	1	-	-	-	-	-	5
Palestina	2	-	-	-	-	-	-	2
Paquistão	3	-	-	-	-	-	-	3
Quênia	-	1	-	-	-	-	-	1
Rússia	1	1	-	-	3	3	4	12
Senegal	1	1	1	-	-	-	-	3
Serra Leoa	10	1	-	-	-	1	1	13
Somália	8	-	-	-	4	6	13	31
Sri Lanka	7	-	-	-	1	1	1	10
Sudão	1	-	-	-	-	-	-	1
Togo	1	-	-	-	-	-	-	1
Turquia	1	-	-	-	1	1	-	3
Uganda	-	-	-	-	-	1	1	2
Zimbabuê	-	1	-	-	-	-	-	1
TOTAL	166	30	4	3	36	64	93	396
TOTAL %	41,92	7,58	1,77		48,74			100%

Nota: Algumas mulheres indicadas como isoladas no 1º semestre tiveram filhos ou fizeram reagrupamento familiar, o que implicou serem agora consideradas no campo onde se descrevem as famílias.



Países	Nº
Afganistão	5
Angola	8
Arménia	1
Benim	1
Birmânia	1
Brasileira	14
Cabo Verde	3
Cingalesa (SRL)	7
Colômbia	12
Congo	5
Eritreia	1
Etiópia	4
Gana	2
Guiné Conacri	8
Guiné Bissau	9
Irão	2
Iraque	1
Libéria	1
Moldávia	2
Nigéria	1
Paquistão	3
Polónia	1
Portugal	173
Roménia	1
S. Tomé e Príncipe	6
Serra Leoa	4
Togo	1
Ucrânia	4
TOTAL	281

Quadro 12 Distribuição por nacionalidade dos utentes inscritos no GIP, 2010

Trimestre	Utentes	Apresentações
1º Trimestre	816	3934
2º Trimestre	838	4104
3º Trimestre	885	3668
4º Trimestre	840	4046
TOTAL	3379	15752

Quadro 13 Apresentações quinzenais realizadas no GIP, 2010

Meses	Atendimentos
Janeiro	131
Fevereiro	99
Março	108
Abril	132
Mai	86
Junho	72
Julho	118
Agosto	64
Setembro	96
Outubro	95
Novembro	114
Dezembro	78
TOTAL	1193

Quadro 14 Atendimentos Realizados no GIP, 2010

Tipos de Documentos	N.º de Utentes
Bilhete de Identidade	173
A.R. Provisório	37
Refugiado	13
A.R. Temporário	41
Razões Humanitárias	7
Visto Passaporte	2
Cidadão da União Europeia	2
A.R. Permanente	7
TOTAL	281

Quadro 15 Distribuição por tipo de documento de identificação dos utentes do GIP, 2010

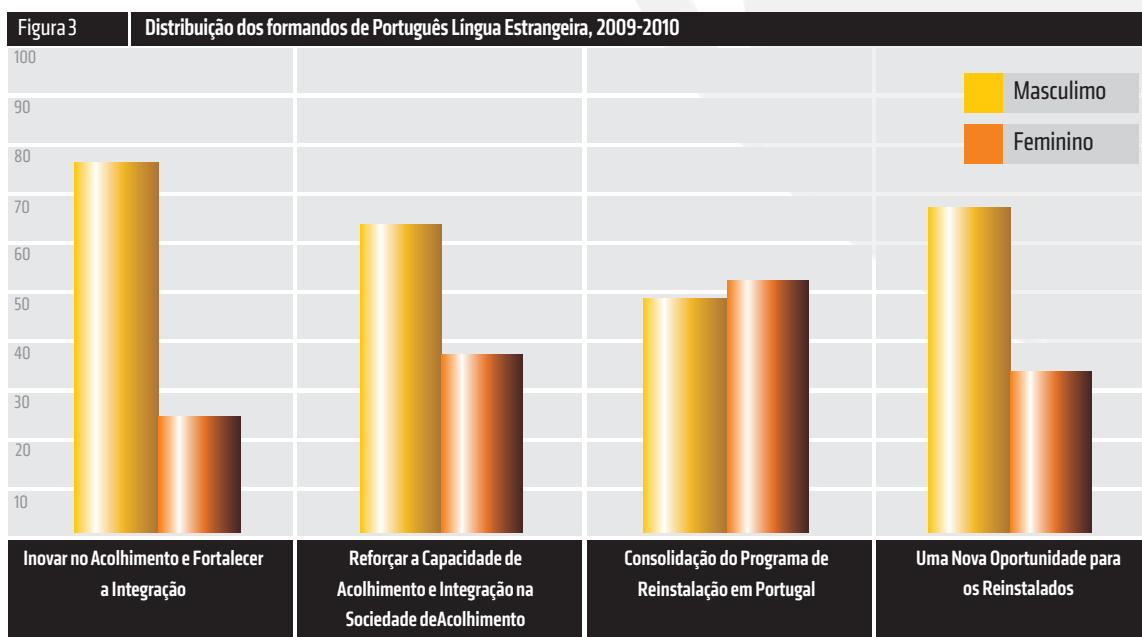
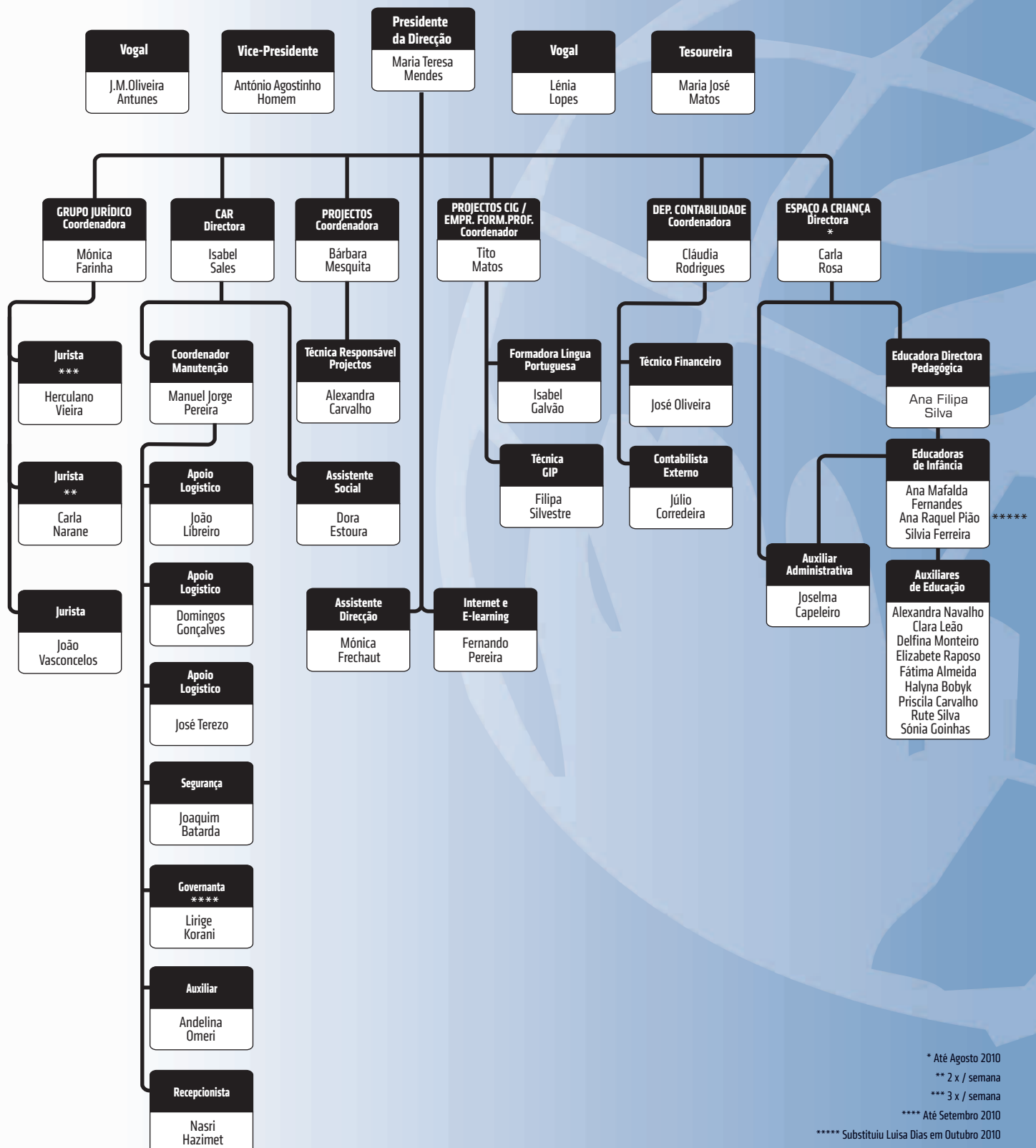


Tabela das colaborações e parcerias, 2010	
SAÚDE	
Centro de Apoio à Vítima de Tortura em Portugal - CAVITOP	Apoio psiquiátrico a vítimas de tortura
Centro Diagnóstico de Pneumologia (CDP)	Exames para rastreio da tuberculose
Centro de Saúde de Sacavém - Extensão Bobadela e S. João da Talha	Consultas de rotina
Farmácia São João	Apoio na Saúde
Hospital Curry Cabral	Urgências hospitalares
Hospital Júlio de Matos	Especialidade de psiquiatria
Hospital de S. José	Urgências de estomatologia
Instituto de Higiene e Medicina Tropical - IHMT	Despiste de doenças infecto-contagiosas
Maternidade Alfredo da Costa	Obstetria de saúde materna
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa - SCML	Consultas de especialidades diversas
Hospital Santa Maria	Apoio na Saúde
Hospital D. Estefânia	Urgências pediátricas
Direcção Geral de Saúde	Vigilância do Rastreio à Tuberculose
EDUCAÇÃO	
Ministério da Educação - Direcção Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular	Apoio Educação (reconhecimentos curriculares, etc.)
Centro Multicultural de Formação da SCML	Apoio formação profissional
Agrupamento de Escolas da Bobadela	Acolhimento de crianças e jovens
Agrupamento de Escolas de S. João da Talha:	Acolhimento de jovens, formação em língua portuguesa para requerentes e refugiados e actividades sócio-culturais
Centro Social e Paroquial da Bobadela	Acolhimento de crianças em creche e jardim-de-infância
Nuclisol do Instituto Jean Piaget	Acolhimento de crianças em creche e jardim-de-infância
APOIOS DIVERSOS	
Banco Alimentar contra a Fome	Oferta de géneros alimentares
Centro Regional de Segurança Social de Loures-Moscavide	Apoio social aos residentes com autorização de residência
Cruz Vermelha Portuguesa / Direcção Regional de Lisboa	Ofertas de artigos para o lar e localização de pessoas
Europcar	Cedência de carrinha para transporte de alimentos e outros transportes
Gabinete de Assuntos Religiosos e Sociais Específicos - GARSE - da Câmara Municipal de Loures	Cedência de autocarro para passeios
Junta de Freguesia da Bobadela	Cedência de carrinha para transportes diversos; divulgação de actividades
Junta de Freguesia de S. João da Talha	Equipamento áudio para eventos; divulgação de actividades
VITAE - Abrigo do Beato	Apoio alojamento de emergência
Federação Portuguesa de Futebol	Apoio no Desporto
Futebol Clube de Alverca	Apoio no Desporto
Sport Grupo Sacavenense	Apoio no Desporto
Ginásio "Move your Body"	Apoio no Desporto
Quinta Pedagógica dos Olivais (Câmara Municipal de Lisboa)	Apoios diversos (visitas de estudo, etc.)
Ordem dos Advogados	Alimentos, artigos de higiene e vestuário
Paróquia da Bobadela	Oferta de alimentos e vestuário
Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados	Oferta de alimentos
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa - SCML	Apoio aos casos vulneráveis
Secretaria de Estado da Administração Interna - Serviço Nacional de Bombeiros	Cedência de viatura ao CAR
Rede Social de Loures	Divulgação de eventos
Comissão Social Inter-Freguesias S. João da Talha e Santa Iria da Azóia	Apoios diversos
Comissão Social Freguesia da Bobadela	Apoios diversos
Rede Alargada de instituições para o acolhimento e integração de requerentes de asilo e refugiados	Diagnóstico de necessidades a nível macro; organização de acções de sensibilização e de informação; organização de eventos

Conselho Português para os Refugiados 2010



* Até Agosto 2010

** 2 x / semana

*** 3 x / semana

**** Até Setembro 2010

***** Substituiu Luisa Dias em Outubro 2010



CPR

Conselho Português para os Refugiados

SEDE:

Avenida Vergílio Ferreira, Lote 764, Loja D-E . 1950-339 Lisboa
Telefone +351.218 314 372 . Fax +351.218 375 072

CENTRO DE ACOLHIMENTO PARA REFUGIADOS (CAR)

Rua Senhora da Conceição, nº20
Bairro dos Telefones, 2695-854 Bobadela . Loures
Telefones +351. 219 943 431 / +351.219 948 719

e-mail: geral@cpr.pt

www.cpr.pt